

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	45
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	143
---	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	144
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	145
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	146
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	147
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	148
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

149

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	581.165
Preferenciais	0
Total	581.165
Em Tesouraria	
Ordinárias	9.271
Preferenciais	0
Total	9.271

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	12.841.463	12.501.915
1.01	Ativo Circulante	2.564.379	2.887.990
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	494.886	932.703
1.01.03	Contas a Receber	415.199	360.465
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	415.199	360.465
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	415.199	360.465
1.01.06	Tributos a Recuperar	97.091	119.900
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	97.091	119.900
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	27.470	56.760
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	69.621	63.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.557.203	1.474.922
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.286.696	1.228.954
1.01.08.03	Outros	270.507	245.968
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	350	350
1.01.08.03.02	Empréstimos a receber	222.196	216.606
1.01.08.03.03	Derivativos	17.174	0
1.01.08.03.04	Outros créditos	30.787	29.012
1.02	Ativo Não Circulante	10.277.084	9.613.925
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	789.456	543.625
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	789.456	543.625
1.02.01.10.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	629.110	346.285
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	11.740	4.892
1.02.01.10.05	Empréstimos a receber	96.437	94.132
1.02.01.10.06	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	0	55.421
1.02.01.10.07	Outros tributos compensáveis	1.909	1.909
1.02.01.10.08	Outros créditos	50.260	40.986
1.02.02	Investimentos	9.375.654	8.964.308
1.02.02.01	Participações Societárias	9.366.170	8.954.824
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.484	9.484
1.02.03	Imobilizado	72.654	67.567
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.147	34.150
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	13.016	7.325
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	26.491	26.092
1.02.04	Intangível	39.320	38.425
1.02.04.01	Intangíveis	39.320	38.425
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	30.460	28.673
1.02.04.01.03	Intangível em operação	8.860	9.752

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	12.841.463	12.501.915
2.01	Passivo Circulante	976.059	1.074.089
2.01.02	Fornecedores	17.213	50.834
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.213	50.834
2.01.03	Obrigações Fiscais	37.899	126.590
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.723	124.168
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.170	3.899
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	22.553	120.269
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.176	2.422
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	311.128	307.198
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	107.885	105.305
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	107.885	105.305
2.01.04.02	Debêntures	203.243	201.893
2.01.05	Outras Obrigações	609.819	589.467
2.01.05.02	Outros	609.819	589.467
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	521.516	515.900
2.01.05.02.04	Derivativos	17.174	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	71.129	73.567
2.02	Passivo Não Circulante	310.274	276.429
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	41.870	34.736
2.02.01.02	Debêntures	41.870	34.736
2.02.02	Outras Obrigações	36.319	26.327
2.02.02.02	Outros	36.319	26.327
2.02.02.02.03	Outros tributos a recolher	10.180	11.409
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	26.139	14.918
2.02.03	Tributos Diferidos	206.247	206.202
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	206.247	206.202
2.02.04	Provisões	25.838	9.164
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.456	8.099
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.147	1.619
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	12.987	6.157
2.02.04.01.05	Outros	322	323
2.02.04.02	Outras Provisões	10.382	1.065
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	10.382	1.065
2.03	Patrimônio Líquido	11.555.130	11.151.397
2.03.01	Capital Social Realizado	5.502.716	5.502.716
2.03.02	Reservas de Capital	-56.548	42.300
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-189.488	-90.534
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.490	60.490
2.03.02.09	Opções de ações outorgadas	6.185	5.681
2.03.02.20	Outras Reservas de Capital	30.914	31.312
2.03.04	Reservas de Lucros	6.260.565	6.260.565
2.03.04.01	Reserva Legal	673.859	673.859
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.116.043	4.116.043
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.470.663	1.470.663

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	522.798	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-674.401	-654.184
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/Resultados Abrangentes de Subsidiárias	-674.401	-654.184

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.563	735
3.03	Resultado Bruto	1.563	735
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	519.165	512.871
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.048	-28.411
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-25.048	-28.411
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	410	0
3.04.04.01	Ganho na alienação de investimento	410	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.629	-270
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	545.432	541.552
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	520.728	513.606
3.06	Resultado Financeiro	15.932	-18.385
3.06.01	Receitas Financeiras	27.936	7.118
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.004	-25.503
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	536.660	495.221
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.862	561
3.08.01	Corrente	-13.822	0
3.08.02	Diferido	-40	561
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	522.798	495.782
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	522.798	495.782
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,91003	0,83449
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,90342	0,82888

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	522.798	495.782
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-20.217	57.542
4.02.05	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	-20.217	57.542
4.03	Resultado Abrangente do Período	502.581	553.324

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-46.872	1.347
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.365	-22.634
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	536.660	495.221
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	4.219	4.066
6.01.01.04	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	105	0
6.01.01.05	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	-8.463	-2.476
6.01.01.06	Tributos diferidos	5	2
6.01.01.07	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11.064	20.638
6.01.01.10	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	7.381	855
6.01.01.11	Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	419	11
6.01.01.12	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-414	0
6.01.01.13	Resultado de participações societárias	-545.432	-541.552
6.01.01.16	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-116	-44
6.01.01.18	Outros	-63	645
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-52.237	23.981
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuição social a compensar	0	130
6.01.02.03	Outros tributos compensáveis	-1.398	-685
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-6.732	3.211
6.01.02.05	MtM (Mark-to-market) contratos derivativos	-17.175	0
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-9.913	0
6.01.02.07	Fornecedores	-33.621	2.751
6.01.02.08	Outros tributos a recolher	-8.279	435
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.179	0
6.01.02.12	Provisões	-24	-795
6.01.02.13	MtM (Mark-to-market) contratos derivativos	17.175	0
6.01.02.14	Outros passivos operacionais	8.909	18.934
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-291.417	24.181
6.02.02	Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	0	106.750
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-8.592	-9.367
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital	-282.825	-72.930
6.02.07	Empréstimos a receber	0	-272
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-99.528	-328.954
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-28	0
6.03.05	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-546	-511
6.03.07	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	0	-5.514
6.03.09	Recompra de ações em tesouraria	-98.954	-322.929
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-437.817	-303.426
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	932.703	907.204
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	494.886	603.778

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-98.848	0	0	0	-98.848
5.04.10	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-398	0	0	0	-398
5.04.11	Opções de ações outorgadas	0	504	0	0	0	504
5.04.12	Recompra de ações em tesouraria	0	-98.954	0	0	0	-98.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	522.798	-20.217	502.581
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	522.798	0	522.798
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20.217	-20.217
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-20.217	-20.217
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-56.548	6.260.565	522.798	-674.401	11.555.130

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-322.134	0	0	0	-322.134
5.04.10	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-399	0	0	0	-399
5.04.14	Opções de ações outorgadas	0	1.194	0	0	0	1.194
5.04.15	Recompra de ações em tesouraria	0	-322.929	0	0	0	-322.929
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	495.782	57.542	553.324
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	495.782	0	495.782
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	57.542	57.542
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	57.542	57.542
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-327.053	5.365.110	495.782	-684.285	10.352.270

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	4.877	2.271
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.711	744
7.01.02	Outras Receitas	980	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.186	1.527
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.759	-11.488
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.752	-8.718
7.02.04	Outros	-3.007	-2.770
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-3.007	-2.770
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.882	-9.217
7.04	Retenções	-4.216	-4.065
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.216	-4.065
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.098	-13.282
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	579.837	548.953
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	545.432	541.552
7.06.02	Receitas Financeiras	34.405	7.401
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	569.739	535.671
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	569.739	535.671
7.08.01	Pessoal	14.647	12.056
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.581	9.454
7.08.01.02	Benefícios	1.951	1.993
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.115	609
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.398	1.619
7.08.02.01	Federais	21.087	978
7.08.02.02	Estaduais	5	106
7.08.02.03	Municipais	306	535
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.896	26.214
7.08.03.01	Juros	12.004	25.503
7.08.03.02	Aluguéis	-1.108	711
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	522.798	495.782
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	522.798	495.782

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	36.525.760	33.378.739
1.01	Ativo Circulante	10.623.344	9.871.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.545.719	2.699.490
1.01.02	Aplicações Financeiras	175.881	11.722
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	175.881	11.722
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	175.881	11.722
1.01.03	Contas a Receber	4.045.788	3.402.167
1.01.03.01	Clientes	2.944.645	2.856.290
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.101.143	545.877
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	64.799	50.015
1.01.03.02.02	Ativos da concessão	409.574	55.184
1.01.03.02.03	Compromissos futuros	626.770	440.678
1.01.04	Estoques	496.258	460.408
1.01.06	Tributos a Recuperar	812.990	833.765
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	812.990	833.765
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	228.170	280.791
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	584.820	552.974
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.546.708	2.463.751
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.375.452	1.328.481
1.01.08.03	Outros	1.171.256	1.135.270
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	23.369	10.001
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	693.212	643.174
1.01.08.03.03	Derivativos	17.174	0
1.01.08.03.04	Tributos diferidos	93.137	56.661
1.01.08.03.05	Outros créditos	344.364	425.434
1.02	Ativo Não Circulante	25.902.416	23.507.436
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.212.335	13.505.015
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.500	2.500
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.500	2.500
1.02.01.04	Contas a Receber	101.494	103.977
1.02.01.04.01	Clientes	101.494	103.977
1.02.01.07	Tributos Diferidos	619.485	601.422
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	619.485	601.422
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.488.856	12.797.116
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	872.335	1.070.781
1.02.01.10.05	Cauções e depósitos vinculados	404.394	419.776
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Indenizável	4.772.345	4.362.393
1.02.01.10.07	Ativos da concessão	6.665.027	5.685.037
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	323.506	786.263
1.02.01.10.09	Empréstimos a receber	12.348	12.713
1.02.01.10.10	Outros créditos	32.770	32.570
1.02.01.10.11	Compromissos Futuros	406.131	427.583
1.02.02	Investimentos	1.458.431	1.323.266
1.02.02.01	Participações Societárias	1.383.537	1.311.885
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	74.894	11.381
1.02.03	Imobilizado	5.995.617	6.068.213

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.500.576	5.580.306
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	94.925	86.243
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	400.116	401.664
1.02.04	Intangível	4.236.033	2.610.942
1.02.04.01	Intangíveis	4.207.408	2.582.317
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	91.554	85.303
1.02.04.01.03	Intangível em Operação	4.115.854	2.497.014
1.02.04.02	Goodwill	28.625	28.625

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	36.525.760	33.378.739
2.01	Passivo Circulante	7.279.312	6.989.584
2.01.02	Fornecedores	1.409.346	1.944.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	675.409	770.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	336.790	461.261
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	171.600	136.043
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	165.190	325.218
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	332.087	302.327
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.532	7.346
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.687.266	1.580.503
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	958.085	801.082
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	790.972	608.441
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	167.113	192.641
2.01.04.02	Debêntures	729.181	779.421
2.01.05	Outras Obrigações	3.214.973	2.398.937
2.01.05.02	Outros	3.214.973	2.398.937
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	695.228	680.874
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	138.467	132.454
2.01.05.02.05	Uso do bem público	43.947	43.269
2.01.05.02.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	103.603	67.558
2.01.05.02.07	Passivos financeiros setoriais	1.148.057	627.003
2.01.05.02.08	Ressarcimento por indisponibilidade	2.933	2.945
2.01.05.02.09	Derivativos	201.996	0
2.01.05.02.10	Compromissos futuros	535.353	379.905
2.01.05.02.11	Outras contas a pagar	345.389	464.929
2.01.06	Provisões	122.509	117.118
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	69.786	65.981
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	51.506	51.615
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	2.310	2.315
2.01.06.01.07	Outras	15.970	12.051
2.01.06.02	Outras Provisões	52.723	51.137
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	52.723	51.137
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	169.809	178.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	169.809	178.000
2.02	Passivo Não Circulante	16.519.663	14.095.143
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.837.729	9.017.011
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.999.193	2.072.049
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.009.281	2.072.049
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	989.912	0
2.02.01.02	Debêntures	7.838.536	6.944.962
2.02.02	Outras Obrigações	2.108.914	2.462.304
2.02.02.02	Outros	2.108.914	2.462.304
2.02.02.02.04	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	287.547	291.986
2.02.02.02.06	Uso do bem público	483.716	462.865
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	914.704	1.496.347

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.09	Derivativos	212.777	0
2.02.02.02.10	Compromissos futuros	69.911	85.737
2.02.02.02.11	Outras contas a pagar	140.259	125.369
2.02.03	Tributos Diferidos	2.141.834	1.227.836
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.141.834	1.227.836
2.02.04	Provisões	1.431.186	1.387.992
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.386.871	1.348.940
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	53.375	52.545
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	149.590	137.027
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	799.588	798.634
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	331.219	308.289
2.02.04.01.07	Outras	53.099	52.445
2.02.04.02	Outras Provisões	44.315	39.052
2.02.04.02.04	Provisões para Licenças Ambientais	32.469	26.052
2.02.04.02.06	Provisão para passivo a descoberto	972	2.329
2.02.04.02.07	Provisão para desmantelamento	10.874	10.671
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.726.785	12.294.012
2.03.01	Capital Social Realizado	5.502.716	5.502.716
2.03.02	Reservas de Capital	-56.548	42.300
2.03.02.04	Opções Outorgadas	6.185	5.681
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-189.488	-90.534
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.490	60.490
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	30.914	31.312
2.03.04	Reservas de Lucros	6.260.565	6.260.565
2.03.04.01	Reserva Legal	673.859	673.859
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.116.043	4.116.043
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.470.663	1.470.663
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	522.798	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-674.401	-654.184
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/ Resultados abrangentes das subsidiárias	-674.401	-654.184
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.171.655	1.142.615

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.111.111	4.006.219
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.793.790	-2.930.341
3.02.01	Custo do serviço de energia elétrica	-2.027.795	-1.978.322
3.02.02	Custo da produção da energia elétrica	-6.553	-141.562
3.02.03	Custo de operação	-333.805	-304.640
3.02.04	Custo do serviço prestado a terceiros	-425.637	-505.817
3.03	Resultado Bruto	1.317.321	1.075.878
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-180.181	-127.534
3.04.01	Despesas com Vendas	-42.489	-24.931
3.04.01.01	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-42.489	-24.931
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-138.353	-146.625
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-138.353	-146.625
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	410	0
3.04.04.01	Ganho na aquisição/alienação de investimento	410	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.686	-24.328
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.937	68.350
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.137.140	948.344
3.06	Resultado Financeiro	-348.384	-209.982
3.06.01	Receitas Financeiras	156.773	83.404
3.06.02	Despesas Financeiras	-505.157	-293.386
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	788.756	738.362
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-228.645	-213.060
3.08.01	Corrente	-197.597	-140.243
3.08.02	Diferido	-31.048	-72.817
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	560.111	525.302
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	560.111	525.302
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	522.798	495.782
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	37.313	29.520
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,91003	0,83449
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,90342	0,82888

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	560.111	525.302
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-20.217	57.542
4.02.01	Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	45	44
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	64.983	56.286
4.02.03	Hedge de fluxos de caixa	-129.137	1.859
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.892	-647
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	539.894	582.844
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	502.581	553.324
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	37.313	29.520

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	800.397	289.922
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.416.830	858.109
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	788.756	738.362
6.01.01.02	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	42.489	24.931
6.01.01.03	Remuneração e valor justo do ativo financeiro indenizável	-119.382	-73.013
6.01.01.04	Tributos diferidos	105.742	3.498
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	169.932	168.587
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	23.567	17.913
6.01.01.07	Compromissos futuros	-25.018	-51.358
6.01.01.08	Direito de concessão - GSF	0	-23.296
6.01.01.09	Encargos de dívidas e var. monetárias e cambiais de mútuos, empréstimos, financiamentos e debêntures	383.717	116.223
6.01.01.10	Uso do bem público e Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	35.609	43.057
6.01.01.11	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	20.647	15.989
6.01.01.12	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	43.007	36.364
6.01.01.13	Ativos e passivos financeiros setoriais	6.852	3.356
6.01.01.14	MtM (Market - to -market) contratos derivativos	138.064	0
6.01.01.15	Resultado de participações societárias	-39.937	-68.350
6.01.01.16	Remuneração dos Ativos da concessão	-150.352	-157.710
6.01.01.17	Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	13.335	6.998
6.01.01.18	Fornecedores - atualização monetária - Energia livre	2.106	2.693
6.01.01.19	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-14.392	-4.641
6.01.01.20	Outros	-7.912	58.506
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-616.433	-568.187
6.01.02.01	Contas a receber	-67.795	484.627
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	105.848	117.186
6.01.02.04	Ativos financeiros setoriais	449.696	39.398
6.01.02.05	Estoques	-145.913	-130.565
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-12.015	2.220
6.01.02.08	Rendas a receber	-8.483	1.859
6.01.02.09	Outros ativos operacionais	-69.776	-34.704
6.01.02.10	Fornecedores	-566.282	-690.074
6.01.02.11	Passivos financeiros setoriais	-104.271	-136.351
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições sociais	-85.182	-84.751
6.01.02.13	Benefícios pós-emprego	-21.066	-12.856
6.01.02.14	Encargos setoriais	-9.320	-1.899
6.01.02.15	Provisões	-13.847	-19.476
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-159.708	-159.754
6.01.02.17	Uso do bem público	-11.045	-9.098
6.01.02.19	Outros passivos operacionais	33.384	55.996
6.01.02.20	Ativos da concessão	69.342	10.055
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.530.011	-466.387
6.02.04	Aquisição de investimento	-2.115.365	-11.699

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.02.07	Adições ao Imobilizado e Intangível e ativo financeiro indenizável	-9.670	-27.485
6.02.09	Empréstimo a receber	0	-779
6.02.10	Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos alienados	162.762	0
6.02.11	Títulos e valores mobiliários	-164.159	-5.000
6.02.12	Adições aos ativos da concessão	-403.579	-421.424
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.575.843	414.527
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-35.274	0
6.03.05	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.949.466	1.825.180
6.03.06	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-91.163	-997.133
6.03.07	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-139.494	-78.696
6.03.08	Cauções e depósitos vinculados	106	-5.987
6.03.09	Pagamentos do principal de arrendamentos	-8.844	-9.708
6.03.12	Recompra de ações em tesouraria	-98.954	-322.929
6.03.13	Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores	0	3.800
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-153.771	238.062
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.699.490	2.735.859
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.545.719	2.973.921

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397	1.142.615	12.294.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397	1.142.615	12.294.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-98.848	0	0	0	-98.848	-8.272	-107.120
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-398	0	0	0	-398	398	0
5.04.11	Dividendos destinados a não controladores	0	0	0	0	0	0	-8.670	-8.670
5.04.15	Opções de ações outorgadas	0	504	0	0	0	504	0	504
5.04.18	Recuperação de ações em tesouraria	0	-98.954	0	0	0	-98.954	0	-98.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	522.798	-20.217	502.581	37.313	539.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	522.798	0	522.798	37.313	560.111
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20.217	-20.217	0	-20.217
5.05.02.09	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	-20.217	-20.217	0	-20.217
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-56.548	6.260.565	522.798	-674.401	11.555.130	1.171.656	12.726.786

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080	1.135.193	11.256.273
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	-4.919	5.365.110	0	-741.827	10.121.080	1.135.193	11.256.273
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-322.134	0	0	0	-322.134	-6.176	-328.310
5.04.11	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-399	0	0	0	-399	399	0
5.04.14	Dividendos destinados a não controladores	0	0	0	0	0	0	-6.575	-6.575
5.04.18	Opções de ações outorgadas	0	1.194	0	0	0	1.194	0	1.194
5.04.19	Recuperação de ações em tesouraria	0	-322.929	0	0	0	-322.929	0	-322.929
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	495.782	57.542	553.324	29.520	582.844
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	495.782	0	495.782	29.520	525.302
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	57.542	57.542	0	57.542
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	57.542	57.542	0	57.542
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-327.053	5.365.110	495.782	-684.285	10.352.270	1.158.537	11.510.807

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	6.026.463	5.551.945
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.333.985	4.660.447
7.01.02	Outras Receitas	711.087	875.038
7.01.02.01	Receita de construção	424.892	568.624
7.01.02.02	Atualização e valor justo do Ativo financeiro indenizável	119.382	73.013
7.01.02.03	Remuneração dos Ativos da concessão	160.767	118.627
7.01.02.04	Outras Receitas	6.046	114.774
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	23.880	41.391
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-42.489	-24.931
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.884.825	-3.057.671
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.890.342	-1.839.087
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-165.991	-295.192
7.02.04	Outros	-828.492	-923.392
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-338.357	-356.080
7.02.04.02	Custo com construção da infraestrutura	-419.688	-500.771
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-70.447	-66.541
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.141.638	2.494.274
7.04	Retenções	-177.039	-174.535
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-177.039	-174.535
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.964.599	2.319.739
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	211.687	187.058
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.937	68.350
7.06.02	Receitas Financeiras	171.750	118.708
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.176.286	2.506.797
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.176.286	2.506.797
7.08.01	Pessoal	136.244	115.029
7.08.01.01	Remuneração Direta	94.150	81.347
7.08.01.02	Benefícios	31.051	26.038
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.043	7.644
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.967.501	1.439.041
7.08.02.01	Federais	1.040.948	736.918
7.08.02.02	Estaduais	919.537	695.082
7.08.02.03	Municipais	7.016	7.041
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	512.430	427.425
7.08.03.01	Juros	510.344	427.513
7.08.03.02	Aluguéis	2.086	-88
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	560.111	525.302
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	522.798	495.782
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	37.313	29.520

Release 1T22



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

As informações a seguir referem-se ao primeiro trimestre de 2022, em comparação ao período homólogo de 2021.

1. EVENTOS RELEVANTES

EDP Transmissão SP-MG: Entrada em Operação Comercial Parcial

Em 27 de janeiro, a Companhia solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), o termo de liberação do início de operação comercial do primeiro trecho da linha de transmissão do lote, representando uma Receita Anual Permitida¹ ("RAP") de R\$ 111,8 milhões, equivalente a 45% da RAP total.

Conclusão da aquisição na Celg Transmissão S.A ("Celg-T"), atual EDP Goiás

Em 07 de fevereiro a Companhia concluiu a aquisição de 99,99% das ações da Celg-T, quando passou a ser denominada de EDP Goiás.

Entrada em Operação Comercial da EDP Transmissão Aliança SC

Em 18 de fevereiro, a EDP Transmissão Aliança SC concluiu a entrada em operação comercial total e a Companhia passou a receber a RAP¹ de R\$ 208 milhões.

Distribuição de Dividendos

Em 05 de abril, em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), foi deliberado a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021, no valor de R\$ 803,2 milhões, equivalente a R\$ 1,40 por ação. Em 29 de dezembro, o Conselho de Administração já tinha aprovado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), no montante de R\$ 454,8 milhões, correspondente a R\$ 0,79 por ação. Com esse montante, os dividendos e JCP somam R\$ 1.258 milhões, correspondente a R\$ 2,19 por ação.

Desenvolvimento de Projeto de Energia Solar- Novo Oriente

Em 20 de abril, a Companhia informou o desenvolvimento da usina fotovoltaica Novo Oriente Solar ("Novo Oriente"), com capacidade instalada de 254 MWac, em conjunto com a EDP Renováveis S.A. ("EDPR"), em um co-investimento em partes iguais. Novo Oriente está localizado no estado de São Paulo, no município de Ilha Solteira, projeto já outorgado e possui previsão de início de operação comercial em 2024.

Adesão à Conta de Escassez Hídrica para as Distribuidoras

Em 26 de abril, em reunião de diretoria da ANEEL, foi aprovado o Contrato de Operação de Crédito, elaborado pela CCEE, referente ao Termo de Aceitação da Resolução Normativa 1.008/2022, destinada a cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras. A conta foi instituída pela Medida Provisória nº 1.078/2021, com objetivo de dar liquidez financeira ao setor e aliviar os consumidores dos impactos tarifários no período. O valor total requerido pela EDP foi de R\$ 109,1 milhões, sendo R\$ 59,2 milhões referente à EDP SP e R\$ 49,9 milhões à EDP ES.

Continuidade do Processo de Venda dos Ativos Hídricos

A Companhia informa a continuação do processo estruturado de alienação dos ativos hídricos da Companhia Energética do Jari – CEJA ("UHE Jari"), da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. ("UHE Cachoeira Caldeirão") e da Energest S.A. ("Energest" ou "UHE Mascarenhas").

Liberações e Captações de Recursos Financeiros

Até a presente data foram desembolsados os seguintes recursos:

Empresa	Fonte	Data da Liberação	Valor (R\$ Mil)
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. ("PCH SL")	Debêntures - 1ª Emissão	jan-22	700.000
PCH SL	4131 Scotiabank - SWAP	jan-22	849.870
PCH SL	4131 ITAU - SWAP	fev-22	350.000
Subtotal PCH SL			1.899.870
EDP Trading	4131 MUFG	mar-22	50.000
Total até 31 de Março			1.949.870
EDP Smart Serviços	4131 ITAU - SWAP	abr-22	120.000
Total até 30 de Abril			2.069.870

Nota: PCH SL é uma subholding utilizada para aquisição da EDP Goiás/ SWAP para R\$ CDI+Spread

¹ RAP Homologada ciclo 2021-2022

Release 1T22



2. CONSOLIDADO

2.1 RESULTADO CONSOLIDADO

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	1T22	1T22	1T22	1T22	1T22	1T22	1T22	1T22	1T22
Receita Líquida¹	320.500	225.316	2.339.557	790.599	184.478	1.563	91.284	(246.445)	3.706.852
Receita de Construção	-	-	357.758	-	61.930	-	-	-	419.688
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(15.429)	-	-	-	(15.429)
Gastos Não-Gerenciáveis	(51.810)	(38.082)	(1.374.607)	(746.631)	-	-	(68.489)	245.271	(2.034.348)
Margem Bruta	268.690	187.234	964.950	43.968	169.049	1.563	22.795	(1.174)	1.657.075
Gastos Gerenciáveis⁴	(59.573)	(74.572)	(712.774)	(5.779)	(73.405)	(26.677)	(22.122)	(5.068)	(979.970)
PMSO	(15.649)	(27.435)	(209.269)	(5.052)	(11.761)	(22.448)	(17.811)	(432)	(309.857)
Provisões	36	(49)	(53.697)	(155)	404	-	(315)	-	(53.776)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	94	(26.992)	-	-	-	-	-	(26.898)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	410	-	-	410
EBITDA	253.077	159.844	674.992	38.761	157.692	(20.475)	4.669	(1.606)	1.266.954
Depreciação e Amortização	(43.960)	(47.182)	(65.058)	(572)	(118)	(4.229)	(3.996)	(4.636)	(169.751)
Resultado das Participações Societárias	-	-	-	3.274	-	545.432	-	(508.769)	39.937
Resultado Financeiro Líquido	(60.262)	(11.823)	(113.827)	(15.715)	(122.544)	15.932	(3.365)	(36.780)	(348.384)
IR e Contribuição Social	(45.943)	(17.780)	(146.644)	(7.594)	(11.732)	(13.862)	(451)	15.361	(228.645)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	102.912	83.059	349.643	18.154	23.298	522.798	(3.143)	(536.430)	560.111
Participações de Minoritários	(37.604)	-	-	-	292	-	-	(1)	(37.313)
Lucro Líquido do Exercício	65.308	83.059	349.643	18.154	23.590	522.798	(3.143)	(536.431)	522.798

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	1T21	1T21	1T21	1T21	1T21	1T21	1T21	1T21	1T21
Receita Líquida¹	390.079	389.269	2.108.255	876.813	102.066	735	40.635	(463.759)	3.444.093
Receita de Construção	-	-	224.522	-	276.249	-	-	-	500.771
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	61.355	-	-	-	61.355
Gastos Não-Gerenciáveis	(110.340)	(226.981)	(1.405.171)	(812.934)	-	-	(27.294)	462.836	(2.119.884)
Margem Bruta	279.739	162.288	703.084	63.879	163.421	735	13.341	(923)	1.385.564
Gastos Gerenciáveis⁴	(52.724)	(76.012)	(536.909)	(1.362)	(282.861)	(28.681)	(16.804)	(10.988)	(1.006.341)
PMSO	(17.015)	(28.798)	(191.381)	(5.841)	(6.414)	(24.275)	(14.389)	515	(287.598)
Provisões	(476)	-	(43.692)	4.994	-	(270)	13	-	(39.431)
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	-	138	(10.022)	-	-	-	-	-	(9.884)
EBITDA	262.248	133.628	457.989	63.032	157.007	(23.810)	(1.035)	(408)	1.048.651
Depreciação e Amortização	(35.233)	(47.352)	(67.292)	(515)	(198)	(4.136)	(2.428)	(11.503)	(168.657)
Resultado das Participações Societárias	-	-	-	(16.870)	-	541.552	-	(456.332)	68.350
Resultado Financeiro Líquido	(98.852)	(24.080)	(53.714)	(98)	(13.959)	(18.385)	(991)	97	(209.982)
IR e Contribuição Social	(36.787)	(12.272)	(110.022)	(21.195)	(37.204)	561	(52)	3.911	(213.060)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	91.376	49.924	226.961	24.354	105.646	495.782	(4.506)	(464.235)	525.302
Participações de Minoritários	(27.061)	-	-	-	(2.460)	-	-	-	(29.521)
Lucro Líquido do Exercício	64.315	49.924	226.961	24.354	103.186	495.782	(4.506)	(464.235)	495.781

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Eliminações	Consolidado ³
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	-17,8%	-42,1%	11,0%	-9,8%	80,7%	112,7%	124,6%	-46,9%	7,6%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	59,3%	n.d.	-77,6%	n.d.	n.d.	n.d.	-16,2%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Gastos Não-Gerenciáveis	-53,0%	-83,2%	-2,2%	-8,2%	n.d.	n.d.	150,9%	-47,0%	-4,0%
Margem Bruta	-3,9%	15,4%	37,2%	-31,2%	3,4%	112,7%	70,9%	27,2%	19,6%
Gastos Gerenciáveis⁴	13,0%	-1,9%	32,8%	324,3%	-74,0%	-7,0%	31,6%	-53,9%	-2,6%
PMSO	-8,0%	-4,7%	9,3%	-13,5%	83,4%	-7,5%	23,8%	n.d.	7,7%
Provisões	n.d.	n.d.	22,9%	n.d.	n.d.	-100,0%	n.d.	n.d.	36,4%
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	n.d.	-31,9%	169,3%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	172,1%
EBITDA	-3,5%	19,6%	47,4%	-38,5%	0,4%	-14,0%	n.d.	n.d.	20,8%
Depreciação e Amortização	24,8%	-0,4%	-3,3%	11,1%	-40,4%	2,2%	64,6%	-59,7%	0,6%
Resultado das Participações Societárias	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,7%	n.d.	11,5%	-41,6%
Resultado Financeiro Líquido	-39,0%	-50,9%	111,9%	15935,7%	777,9%	n.d.	239,6%	n.d.	65,9%
IR e Contribuição Social	24,9%	44,9%	33,3%	-64,2%	-68,5%	n.d.	767,3%	292,8%	7,3%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	12,6%	66,4%	54,0%	-25,5%	-77,9%	5,4%	-30,2%	15,6%	6,6%
Participações de minoritários	39,0%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	26,4%
Lucro Líquido do Exercício	1,5%	66,4%	54,0%	-25,5%	-77,1%	5,4%	-30,2%	15,6%	5,4%

¹ Não considera receita de construção. ² Considera consolidado Grid e EDP Varejista. ³ Considera eliminações intragrupo. ⁴ Gastos gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.

Release 1T22



2.1.1 MARGEM BRUTA

Ítem em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	1T22	1T21	Var
Receita Operacional Líquida	3.691.423	3.505.448	5,3%
Gastos Não Gerenciáveis	(2.034.348)	(2.119.884)	-4,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.719.619)	(1.663.393)	3,4%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(306.876)	(323.017)	-5,0%
Outros	(7.853)	(133.474)	-94,1%
Margem Bruta	1.657.075	1.385.564	19,6%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.

A Margem Bruta aumentou 19,6%, decorrente de:

- Distribuição:** aumento de R\$ 261,9 milhões, decorrente principalmente de: (i) efeito tarifa devido aos reajustes tarifários ocorridos em 2021 na EDP São Paulo ("EDP SP") e na EDP Espírito Santo ("EDP ES"); (ii) maior reconhecimento do valor novo de reposição ("VNR"), resultando em +R\$ 46,4 milhões; (iii) crescimento do mercado de energia distribuída em 1,3%; e (iv) outras receitas;
- Hídrica:** redução de R\$ 11,0 milhões, reflexo da contabilização, ocorrida em 2021, do complemento da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), que possibilitou o incremento de R\$ 23,3 milhões, conforme Resolução ANEEL nº 895/2020, minimizado pela estratégia de sazonalização da Companhia, que aloca mais energia no segundo semestre do ano;
- Pecém:** aumento de R\$ 24,9 milhões, decorrente do reajuste anual do contrato de venda, ocorrido em novembro;
- Transmissão:** aumento de R\$ 5,6 milhões, decorrente dos efeitos de atualização dos ativos de concessão. Cabe destacar a alienação de 3 lotes de transmissão no final do ano de 2021 e a conclusão da aquisição da Celg-T ("EDP Goiás"), alinhado com a estratégia de rotação de ativos estabelecido no Plano de Negócios de 2021-2025;
- Trading:** redução de R\$ 19,9 milhões, decorrente da melhora do cenário hidrológico, possibilitando a recuperação dos reservatórios acima do esperado e refletindo em menores preços de energia; e
- Cliente:** aumento de R\$ 9,5 milhões, decorrente da entrada em operação dos projetos de energia fotovoltaica, além do aumento dos contratos na EDP Varejista.

Formação da Margem Bruta 1T22 (R\$ milhões)



Nota: A Margem Bruta da Transmissão refere-se a Receita com a Remuneração do Ativo de Concessão.

2.1.2 GASTOS GERENCIÁVEIS

No primeiro trimestre, a Companhia manteve sua trajetória de eficiência e gerenciamento de gastos, através de iniciativas de automatização e digitalização dos processos, apresentando um PMSO recorrente de R\$ 280,0 milhões, aumento de 2,3%, abaixo dos índices de inflação (IPCA: 11,3% e IGP-M: 14,8%) dos últimos 12 meses. Cabe destacar que, desde o dia 07 de fevereiro, a Companhia passou a consolidar os resultados da EDP Goiás.

Release 1T22



	1T22	1T21	Var
PMSO	(309.857)	(287.598)	7,7%
Contabilização do IFRS 16 (aluguéis)	(6.169)	(7.891)	-21,8%
Novos Negócios ¹	28.228	17.091	65,2%
Custos com Receita Associada	4.505	4.765	-5,5%
Bonificação do Vale Alimentação atrelado ao dissídio	3.300	-	n.d.
PMSO recorrente	(279.993)	(273.632)	2,3%

¹ Transmissão, EDP Ventures, EDP Smart (GRID + Soluções+ Varejista).

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	1T22	1T21	Var
Pessoal	(150.686)	(130.591)	15,4%
Material	(16.097)	(15.469)	4,1%
Serviços de Terceiros	(114.602)	(115.902)	-1,1%
Provisões	(53.776)	(39.431)	36,4%
Outros	(28.472)	(25.636)	11,1%
Total PMSO com Provisões	(363.633)	(327.029)	11,2%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(309.857)	(287.598)	7,7%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(26.898)	(9.884)	172,1%
Custo com Construção da Infraestrutura	(419.688)	(500.771)	-16,2%
Depreciação e Amortização	(169.751)	(168.657)	0,6%
Gastos Gerenciáveis	(979.970)	(1.006.341)	-2,6%

Os principais itens que influenciaram o PMSO foram:

- (i) Pessoal – aumento de 15,4% (+R\$ 20,1 milhões), decorrente de despesas adicionais com a incorporação da EDP Goiás, do reajuste salarial anual, ocorrido em novembro, além da bonificação de vale alimentação atrelado ao dissídio;
- (ii) Material – aumento de 4,1% (+R\$ 0,6 milhão), decorrente do aumento dos gastos com combustível, reflexo dos reajustes de preços;
- (iii) Serviços de Terceiros – redução de 1,1% (-R\$ 1,3 milhão), reflexo de menores gastos com outsourcing decorrente de deslocamento dos cronogramas de realizações entre os períodos comparados; e
- (iv) Outros – aumento de 11,1% (+R\$ 2,8 milhões), decorrente dos aumentos dos gastos com aluguéis e seguros.

A conta de **Provisões** aumentou 36,4%, decorrente do aumento da PECLD, detalhado no capítulo de distribuição, parcialmente mitigado pela redução de R\$ 3,2 milhões em Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrente da reversão de casos cíveis e trabalhistas encerrados.

A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens**, aumentou R\$ 17,2 milhões, decorrente da maior ocorrência de atividades de recomposição de redes nas distribuidoras e do aumento da ativação de bens, principalmente na EDP ES, decorrente da revisão tarifária de 2022. Adicionalmente, cabe destacar que a Companhia possui como meta organizacional 10% de perdas com desativação e alienação de bens, com relação ao investimento realizado.

A conta de **Depreciação e Amortização** aumentou 0,6%, em linha com o período homólogo.

2.1.3. RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Itens em R\$ Mil ou %	1T22	1T21	Var
Santo Antônio do Jari (50%) ¹	15.982	7.093	125,3%
Cachoeira Caldeirão (50%) ¹	128	(3.648)	n.d.
São Manoel (33,33%) ¹	(4.459)	(4.998)	-10,8%
Celesc (29,90%) ¹	26.352	69.851	-62,3%
Outros ²	1.934	52	n.d.
Resultado das Participações Societárias	39.937	68.350	-41,6%

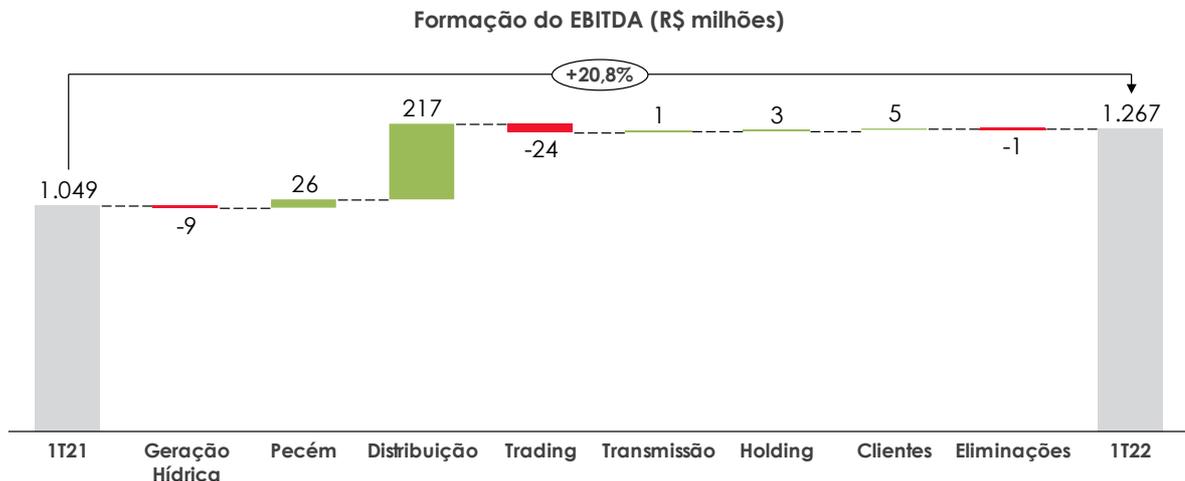
¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem de um trimestre em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; ² Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM e Mabe.

Release 1T22



A redução do Resultado das Participações Societárias, reflete o menor resultado em Celesc, decorrente do efeito positivo contabilizado no 4T20, retroagindo até a data do reajuste tarifário, que ocorreu em agosto daquele ano. Essa contabilização foi possibilitada pela queda de liminar, que havia suspenso a incidência do reajuste, decorrente dos efeitos causados pela pandemia da COVID-19. Os resultados de participações societárias de Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel serão detalhados no capítulo de Projetos Não Consolidados.

2.1.4 EBITDA



Nota: A contabilização do resultado do segmento de Transmissão está de acordo com o ICPC 01,IFRIC12

O EBITDA foi de R\$ 1,3 bilhão, aumento de 20,8%, conforme efeitos mencionados anteriormente.

Itens em R\$ Mil ou %	1T22	1T21	Var
EBITDA	1.266.954	1.048.651	20,8%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(119.382)	(73.013)	63,5%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(157.692)	(157.007)	0,4%
EBITDA Regulatório Transmissão	74.949	12.137	517,5%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	(23.296)	n.d.
EBITDA Ajustado	1.064.829	807.472	31,9%
Resultado das Participações Societárias	39.937	68.350	-41,6%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	1.306.891	1.117.001	17,00%

O EBITDA ajustado, pelos efeitos não recorrentes e não caixa, foi de R\$ 1,1 bilhão, aumento de 31,9%. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 1,3 bilhão.

Release 1T22



2.1.5. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado		
	1T22	1T21	Var
Receita Financeira	156.773	83.404	88,0%
Juros e variações monetárias	150.130	78.641	90,9%
Operações de swap e hedge	6.449	38.441	-83,2%
Variações em moeda estrangeira	11.044	-	n.d.
Ajustes a Valor Presente	239	248	-3,6%
(-) Juros capitalizados	(87)	(31.262)	-99,7%
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras	(13.284)	(4.042)	228,6%
Outras Receitas Financeiras	2.282	1.378	65,6%
Despesa Financeira	(505.157)	(293.386)	72,2%
Encargos de Dívidas	(389.111)	(124.456)	212,6%
Juros e variações monetárias	(107.333)	(149.796)	-28,3%
Variações em moeda estrangeira	-	(11.023)	-100,0%
Ajustes a Valor Presente	(774)	(420)	84,3%
(-) Juros capitalizados	-	784	-100,0%
Outras Despesas Financeiras	(7.342)	(8.475)	-13,4%
Total	(348.384)	(209.982)	65,9%

A Receita Financeira aumentou 88,0%, em decorrência de:

- (i) Aumento de juros e variações monetárias, resultante de: (i) maior renda de aplicações financeiras, em função do aumento do CDI; e (ii) aumento Juros e Multa sobre tributos, referente a atualização monetária do saldo de ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS; e
- (ii) Redução na conta de swap e hedge decorrente do efeito de variação cambial relacionado ao funding das linhas de transmissão, principalmente do lote 18, minimizados pela capitalização de juros, considerando os lotes em construção.

A Despesa Financeira aumentou 72,2%, em decorrência de:

- (i) Aumento dos encargos de dívidas, reflexo do aumento dos indexadores atreladas às dívidas (CDI, IPCA e TJLP), além do aumento de saldo de dívida, minimizados pelos juros capitalizados; e
- (ii) Redução na rubrica de juros e variações monetárias, reflexo do reajuste do Uso do Bem Público ("UBP") e do GSF, indexados a IGP-M, ocorrido no 1T21.

2.1.6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR/CS)

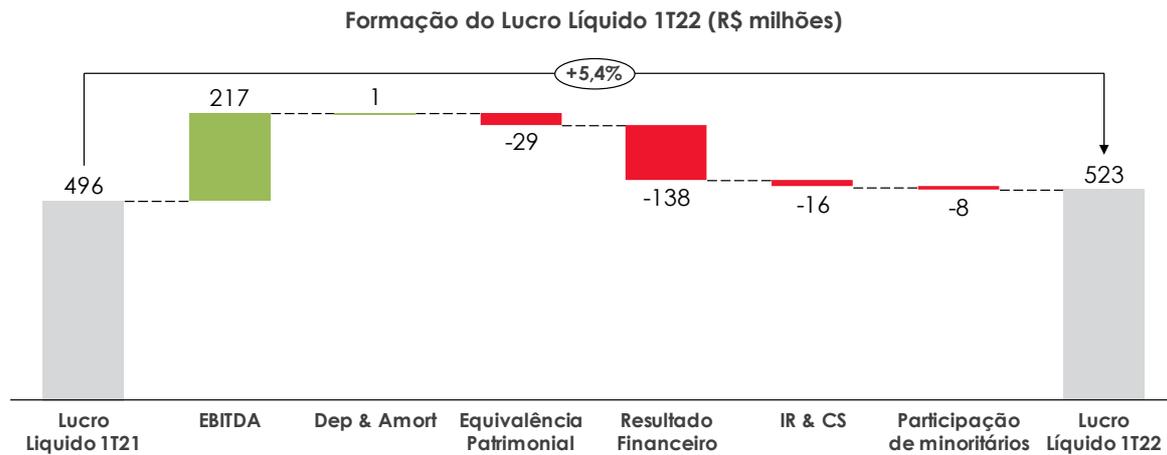
	1T22	1T21	Var
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	788.756	738.362	6,8%
Alíquota	34%	34%	
IR/CS	(268.177)	(251.043)	6,8%
Adições/Exclusões			
Doações	(124)	(317)	-60,9%
Impostos Diferidos N.Reconhecidos / (Adição)/reversão de diferenças perm.	1.115	(17.464)	-106,4%
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	677	28.895	-97,7%
Ajuste de Lucro Presumido	(1.730)	(19.095)	-90,9%
Resultados de Equivalência Patrimonial	13.579	23.239	-41,6%
Juros sobre capital próprio	(3.495)	-	n.d
Incentivos Fiscais (SUDAM / SUDENE/Outros)	30.806	23.443	31,4%
Outras	(1.296)	(718)	80,5%
Total	(228.645)	(213.060)	7,3%
Alíquota Efetiva	29,0%	28,9%	0,1%

O IR/CS foi de R\$ 228,6 milhões, aumento de 7,3%, decorrente do aumento do resultado entre os períodos comparados, além das adições e exclusões à base de cálculo, conforme efeitos: (i) impostos diferidos não constituídos referentes a prejuízos fiscais na Holding; e (ii) ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores e de lucro presumido refletindo alterações dos regimes tributários das transmissoras, contabilizados no 1T21.

Release 1T22



2.1.7. LUCRO LÍQUIDO



O Lucro Líquido foi de R\$ 522,9 milhões, aumento de 5,5%. O Lucro Líquido ajustado foi de R\$ 386,2 milhões, aumento de 20,4%.

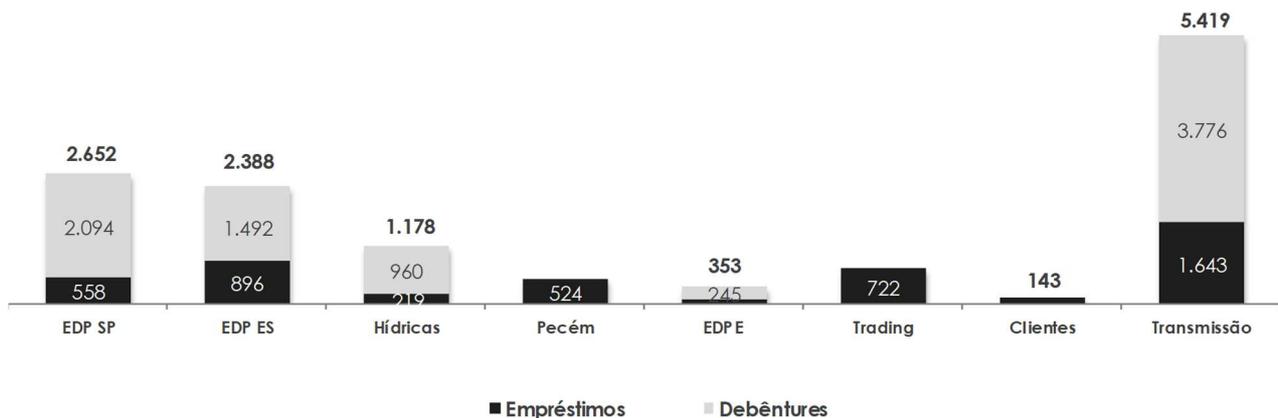
Itens em R\$ Mil ou %	1T22	1T21	Var
Lucro	522.798	495.781	5,4%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(78.792)	(48.189)	63,5%
Lucro Transmissão (IFRS)	(23.590)	(103.186)	-77,1%
Lucro Regulatório Transmissão	(34.357)	(8.302)	313,8%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	(15.375)	n.d.
Lucro Líquido Ajustado	386.059	320.729	20,4%

2.2. ENDIVIDAMENTO

2.2.1. DÍVIDA BRUTA

A Companhia finalizou o trimestre com Dívida Bruta de R\$ 12,8 bilhões, aumento de 20,7%, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,3 bilhão. As principais captações feitas no período estão disponíveis no anexo IX.

Dívida Bruta por empresa (R\$ milhões)

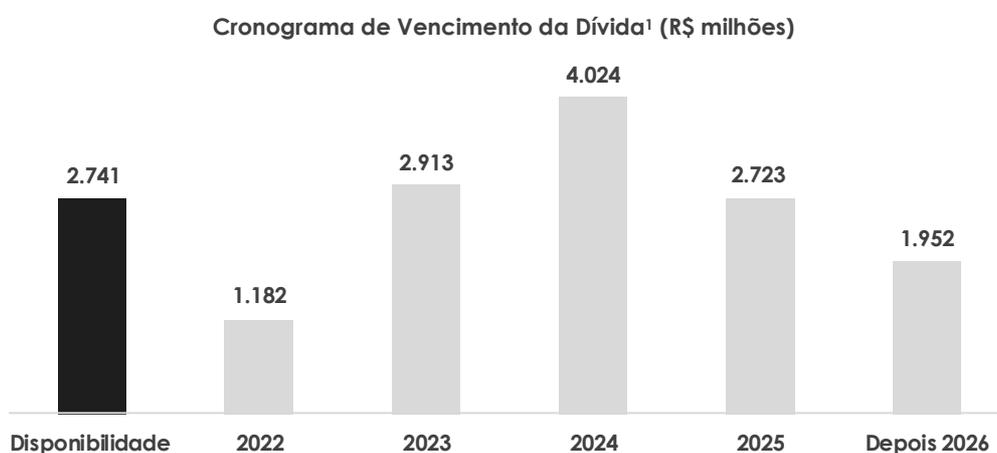
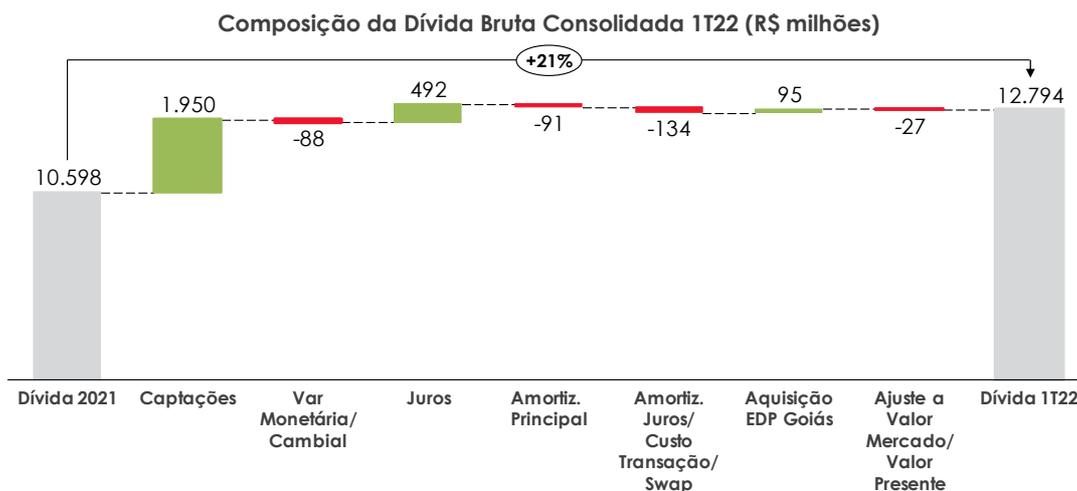


Nota: Não considera eliminações intragrupo de R\$ 586,1 milhões (contratos de mútuo intragrupo e as ações preferenciais da Investco classificadas como dívida).

A estratégia da Companhia durante este ano consiste em realizar emissões a fim de refinanciar e alongar o prazo médio das suas dívidas, tendo já realizado no trimestre as emissões referentes à conclusão da aquisição da EDP Goiás.

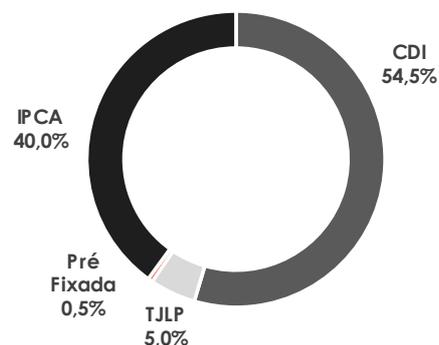
As amortizações de Principal e Juros referem-se a: (i) BNDES nas distribuidoras e Pecém; (ii) 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissões de Debêntures na EDP SP; (iii) 7ª, 8ª, 10ª e 11ª Emissões de Debêntures na EDP ES; (iv) 4ª Emissão de Debêntures na Holding; (v) Cédula de Crédito Bancário na EDP Grid; (vi) 4ª Emissão de Debêntures da Enerpeixe; (vii) Cédula de Crédito Bancário na EDP Trading.

Release 1T22



O custo médio da dívida encerrou o trimestre em 10,3% a.a., em comparação aos 9,3% a.a. no final de 2021, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. A variação do custo médio é reflexo do aumento do IPCA e do CDI. O prazo médio da dívida atingiu 3,3 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 3,7 anos e o custo médio seria de 10,2% a.a..

Dívida Líquida por Indexador em 31/03/2022



Nota: desconsiderando que os financiamentos em moeda estrangeira encontram-se protegidos dos riscos de câmbio (USD), a exposição seria de 9,2% em USD e de 45,3% em CDI, com os demais indexadores mantidos.

2.2.2 FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL, DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM

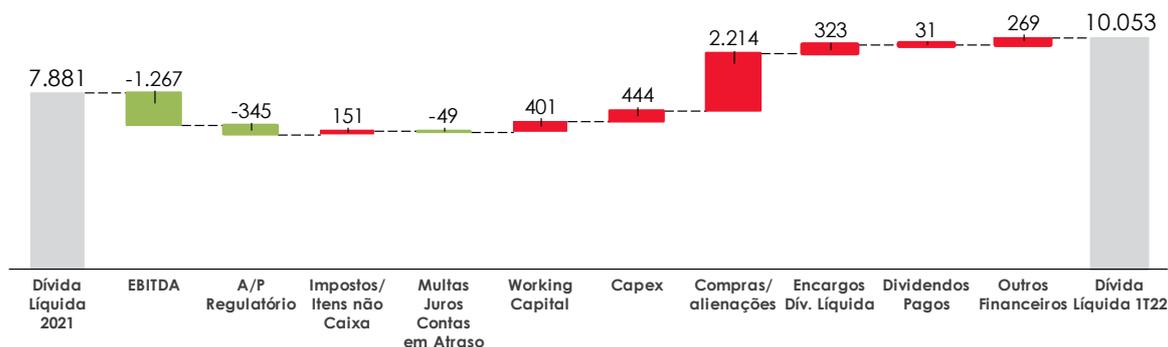
A Dívida Líquida, considerando a geração operacional e os dispêndios de caixa no período, foi de R\$ 10,1 bilhões, aumento de 27,8%, em relação ao saldo do final de 2021.

No trimestre, a Companhia captou R\$ 1,9 bilhão, referentes às operações baseadas na Lei 4.131, referente as captações realizadas na PCH SL e na EDP Trading, além da 1ª Emissão de Debêntures da PCH SL.

Release 1T22

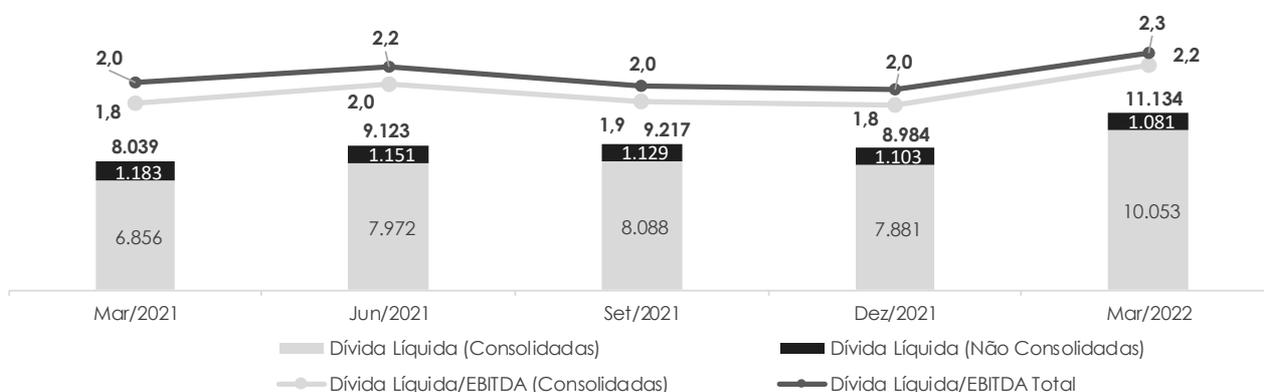


Evolução da Dívida Líquida (R\$ milhões)



A relação Dívida Líquida/EBITDA dos ativos consolidados foi de 2,2 vezes e de 2,3 vezes considerando a participação em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. Excluindo os efeitos não caixa dos últimos 12 meses, a Dívida Líquida/EBITDA ajustado seria de 2,7 vezes.

Evolução da Dívida Líquida/EBITDA (R\$ milhões)



Nota: Considera proporção da participação devida pela EDP nos projetos não consolidados. O caixa considera disponibilidade, títulos e valores mobiliários e caução no valor de R\$ 5,8 milhões referente ao financiamento da Linha de Transmissão de Santa Catarina.

2.3. VARIAÇÃO DO IMOBILIZADO

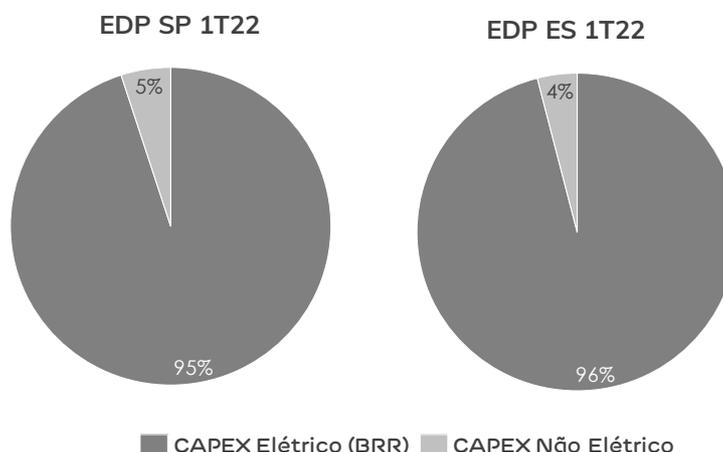
Total			
Variação do Imobilizado (R\$ mil)	1T22	1T21	Var
Distribuição	357.758	224.522	59,3%
EDP São Paulo	198.882	97.100	104,8%
EDP Espírito Santo	158.876	127.422	24,7%
Geração	11.068	10.690	3,5%
Enerpeixe	754	136	454,4%
Energest	147	372	-60,5%
Lajeado / Investco	196	98	100,0%
Pecém	9.971	10.084	-1,1%
Transmissão	61.930	276.249	-77,6%
Solar	6.559	9.908	-33,8%
Outros	6.248	2.274	174,7%
Total	443.563	523.643	-15,3%
Geração não consolidado	1.012	947	7,0%
Total	444.575	524.590	-15,3%

Os investimentos reduziram 15,3%, consequência da diferença de cronograma das obras dos lotes de Transmissão entre os períodos comparados.

Release 1T22



Na Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 357,8 milhões, aumento de 59,3%, em função do reforço dos investimentos para as obras de expansão, melhoria da rede, automação e telecomunicação, além do plano de combate às perdas, com foco na melhoria dos indicadores de continuidade do fornecimento e redução de perdas totais. Os principais investimentos foram direcionados à expansão do sistema elétrico (instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e aumento de demanda de mercado), melhoria da rede e indicadores de continuidade de fornecimento (instalação de indicador de falta, substituição de equipamentos, relocação de rede, instalação e automatização de religadores e modernização de redes), projetos de combate as perdas (blindagem da rede, telemedição e substituição de medidores obsoletos) e investimentos em telecomunicação (remodelagem das subestações, informática e infraestrutura).



Na Transmissão, os investimentos reduziram 77,6%, em função do cronograma físico- financeiro dos lotes em construção, associado a data de entrada em operação.

Variação do Imobilizado (R\$ mil)			
Linhas de Transmissão (Lote)	1T22	1T21	Var
EDP Transmissão	-	(16)	-100,0%
EDP Transmissão MA I	-	23.352	-100,0%
EDP Transmissão MA II	-	32	-100,0%
Mata Grande Transmissão de Energia	12.435	-	n.d.
EDP Transmissão Aliança SC	9.570	121.834	-92,1%
EDP Transmissão SP-MG	3.528	106.996	-96,7%
EDP Transmissão Norte	2.345	-	n.d.
EDP Transmissão Goiás	1.986	-	n.d.
EDP Transmissão Litoral Sul	32.066	24.051	33,3%
Total	61.930	276.249	-77,6%

No segmento Solar, os investimentos foram de R\$ 6,6 milhões, redução de 33,8%, decorrente do cronograma de execução dos projetos entre os períodos analisados. No entanto, conforme o Plano de Negócios de 2021 a 2025, a Companhia pretende investir R\$ 3,0 bilhões nesse período em projetos de *utility scale*, em parceria com a EDP Renováveis e em geração distribuída.

Nos outros segmentos, foram investidos R\$ 6,2 milhões, com destaque para consultorias de estudos de M&A realizadas para aquisição da EDP Goiás, além de novos projetos de eficiência energética, tecnologia e desenvolvimento de novos negócios.

Considerando os ativos não consolidados, os investimentos foram de R\$ 444,6 milhões, redução de 15,3%, conforme já mencionado anteriormente.

Release 1T22



3. DESEMPENHO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

3.1. DISTRIBUIÇÃO

3.1.2. RESULTADO

Itens em R\$ mil ou %	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Consolidado		
	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var
Receita Operacional Líquida	1.183.852	1.144.116	3,5%	1.155.705	964.139	19,9%	2.339.557	2.108.255	11,0%
Gastos não gerenciáveis	(702.501)	(780.345)	-10,0%	(672.106)	(624.826)	7,6%	(1.374.607)	(1.405.171)	-2,2%
Energia elétrica comprada para revenda	(560.914)	(625.484)	-10,3%	(550.128)	(496.672)	10,8%	(1.111.042)	(1.122.156)	-1,0%
Encargos de uso da rede elétrica	(141.305)	(154.594)	-8,6%	(121.751)	(127.954)	-4,8%	(263.056)	(282.548)	-6,9%
Outros	(282)	(267)	5,6%	(227)	(200)	13,5%	(509)	(467)	9,0%
Margem Bruta	481.351	363.771	32,3%	483.599	339.313	42,5%	964.950	703.084	37,2%
Total do PMSO	(107.035)	(99.099)	8,0%	(102.234)	(92.282)	10,8%	(209.269)	(191.381)	9,3%
Pessoal	(51.234)	(44.455)	15,2%	(42.386)	(37.346)	13,5%	(93.620)	(81.801)	14,4%
Material	(5.357)	(3.254)	64,6%	(5.357)	(3.336)	60,6%	(10.714)	(6.590)	62,6%
Serviços de terceiros	(36.669)	(38.560)	-4,9%	(47.585)	(46.866)	1,5%	(84.254)	(85.426)	-1,4%
Outros	(13.775)	(12.830)	7,4%	(6.906)	(4.734)	45,9%	(20.681)	(17.564)	17,7%
Provisões	(24.167)	(22.751)	6,2%	(29.530)	(20.941)	41,0%	(53.697)	(43.692)	22,9%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(10.492)	(3.061)	242,8%	(16.500)	(6.961)	137,0%	(26.992)	(10.022)	169,3%
EBITDA	339.657	238.860	42,2%	335.335	219.129	53,0%	674.992	457.989	47,4%
Margem EBITDA	28,7%	20,9%	7,8%	29,0%	22,7%	6,3%	28,9%	21,7%	7,1%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.

A Receita Líquida atingiu R\$ 2,3 bilhões, aumento de 11,0%, decorrente de: (i) reajustes tarifários das distribuidoras, ocorridos em 2021, com efeito médio percebido pelo consumidor de 12,39% na EDP SP e de 9,75% na EDP ES; (ii) maior reconhecimento de VNR (+R\$ 46,4 milhões), resultante do aumento do IPCA de 11,3% no acumulado de 12 meses entre os períodos comparados; (iii) efeito positivo do Mecanismo de Venda de Excedente ("MVE"), ocorrido em dezembro de 2021 para o ano de 2022, com preço de venda R\$ 286 na EDP SP e R\$ 281 na EDP ES; e (iv) aumento de 1,3% no volume de energia distribuída, refletindo recuperação da atividade econômica no setor comercial e residencial, maior número de dias médios faturados e expansão do número de clientes, conforme [Relatório de Mercado](#).

A tarifa média, decorrente do mix de mercado, aumentou 27,8% e 32,8%, na EDP SP e na EDP ES, respectivamente, refletindo os reajustes tarifários ocorridos em 2021, além da deterioração dos patamares da bandeira tarifária de escassez hídrica entre os meses comparados.

	Tarifa Média (R\$/MWh)					
	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo		
	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var
Residencial	691,71	540,91	27,9%	717,50	554,83	29,3%
Industrial	623,55	507,67	22,8%	726,66	553,20	31,4%
Comercial	712,21	558,75	27,5%	765,35	581,15	31,7%
Rural	623,75	458,01	36,2%	634,38	433,25	46,4%
Outros	579,69	401,90	44,2%	625,01	454,29	37,6%
Total	676,75	529,46	27,8%	704,97	530,71	32,8%

Os Gastos não Gerenciáveis atingiram R\$ 1,4 bilhão, redução de 2,2%, reflexo da redução da energia elétrica comprada para revenda na EDP SP de 10,3%, decorrente do menor preço médio de compra de energia, além da redução nos encargos de uso da rede elétrica, em ambas as distribuidoras.

A Margem Bruta foi de R\$ 965,0 milhões, resultante dos efeitos mencionados, além de:

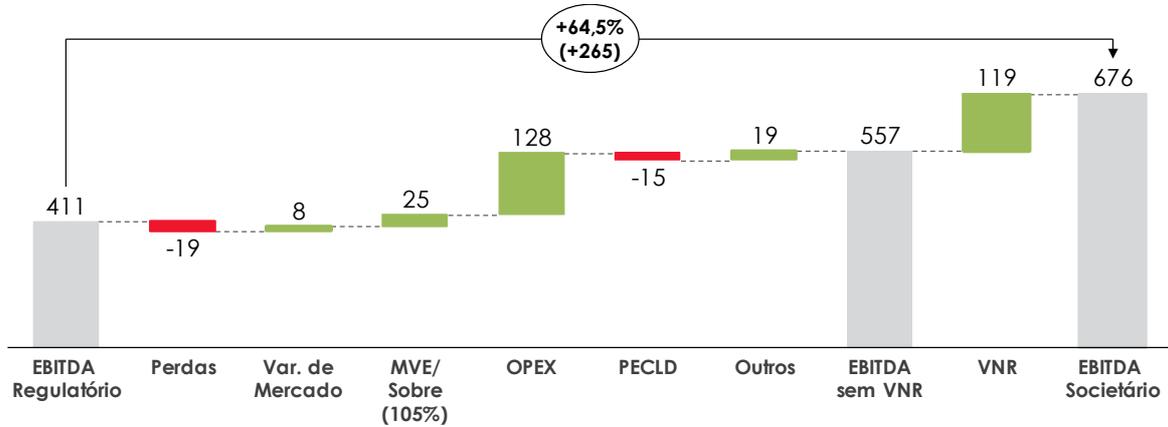
R\$ milhões	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Total Distribuição		
	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var
VNR	44,3	30,8	13,5	75,1	42,2	32,9	119,4	73,0	46,4
Perdas	(11,3)	(11,4)	0,1	(7,9)	(4,1)	(3,8)	(19,2)	(15,5)	(3,8)
MVE/Sobrecontratação	12,1	(2,5)	14,6	13,1	-	13,1	25,3	(2,5)	27,7
Mercado	3,8	-	3,8	4,3	-	4,3	8,1	-	8,1
Efeito Tarifa	83,6	-	83,6	110,8	-	110,8	194,4	-	194,4
Outras Receitas	24,8	24,2	0,6	15,6	17,8	(2,2)	40,4	42,1	(1,6)
Outros Efeitos	1,4	-	1,4	(11,3)	-	(11,3)	(9,9)	-	(9,9)
Total	158,7	41,1	117,6	199,7	56,0	143,7	358,4	97,1	261,3

O PMSO aumentou 9,3%, decorrente principalmente das rubricas Pessoal, Material e Outros. Em Pessoal, o aumento decorre de maiores despesas com o reajuste salarial anual, ocorrido em novembro, além da bonificação do vale alimentação, atrelado ao dissídio. Em Material e Outros, o aumento reflete maiores gastos com manutenções prediais e aluguéis, respectivamente. O EBITDA foi de R\$ 675,0 milhões, redução de 47,4%.

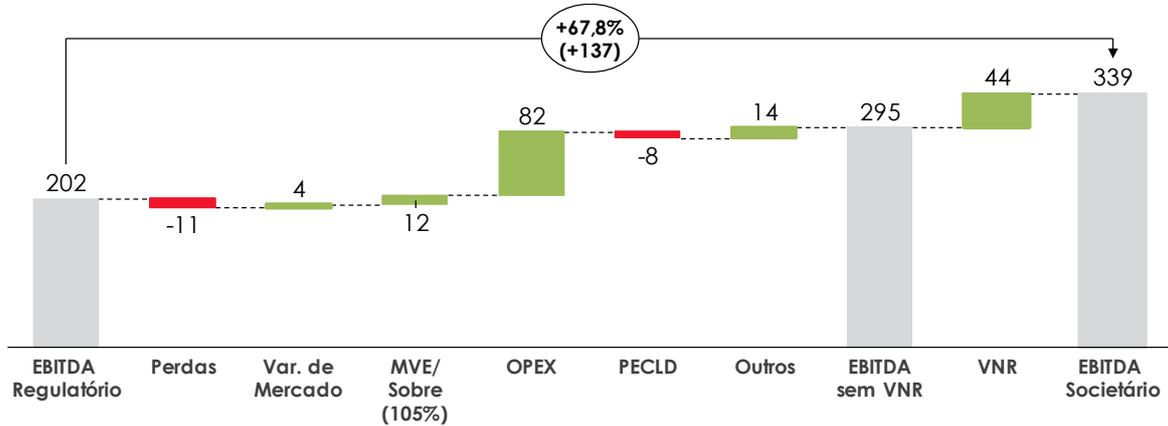
Release 1T22



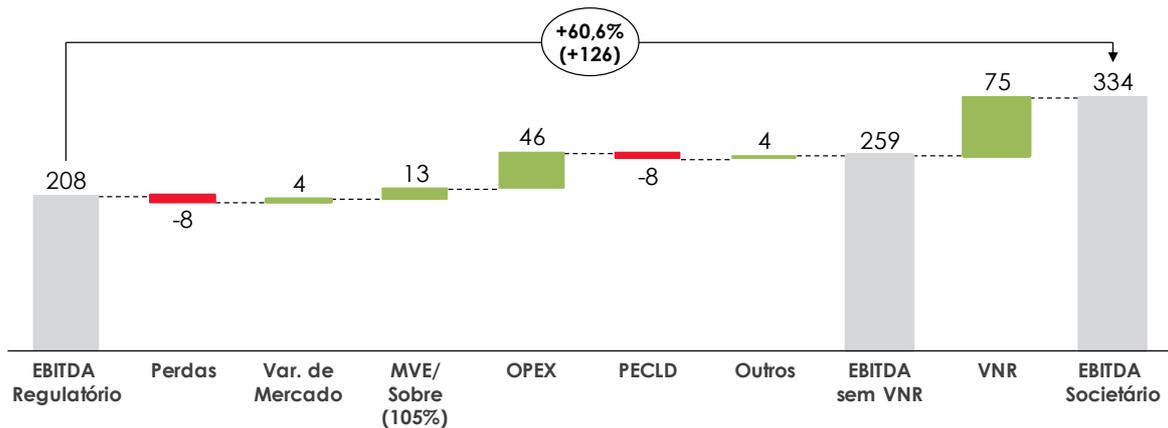
EBITDA Consolidado das Distribuidoras versus EBITDA Regulatório



EBITDA das Distribuidoras versus EBITDA Regulatório 1T22 – EDP SP



EBITDA das Distribuidoras versus EBITDA Regulatório 1T22– EDP ES



3.1.3 BALANÇO ENERGÉTICO CONSOLIDADO (GWh)

Do total da Energia Requerida, 61,0% foram para a EDP SP e 39,0% para a EDP ES.

Release 1T22



EDP DISTRIBUIÇÃO	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	EDP Distribuição
Itaipu + Proinfa	539.423	419.756	959.179
Leilão	2.332.478	1.727.043	4.059.521
Outros ¹	2.967	38.275	41.243
Energia em Trânsito	2.118.547	1.004.792	3.123.338
Total Energia Recebida	4.993.415	3.189.865	8.183.280
Perdas Transmissão (+)	68.836	32.276	101.112
Perdas de Itaipu (+)	31.997	24.863	56.861
Vendas C.Prazo (-)	-128.132	-69.417	-197.550
Ajustes C.Prazo (-)	19.096	49.043	68.138
Total Perdas	209.871	77.514	287.385
Cessões MCSD Energia Nova (+)	30.802	96.209	127.011
Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE)	-341.280	-237.600	-578.880
Total Vendas	-310.478	-141.391	-451.869
Energia Requerida	5.094.023	3.253.742	8.347.765
Suprimento	11.923	0	11.923
Fornecimento	1.931.987	1.654.537	3.586.524
Perdas e Diferenças	410.878	411.454	822.332
Energia em Trânsito	2.118.547	1.004.792	3.123.338
Total Energia Distribuída	4.473.334	3.070.783	7.544.117

¹ Bilaterais e Compras no Curto Prazo. Nota: Balanço energia considera energia medida.

3.1.4 PERDAS

Perdas Acumuladas em 12 meses (GWh ou %)	EDP São Paulo						EDP Espírito Santo					
	Mar-21	Jun-21	Set-21	Dez-21	Mar-22	ANEEL	Mar-21	Jun-21	Set-21	Dez-21	Mar-22	ANEEL
Entrada de Energia na Rede	16.631	17.221	17.362	17.239	17.258		11.230	11.548	11.666	11.659	11.717	
Total de Perdas	1.439	1.435	1.434	1.431	1.420		1.460	1.484	1.482	1.451	1.455	
Total	8,66%	8,33%	8,26%	8,30%	8,23%	7,12%	13,00%	12,85%	12,70%	12,45%	12,42%	11,30%

Na EDP SP, as perdas totais reduziram 0,43 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior, influenciadas pela redução das perdas técnicas, decorrente dos investimentos em modernização, como os novos alimentadores utilizados para otimização da rede de distribuição. Além do plano de Combate às Perdas técnicas, com foco em substituições de medidores, inspeções de campo, blindagem de rede, instalação de remotas e manutenções dos ativos de telemedicação.

Em relação ao 4T21, as perdas totais reduziram 0,07 p.p., influenciadas pela redução das perdas técnicas, conforme já mencionado.

Na EDP ES, as perdas totais reduziram 0,58 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior, influenciadas pela redução das perdas técnicas e das perdas não técnicas. A redução das perdas técnicas é reflexo da instalação de novas subestações, além do retorno da operação da Samarco e da energia da Mini e Micro Geração Distribuída. A redução das perdas não técnicas resulta da estratégia de melhoria contínua e da intensificação do plano de Combate às Perdas, com foco em substituições de medidores, inspeções de campo, blindagem de rede, instalação de remotas e manutenções dos ativos de telemedicação.

Em relação ao 4T21, as perdas totais reduziram 0,03 p.p., decorrente da redução das perdas não técnicas, conforme já mencionado.

No trimestre, os investimentos referentes ao plano de Combate às Perdas foram de R\$ 71,7 milhões, sendo R\$ 38,9 milhões na EDP SP e R\$ 32,8 milhões na EDP ES.

3.1.5. INDICADORES DE QUALIDADE

Os indicadores, de ambas as distribuidoras, permaneceram abaixo das metas regulatórias estabelecidas pela Aneel, devido às ações de melhorias que envolvem manutenções preventivas, tratamentos de desligamentos de reincidentes, melhoria de processos internos, aquisição de novas tecnologias, utilização de plataformas digitais para as equipes de campo (rapidez no fluxo de informações, bem como agilidade e eficiência dos atendimentos) e a iniciativa "De Olho no DEC", que se concretiza através do reforço na multidisciplinaridade das equipes, na reestruturação do Centro de Operação Integrado (COI), no plano de ampliação do número de religadores na rede e na centralização do despacho de equipes pelo COI.

Na EDP SP, houve redução em ambos os indicadores de qualidade, decorrente da eficiência das manutenções preventivas. Na EDP ES, houve aumento em ambos os indicadores de qualidade, decorrente do aumento na quantidade de ordens de atendimento, resultante dos fatores climáticos registrados no período na área de concessão.

Release 1T22



Meta Anual Regulatória ANEEL para o ano de 2022

EDP SP: DEC 7,05 / FEC: 5,22

EDP ES: DEC: 9,05 / FEC: 6,41

3.1.6. PECLD - PERDA ESTIMADA EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E INADIMPLÊNCIA

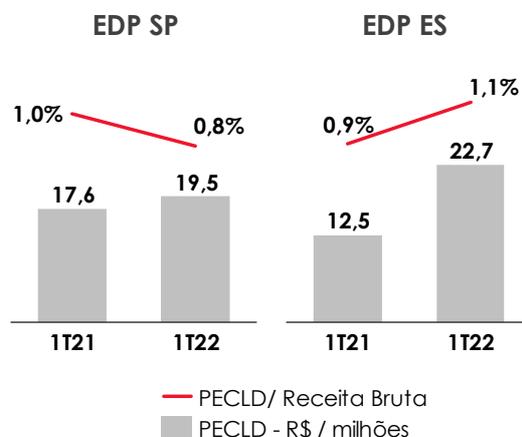
A PECLD consolidada das distribuidoras foi de R\$ 42,2 milhões, aumento de 39,9% (+R\$ 1,9 milhão da EDP SP e +R\$ 10,1 milhões na EDP ES). Em ambas as distribuidoras, o aumento de PECLD deve-se aos seguintes efeitos: (i) maior faturamento, decorrente dos reajustes tarifários; e (ii) aumento da inadimplência, no mercado em geral, combinado com a redução da renda média e dos altos níveis de desemprego.

Adicionalmente, na EDP ES foi realizado maior faturamento relacionado ao consumo de unidades irregulares, através de ações de recuperação de receita, retornando aos patamares pré pandemia. Desde outubro do ano passado a inadimplência está em alta, de acordo com a Serasa, com as maiores dívidas em cartão de crédito (28,6%), contas domésticas (água, luz e gás) (23,2%) e gastos no comércio varejista (12,5%).

A PECLD/Receita Bruta consolidada das distribuidoras foi de 0,9% para 1,0%, entre os períodos comparados.

A Companhia mantém medidas de controle e gestão de arrecadação, a fim de garantir e monitorar os indicadores, de maneira que a perda estimada se mantenha em níveis estáveis.

Consumidores	PECLD Esperada							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo Irregular		Consumo Regular		Consumo Irregular		Consumo Regular	
	Baixa Tensão	Alta Tensão	Baixa Tensão	Alta Tensão	Baixa Tensão	Alta Tensão	Baixa Tensão	Alta Tensão
Residencial	40,50%	n/a	1,09%	n/a	33,41%	n/a	1,69%	n/a
Industrial	21,73%	25,93%	1,86%	0,66%	24,92%	17,28%	1,77%	n/a
Comercio, Serviços e Outras Atividades	15,25%	n/a	0,84%	0,46%	21,84%	n/a	1,02%	0,46%
Rural	41,59%	n/a	0,35%	0,03%	23,56%	n/a	1,84%	0,01%
Poder Público	n/a	n/a	n/a	n/a	28,12%	n/a	0,16%	n/a
Iluminação Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,08%	0,18%



3.1.7. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Em março, o saldo de passivos regulatórios foi de R\$ 1,0 bilhão, resultante de:

- (i) **Compra de energia:** redução dos custos associados aos contratos, refletindo em uma conjuntura de sazonalidade do cenário energético, decorrente da queda de preço de energia, decorrente do cenário hidrológico favorável, além da recomposição dos reservatórios.

Release 1T22



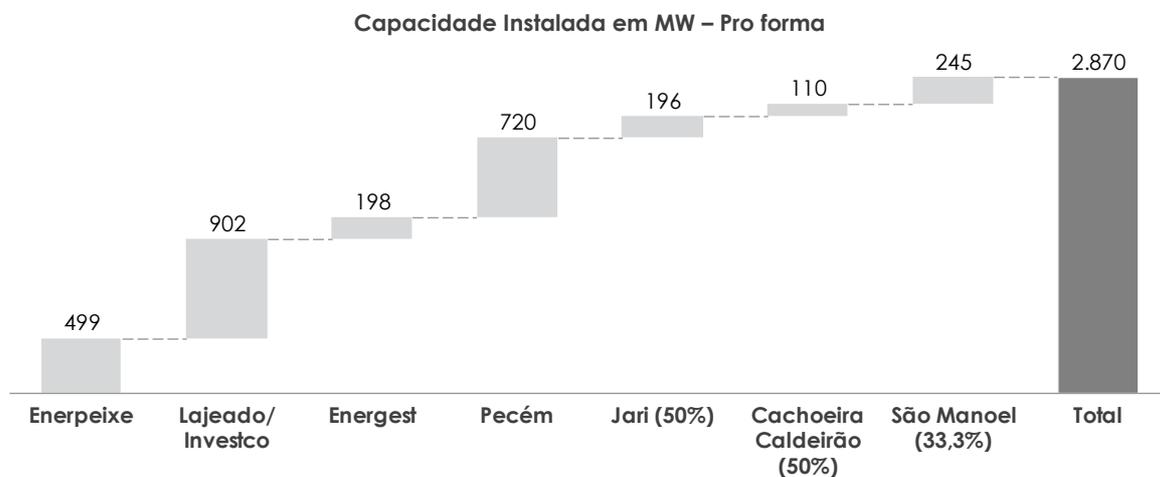
- (ii) **Custo da Energia de Itaipu:** variação na cotação do dólar entre os períodos, refletindo em custos mais elevados;
- (iii) **Encargos (ESS/EER):** aumento dos custos de ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo Sistema Interligado Nacional ("SIN"), decorrente do acionamento de usinas térmicas fora da ordem de mérito, inserido no contexto da crise hídrica;
- (iv) **Sobrecontratação/MVE:** redução das despesas com sobrecontratação/MVE, atrelado ao Mecanismo de Venda de Excedentes ("MVE");
- (v) **PIS/COFINS sobre ativos financeiros setoriais:** variação resultante do reconhecimento do valor a ser devolvido ao consumidor referente ao ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS; e
- (vi) **Outros:** variação decorrente dos seguintes efeitos: (i) receita das bandeiras tarifárias, com a criação da bandeira tarifária de escassez hídrica; (ii) diferimento da escassez hídrica; e (iii) bônus decorrente da redução voluntária da demanda pelos consumidores cativos.

	EDP Consolidado							
	dez-21	Apropriação	Amortização	Atualização	Recebimento Conta - ACR	Transferência	mar-22	Varição Acumulado
Aquisição de Energia/Custo de Energia Itaipu	825.641	(387.603)	(171.998)	5.086	-	-	271.126	(554.515)
Encargos	563.496	484.008	(45.609)	15.022	-	-	1.016.917	453.421
Sobrecontratação (100% a 105%)	(79.908)	44.019	5.233	991	-	-	(29.665)	50.243
PIS/COFINS sobre ativ os financeiros setoriais	(1.425.643)	-	74.655	(26.129)	-	-	(1.377.117)	48.526
Outros	(577.499)	(528.288)	180.305	(1.822)	-	-	(927.304)	(349.805)
Total	(693.913)	(387.864)	42.586	(6.852)	-	-	(1.046.043)	(352.130)
	EDP São Paulo							
	dez-21	Apropriação	Amortização	Atualização	Recebimento Conta - ACR	Transferência	mar-22	Varição Acumulado
Aquisição de Energia/Custo de Energia Itaipu	539.275	(269.550)	(123.429)	8.692	-	-	154.988	(384.287)
Encargos	350.229	263.645	(37.297)	8.729	-	-	585.306	235.077
Sobrecontratação (100% a 105%)	(87.352)	18.856	13.684	448	-	-	(54.364)	32.988
PIS/COFINS sobre ativ os financeiros setoriais	(873.778)	-	33.777	(15.298)	-	-	(855.299)	18.479
Outros	(387.383)	(252.741)	122.032	31	-	-	(518.061)	(130.678)
Total	(459.009)	(239.790)	8.767	2.602	-	-	(687.430)	(228.421)
	EDP Espírito Santo							
	dez-21	Apropriação	Amortização	Atualização	Recebimento Conta - ACR	Transferência	mar-22	Varição Acumulado
Aquisição de Energia/Custo de Energia Itaipu	286.366	(118.053)	(48.569)	(3.606)	-	-	116.138	(170.228)
Encargos	213.267	220.363	(8.312)	6.293	-	-	431.611	218.344
Sobrecontratação (100% a 105%)	7.444	25.163	(8.451)	543	-	-	24.699	17.255
PIS/COFINS sobre ativ os financeiros setoriais	(551.865)	-	40.878	(10.831)	-	-	(521.818)	30.047
Outros	(190.116)	(275.547)	58.273	(1.853)	-	-	(409.243)	(219.127)
Total	(234.904)	(148.074)	33.819	(9.454)	-	-	(358.613)	(123.709)

3.2. GERAÇÃO CONVENCIONAL

3.2.1 CAPACIDADE INSTALADA

A Companhia possui 2,9 GW de capacidade instalada e 1,9 GW médios de garantia física.



Release 1T22



3.2.2 GESTÃO ENERGÉTICA INTEGRADA

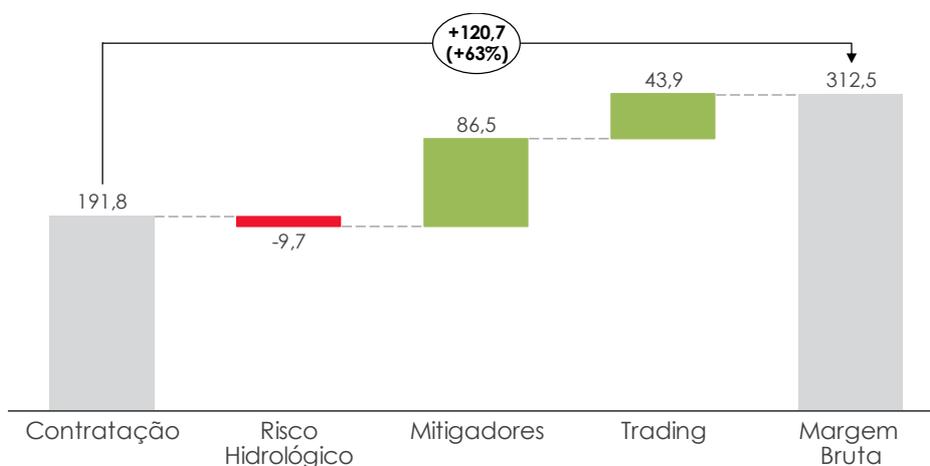
A Companhia tem realizado nos últimos anos a gestão do portfólio energético através da operação conjunta entre a Trading e a Geração Hídrica, possibilitando a mitigação do risco hidrológico através de iniciativas de gestão do portfólio energético, atuando em conjunto nas transações de compra e venda de energia.

No trimestre, a Companhia manteve sua estratégia de proteção do portfólio, através da descontratação e/ou compra de energia para mitigação de riscos relativos ao GSF e oscilação do PLD, com 24,1% de posição "hedge".

Os mitigadores adotados mostraram-se positivos, protegendo o portfólio dos efeitos do GSF médio de 95,4%¹, além da volatilidade do PLD médio de R\$ 58,1/MWh (Submercado SE/CO).

Nesse sentido, o risco hidrológico foi totalmente mitigado, considerando as medidas de proteção do portfólio, como operações de hedge, garantia física descontratada e contratos bilaterais de compra e venda.

Impacto Energético na Geração e na Trading – 1T22 (R\$ milhões)



Nota: Considerando impactos do MRE, PLD e GSF. Desconsidera a repactuação do GSF no ACL.

3.2.3 GERAÇÃO HÍDRICA

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica		
	1T22	1T21	Var
Receita Operacional Líquida	320.500	390.079	-17,8%
Gastos Não Gerenciáveis	(51.810)	(110.340)	-53,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(24.576)	(109.639)	-77,6%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(27.072)	(23.825)	13,6%
Outros	(162)	23.124	n.d.
Margem Bruta	268.690	279.739	-3,9%
Total do PMSO	(15.649)	(17.015)	-8,0%
Pessoal	(8.539)	(9.023)	-5,4%
Material	(471)	(694)	-32,1%
Serviços de Terceiros	(4.854)	(6.073)	-20,1%
Outros	(1.785)	(1.225)	45,7%
Provisões	36	(476)	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	-	n.d.
EBITDA	253.077	262.248	-3,5%
Margem EBITDA	79%	67%	17,5%

Release 1T22

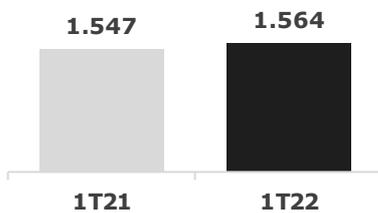


Ativo	Volume (MWh)			Tarifa média (R\$/MWh)		
	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var
Lajeado	788.308	787.402	0,1%	234,3	238,2	-1,6%
Investco	8.195	8.538	-4,0%	288,0	225,1	27,9%
Enerpeixe	556.680	520.818	6,9%	149,3	163,7	-8,8%
Energest	210.921	230.452	-8,5%	278,9	583,0	-52,2%
Total Hídricas	1.564.104	1.547.210	1,1%	210,3	264,4	-20,5%

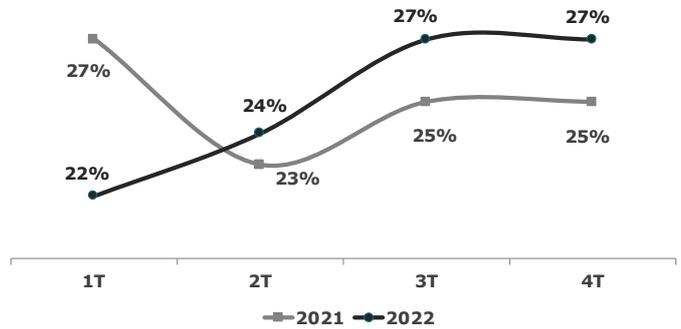
Nota: Tarifa Total das Hídricas não considera eliminações intragrupo e refere-se a tarifa média.

A Receita Líquida foi de R\$ 320,5 milhões, redução de 17,8%, decorrente da contabilização do complemento da repactuação do risco hidrológico no ACL, que possibilitou o incremento de R\$ 23,3 milhões, além da menor energia secundária, mitigado pela estratégia de sazonalização e pelo maior volume dos contratos de energia em Enerpeixe, conforme explicado no [Relatório de Mercado](#).

Venda Consolidada da Geração Hídrica (GWh)



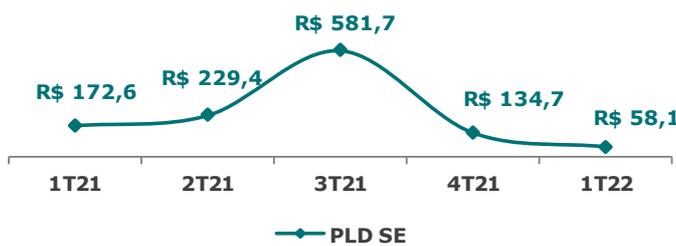
Sazonalização dos Contratos de Venda (GWh)



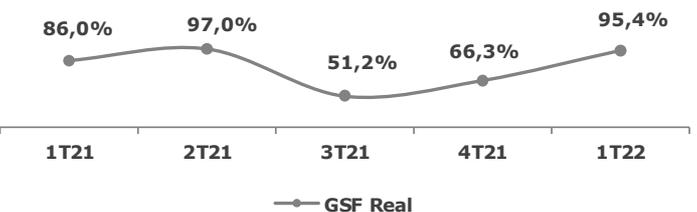
Os Gastos não Gerenciáveis foi negativo em R\$ 51,8 milhões, reflexo do menor volume de energia comprada, decorrente da menor alocação de energia e do menor preço médio de compra. A Margem Bruta reduziu 3,9%, devido aos efeitos mencionados. Se excluirmos o efeito do complemento da repactuação do risco hidrológico, a Margem Bruta aumentaria 4,7%.

O PMSO reduziu 8,0%, devido principalmente na rubrica de Serviços de Terceiros decorrente de postergações de outsourcing. O EBITDA foi de R\$ 253,1 milhões, redução de 3,5%.

Evolução do PLD (MWh)



Evolução do GSF² (%)



² Cálculo de média ponderada

Release 1T22



3.2.4 PROJETOS NÃO CONSOLIDADOS

3.2.4.1 UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI

Jari			
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	1T22	1T21	Var.
Receita operacional líquida	38.307	36.001	6,4%
Gastos não gerenciáveis	(4.884)	(10.657)	-54,2%
Margem Bruta	33.424	25.344	31,9%
Total do PMSO	(3.255)	(1.825)	78,4%
Pessoal	(960)	(712)	34,8%
Material	(88)	(268)	-67,2%
Serviços de terceiros	(1.973)	(619)	218,7%
Outros	(234)	(226)	3,8%
Provisões	25	-	n.d.
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	-	-	n.d.
EBITDA	30.194	23.519	28,4%
Margem EBITDA	78,8%	65,3%	13,5 p.p.
Resultado financeiro líquido	(5.023)	(7.372)	-31,9%
Lucro líquido	15.982	8.774	82,2%

Nota: Valores correspondem a 50% de Jari, referente à participação da EDP Brasil.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var
Jari (50%)	234.649	237.774	-1,3%	185,8	172,4	7,8%

A Receita Líquida aumentou 6,4%, decorrente do reajuste dos preços dos contratos de venda atrelados ao IPCA. Os Gastos não Gerenciáveis reduziram 54,2%, reflexo do menor volume de energia comprada, decorrente da alocação de energia e do menor preço médio de compra. A Margem Bruta foi de R\$ 33,4 milhões, aumento de 31,9%, decorrente dos efeitos já mencionados.

O PMSO aumentou R\$ 1,4 milhão, principalmente na rubrica de Serviços de Terceiros, decorrente de manutenções corretivas, mitigado pelo reconhecimento de créditos de PIS/COFINS de exercícios anteriores.

O EBITDA foi de R\$ 30,2 milhões, aumento de 28,4%. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 5,0 milhões, redução de 31,9%, decorrente da maior renda de aplicações financeiras.

3.2.4.2 UHE CACHOEIRA CALDEIRÃO

Cachoeira Caldeirão			
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	1T22	1T21	Var.
Receita operacional líquida	21.008	19.243	9,2%
Gastos não gerenciáveis	(3.927)	(7.498)	-47,6%
Margem Bruta	17.081	11.745	45,4%
Total do PMSO	(1.516)	(1.609)	-5,8%
Pessoal	(704)	(671)	4,9%
Material	(2)	(244)	-99,2%
Serviços de Terceiros	(460)	(382)	20,6%
Outros	(350)	(313)	11,8%
Provisões	-	1	-100,0%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	-	n.d.
EBITDA	15.565	10.137	53,5%
Margem EBITDA	74,1%	52,7%	21,4 p.p.
Resultado financeiro líquido	(9.711)	(9.946)	-2,4%
Lucro líquido	128	(3.636)	n.d.

Nota: Valores correspondem a 50% de Cachoeira Caldeirão, referente à participação da EDP Brasil.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var
Cachoeira Caldeirão (50%)	144.187	144.401	-0,1%	162,3	147,4	10,1%

Release 1T22



A Receita Líquida aumentou 9,2%, decorrente do reajuste dos preços dos contratos atrelados ao IPCA. Os Gastos não Gerenciáveis reduziram 47,6%, reflexo do menor volume de energia comprada, decorrente de maior alocação de energia no segundo semestre. A Margem Bruta foi de R\$ 17,1 milhões, aumento de 45,4%.

O PMSO ficou em linha comparado com o trimestre anterior.

O EBITDA totalizou R\$ 15,6 milhões, aumento de R\$ 5,4 milhões. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 9,7 milhões, redução de 2,4%, decorrente da maior renda das aplicações financeiras, minimizado pelo aumento dos encargos sobre as dívidas.

3.2.4.3 UHE SÃO MANOEL

São Manoel			
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	1T22	1T21	Var.
Receita operacional líquida	33.238	32.127	3,5%
Gastos não gerenciáveis	(11.277)	(9.627)	17,1%
Margem Bruta	21.961	22.500	-2,4%
Total do PMSO	(2.630)	(2.315)	13,6%
Pessoal	(818)	(865)	-5,5%
Material	(126)	(105)	19,3%
Serviços de terceiros	(1.138)	(857)	32,8%
Outros	(549)	(488)	12,5%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	-	67	-100,0%
EBITDA	19.331	20.252	-4,5%
Margem EBITDA	58,2%	63,0%	-7,7%
Resultado financeiro líquido	(16.060)	(16.683)	-3,7%
Lucro líquido	(4.459)	(4.997)	-10,8%

Nota: Valores correspondem a 33,3% de São Manoel, referente à participação da EDP Brasil.

Ativo	Volume (MWh)			Tarifa de Venda (R\$/MWh)		
	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var
São Manoel (33,3%)	268.957	279.914	-3,9%	136,8	125,8	8,7%

A Receita Líquida aumentou 3,5%, reflexo do reajuste dos preços dos contratos atrelados ao IPCA, mitigados pela redução no volume de energia vendida. Os Gastos não Gerenciáveis aumentaram 17,1%, decorrente do maior volume de compra de energia devido aos contratos de hedge. A Margem Bruta foi de R\$ 22,0 milhões, redução de 2,4%.

O PMSO aumentou 13,6%, decorrente maiores manutenções no período analisado.

O EBITDA totalizou R\$ 19,3 milhões, redução de 4,5%. O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 16,1 milhões, redução de 3,7%, devido ao maior efeito de encargo de dívida, minimizado pela maior renda de aplicações financeiras.

3.2.5 GERAÇÃO TÉRMICA

Itens em R\$ mil ou %	Geração Térmica		
	1T22	1T21	Var
Receita Operacional Líquida	225.316	389.269	-42,1%
Gastos Não Gerenciáveis	(38.082)	(226.981)	-83,2%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(16.492)	(68.693)	-76,0%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(21.053)	(20.679)	1,8%
Outros	(537)	(137.609)	-99,6%
Margem Bruta	187.234	162.288	15,4%
Total do PMSO	(27.435)	(28.798)	-4,7%
Pessoal	(12.560)	(12.942)	-3,0%
Material	(3.140)	(4.261)	-26,3%
Serviços de Terceiros	(10.836)	(9.377)	15,6%
Outros	(899)	(2.218)	-59,5%
Provisões	(49)	-	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	94	138	-31,9%
EBITDA	159.844	133.628	19,6%
Margem EBITDA	71%	34%	106,7%

Release 1T22



Ativo	Volume (MWh)			CVU (R\$/MWh)		
	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var
Pecém	1.328.400	1.329.015	0,0%	526,4	207,7	153,4%

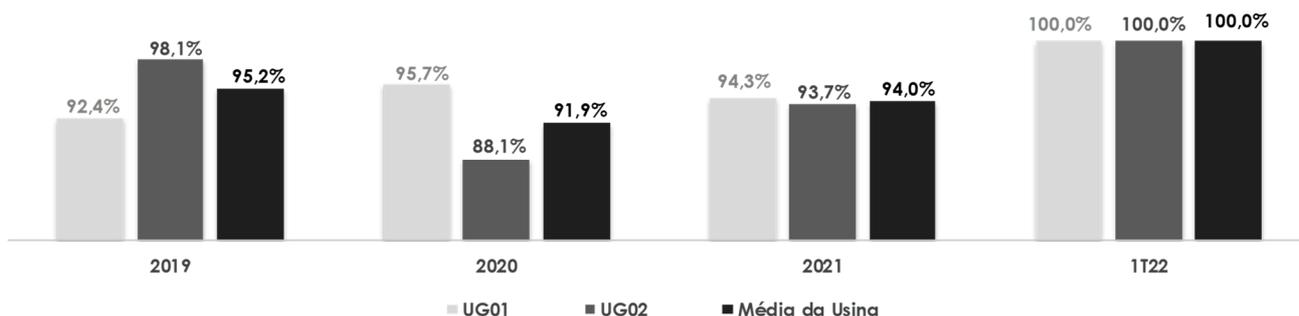
A Receita Líquida foi de R\$ 225,3 milhões, redução de 42,1%, em decorrência do não despacho da Usina pela ONS, decorrente da melhora do cenário hidrológico e dos níveis dos reservatórios. A receita fixa mensal é de R\$ 80,5 milhões, decorrente do reajuste anual em novembro.

Os Gastos não Gerenciáveis apresentaram redução de R\$ 188,9 milhões, decorrente do não despacho da Usina, conforme mencionado. A Margem Bruta foi de R\$ 187,2 milhões, aumento de 15,4%.

O PMSO reduziu 4,7%, devido a maiores manutenções preventivas no 1T22. O EBITDA foi de R\$ 159,7 milhões, decorrente dos efeitos mencionados.

Disponibilidade

A Usina, que não é despachada desde 14 de dezembro de 2021, apresentou disponibilidade média de 100,0%.



3.3 TRADING

Itens em R\$ mil ou %	EDP Trading		
	1T22	1T21	Var
Receita Operacional Líquida	790.599	876.813	-9,8%
Gastos Não Gerenciáveis	(746.631)	(812.934)	-8,2%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(746.163)	(746.186)	0,0%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	(2.728)	-100,0%
Outros	(468)	(64.020)	-99,3%
Margem Bruta	43.968	63.879	-31,2%
Total do PMSO	(5.052)	(5.841)	-13,5%
Pessoal	(3.375)	(3.923)	-14,0%
Material	(37)	(26)	42,3%
Serviços de Terceiros	(1.277)	(1.703)	-25,0%
Outros	(363)	(189)	92,1%
Provisões	(155)	4.994	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	-	n.d.
EBITDA	38.761	63.032	-38,5%
Margem EBITDA	4,9%	7,2%	-31,8%

	Volume (MWh)		
	1T22	1T21	Var
Partes Relacionadas	419.355	679.176	-38,3%
Vendas fora do grupo	3.434.931	3.212.834	6,9%
Total Trading	3.854.287	3.892.010	-1,0%
Tarifa Média (R\$/MWh)	225,7	219,6	2,8%

A Receita Líquida foi de R\$ 790,6 milhões, queda de 9,8%, decorrente da redução do PLD, impactado pela melhora expressiva do cenário hidrológico durante o período úmido, com recuperação dos reservatórios acima do esperado. No trimestre, as operações refletem contratos com maior valor agregado e maximização das operações junto ao portfólio integrado, além de operações do produto "venda de lastro".

Release 1T22



Os Gastos não Gerenciáveis foram de R\$ 746,6 milhões, redução de 8,2% na rubrica de compromissos futuros, marcação a mercado, decorrente da natureza da operação, que nesse trimestre foi positiva e contabilizado na Receita Operacional Líquida.

A Margem Bruta foi de R\$ 44,0 milhões, redução de 31,2%, conforme efeitos já mencionados.

A rubrica de provisões reduziu R\$ 5,1 milhões, reflexo de estorno de PECLD em 2021, decorrente de renegociação estabelecida com os clientes devedores. O EBITDA foi de R\$ 38,8 milhões.

3.4. CLIENTES

Itens em R\$ mil ou %	Consolidado GRID			EDP Varejista			Clientes (Total GRID + Varejista)		
	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var	1T22	1T21	Var
Receita Operacional Líquida	20.430	18.469	10,6%	70.854	22.166	219,7%	91.284	40.635	124,6%
Gastos Não Gerenciáveis	(6.162)	(4.985)	23,6%	(62.327)	(22.309)	179,4%	(68.489)	(27.294)	150,9%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	n.d.	(62.312)	(22.274)	179,8%	(62.312)	(22.274)	179,8%
Outros	(6.162)	(4.985)	23,6%	(15)	(35)	-57,1%	(6.177)	(5.020)	23,0%
Margem Bruta	14.268	13.484	5,8%	8.527	(143)	n.d.	22.795	13.341	70,9%
Total do PMSO	(15.487)	(13.124)	18,0%	(2.324)	(1.265)	83,7%	(17.811)	(14.389)	23,8%
Pessoal	(7.860)	(6.033)	30,3%	(1.915)	(909)	110,7%	(9.775)	(6.942)	40,8%
Material	(1.079)	(3.465)	-68,9%	(5)	(1)	400,0%	(1.084)	(3.466)	-68,7%
Serviços de Terceiros	(4.350)	(3.098)	40,4%	(181)	(287)	-36,9%	(4.531)	(3.385)	33,9%
Outros	(2.198)	(528)	316,3%	(223)	(68)	227,9%	(2.421)	(596)	306,2%
Provisões	(314)	13	n.d.	(1)	-	n.d.	(315)	13	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
EBITDA	(1.533)	373	n.d.	6.202	(1.408)	n.d.	4.669	(1.035)	n.d.
Margem EBITDA	-7,5%	2,0%	n.d.	8,8%	-6,4%	n.d.	5,1%	-2,5%	n.d.

Dentre os principais impactos positivos para o aumento de R\$ 50,6 milhões da Receita Líquida, destacam-se os investimentos significativos em geração fotovoltaica e a entrada em operação comercial de projetos estabelecidos anteriormente. Foram entregues mais de 40 projetos solares até o momento, reforçando o compromisso da Companhia em ampliar os investimentos no mercado de Soluções e Geração Solar Distribuída. Na EDP Varejista, o resultado foi impactado positivamente pela contabilização dos contratos de médio e longo prazo, que se iniciaram em julho de 2021, e resultaram em Margem Bruta de R\$ 8,7 milhões.

A Companhia encerrou o 1T22 com 241,4 MWp em projetos solares contratados, sendo 75,3 MWp já instalados e os demais 166,1 MWp em desenvolvimento. Dos empreendimentos em avanço, 137,2 MWp são contratos utility scale, parceria com a EDP Renováveis. Na parte da energia, a Companhia registrou aumento de 151 GWh no volume de energia comercializada devido a entrada dos contratos atacadistas, acarretando em redução de margem unitária de R\$17/MWh para R\$11/MWh.

O PMSO aumentou 23,8%, decorrente do aumento dos gastos com Pessoal e Serviços de terceiros, reflexo do impacto do reajuste salarial anual e de maiores manutenções. O EBITDA foi de R\$ 4,7 milhões.

3.5. TRANSMISSÃO

Itens em R\$ mil ou %	Transmissão Consolidado		
	1T22	1T21	Var
Receita Total	230.979	439.670	-47,5%
Receita de Construção	61.930	276.249	-77,6%
Margem Construção	(15.429)	61.355	n.d.
Outras Receitas	184.478	102.066	80,7%
Gastos Não Gerenciáveis	-	-	n.d.
Margem Bruta	169.049	163.421	3,4%
Total do PMSO	(11.761)	(6.414)	83,4%
Pessoal	(6.413)	(2.359)	171,9%
Material	(288)	127	n.d.
Serviços de Terceiros	(3.426)	(3.719)	-7,9%
Outros	(1.634)	(463)	252,9%
Provisões	404	-	n.d.
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	-	n.d.
Custo com Construção	(61.930)	(276.249)	-77,6%
EBITDA	157.692	157.007	0,4%
Margem EBITDA	93,3%	96,1%	-2,9%

Release 1T22



Receita Líquida Transmissão - 1T22							
	Mata Grande Transmissão de Energia	EDP Transmissão Norte	EDP Transmissão Aliança SC	EDP Transmissão SP-MG	EDP Transmissão Litoral Sul	EDP Transmissão Goiás	Total
Receita de construção	13.170	2.449	12.569	11.148	25.430	2.368	67.134
Atualização dos Ativos da concessão	1.089	152	59.582	63.859	9.480	26.605	160.767
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	-	-	7.635	6.060	4.520	10.081	28.296
Outras receitas operacionais	-	-	75	-	-	-	75
ICMS	-	-	(9)	-	-	-	(9)
PIS/COFINS	(520)	(95)	(7.449)	(7.499)	(1.457)	(3.613)	(20.633)
P&D	-	-	(317)	(212)	(45)	(2.934)	(3.508)
Outros encargos	-	-	-	-	-	(1.143)	(1.143)
Total	13.739	2.506	72.086	73.356	37.928	31.364	230.979

As transmissoras em operação comercial total ou parcial (conforme quadro abaixo), apresentaram no trimestre RAP Líquida de R\$ 86,1 milhões e EBITDA regulatório de R\$ 75,0 milhões. Os demais lotes estão em fase de construção, com cronogramas antecipados frente as premissas adotadas no leilão, com exceção da EDP Transmissão Litoral Sul e da Mata Grande Transmissão de Energia, adquirido ambos no mercado secundário.

A aquisição da Celg-T ocorreu através do leilão de privatização no dia 14 de outubro de 2021 e incorporada no dia 07 de fevereiro de 2022, concluindo o processo de closing, onde passou a ser denominada de EDP Goiás. Essa aquisição representa 3 linhas de transmissão, com 755,5 km, 14 subestações e RAP de R\$ 222,6 milhões (ciclo 21/22), com grande potencial de valorização por necessidade de investimentos futuros, decorrente de ativos depreciados e que requer necessidade de melhoria. Além disso, a região centro-oeste possui forte crescimento de demanda de energia, tanto para reforço e melhoria, quanto decorrente da perspectiva de crescimento econômico, requerendo desta maneira, a necessidade de novos leilões. Nos últimos 10 anos, o crescimento dessa região foi 3,7x maior que as demais regiões do país, consequência do setor de agronegócios que requer volume maior de energia, além do estado ser naturalmente importador de energia do SIN.

A Companhia possui como expectativa investir em torno de R\$ 1,9 bilhão até 2042, principalmente em reforços e melhorias, além da substituição de ativos depreciados e, como consequência destes investimentos, acréscimo de RAP. A EDP já iniciou o primeiro projeto de reforço na EDP Goiás na SE Itapaci, com investimento de R\$ 50 milhões e RAP homologada no valor de R\$ 12 milhões.

Até o momento foram investidos R\$ 4,4 bilhões nos projetos de Transmissão.

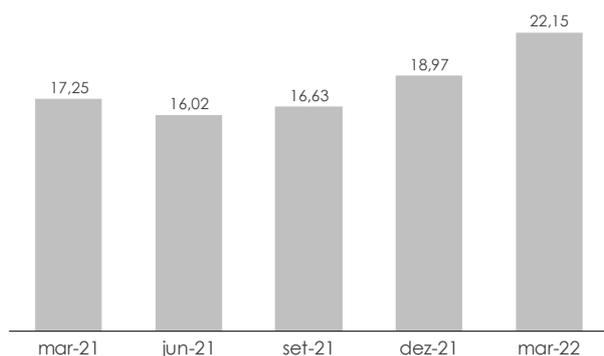
Nome Societário	Nº Leilão	Entrada em Operação	RAP Líquida 1T22 (R\$ milhões)	RAP Homologada - Ciclo 2021/2022
EDP Transmissão Litoral Sul S.A.	nº 013/2015	mai/21 (Parcial)	R\$ 4,4	R\$ 54,4
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	nº 05/2016	fev/22	R\$ 31,8	R\$ 214,1
EDP Transmissão SP- MG S.A.	nº 05/2016	jan/22 (Parcial)	R\$ 22,0	R\$ 248,4
Mata Grande Transmissão de Energia (MGTE)	nº 002/2018	-	-	R\$ 9,1
Transmissão Norte	nº 01/2021	-	-	R\$ 38,6
EDP Transmissão Goiás	nº 02/2021	Em operação	R\$ 27,8	R\$ 223,0
Total			R\$ 86,1	R\$ 787,6

4. MERCADO DE CAPITAIS

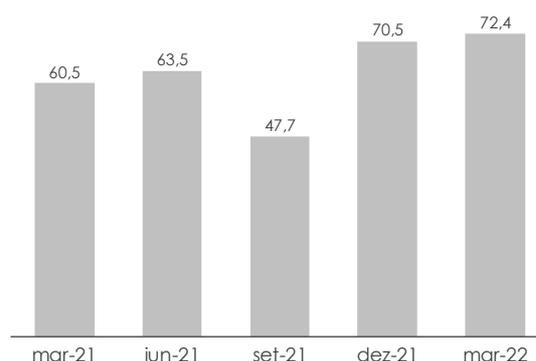
4.1. DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 31 de março, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 12,9 bilhões com as ações (ENBR3) cotadas a R\$ 22,15, valorização de 16,76% no trimestre, desempenho este superior ao Ibovespa (+14,48%) e ao IEE (+11,45%). As ações da EDP Brasil foram negociadas em todos os pregões, totalizando 211,6 milhões de ações no período, sendo a média diária de 3,4 milhões de ações. O volume financeiro totalizou R\$ 4,5 bilhões, com volume médio diário de R\$ 72,4 milhões.

Evolução da Cotação¹ (R\$)



Volume Médio Diário (R\$ milhões)



¹ Considera ajustes por proventos até 06/04/2022

Release 1T22



4.2. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de março, o capital social da Companhia era representado, na sua totalidade, por 581.165.268 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, 246.028.184 encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, e 9.270.518 ações encontram-se em tesouraria.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	494.886	932.703	2.545.719	2.699.490
Títulos e valores mobiliários	6			175.881	11.722
Contas a receber	7			2.944.645	2.856.290
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	27.470	56.760	228.170	280.791
Outros tributos compensáveis	9	69.621	63.140	584.820	552.974
Tributos diferidos	10			93.137	56.661
Empréstimos a receber	11	222.196	216.606		
Derivativos	36.1.2	17.174		17.174	
Dividendos	14	415.199	360.465	64.799	50.015
Estoques	12			496.258	460.408
Cauções e depósitos vinculados	13	350	350	23.369	10.001
Ativos financeiros setoriais	8			693.212	643.174
Ativos da concessão	21			409.574	55.184
Compromissos futuros	15			626.770	440.678
Outros créditos	16	30.787	29.012	344.364	425.434
		<u>1.277.683</u>	<u>1.659.036</u>	<u>9.247.892</u>	<u>8.542.822</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda	17	<u>1.286.696</u>	<u>1.228.954</u>	<u>1.375.452</u>	<u>1.328.481</u>
Total do Ativo Circulante		<u>2.564.379</u>	<u>2.887.990</u>	<u>10.623.344</u>	<u>9.871.303</u>
Não circulante					
Títulos a receber					
Ativo financeiro indenizável	20			4.772.345	4.362.393
Ativos da concessão	21			6.665.027	5.685.037
Contas a receber	7			101.494	103.977
Títulos e valores mobiliários	6			2.500	2.500
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9		55.421	77.379	139.812
Outros tributos compensáveis	9	1.909	1.909	794.956	930.969
Tributos diferidos	10			619.485	601.422
Empréstimos a receber	11	96.437	94.132	12.348	12.713
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	629.110	346.285		
Cauções e depósitos vinculados	13	11.740	4.892	404.394	419.776
Ativos financeiros setoriais	8			323.506	786.263
Compromissos futuros	15			406.131	427.583
Outros créditos	16	50.260	40.986	32.770	32.570
		<u>789.456</u>	<u>543.625</u>	<u>14.212.335</u>	<u>13.505.015</u>
Investimentos	18	9.366.170	8.954.824	1.383.537	1.311.885
Propriedades para investimentos	22	9.484	9.484	74.894	11.381
Imobilizado	23	72.654	67.567	5.995.617	6.068.213
Intangível	24	39.320	38.425	4.236.033	2.610.942
		<u>9.487.628</u>	<u>9.070.300</u>	<u>11.690.081</u>	<u>10.002.421</u>
Total do Ativo Não circulante		<u>10.277.084</u>	<u>9.613.925</u>	<u>25.902.416</u>	<u>23.507.436</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>12.841.463</u>	<u>12.501.915</u>	<u>36.525.760</u>	<u>33.378.739</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	25	17.213	50.834	1.409.346	1.944.092
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9	13.170	3.899	171.600	136.043
Outros tributos a recolher	9	24.729	122.691	503.809	634.891
Tributos diferidos	10			103.603	67.558
Dividendos	14	521.516	515.900	695.228	680.874
Debêntures	26	203.243	201.893	729.181	779.421
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27	107.885	105.305	958.085	801.082
Derivativos	36.1.2	17.174		201.996	
Benefícios pós-emprego	28			51.506	51.615
Encargos setoriais				138.467	132.454
Uso do bem público				43.947	43.269
Ressarcimento por indisponibilidade				2.933	2.945
Provisões	29			71.003	65.503
Passivos financeiros setoriais	8			1.148.057	627.003
Compromissos futuros	15			535.353	379.905
Outras contas a pagar	16	71.129	73.567	345.389	464.929
		<u>976.059</u>	<u>1.074.089</u>	<u>7.109.503</u>	<u>6.811.584</u>
Passivos não circulantes mantidos para venda	17			169.809	178.000
Total do Passivo Circulante		<u>976.059</u>	<u>1.074.089</u>	<u>7.279.312</u>	<u>6.989.584</u>
Não circulante					
Outros tributos a recolher	9	10.180	11.409	287.547	291.986
Tributos diferidos	10	206.247	206.202	2.141.834	1.227.836
Debêntures	26	41.870	34.736	7.838.536	6.944.962
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27			2.999.193	2.072.049
Derivativos	36.1.2			212.777	
Benefícios pós-emprego	28			799.588	798.634
Uso do bem público				483.716	462.865
Provisões	29	15.456	8.099	630.626	587.029
Provisão para passivo a descoberto	18	10.382	1.065	972	2.329
Passivos financeiros setoriais	8			914.704	1.496.347
Compromissos futuros	15			69.911	85.737
Outras contas a pagar	16	26.139	14.918	140.259	125.369
		<u>310.274</u>	<u>276.429</u>	<u>16.519.663</u>	<u>14.095.143</u>
Total do Passivo Não circulante		<u>310.274</u>	<u>276.429</u>	<u>16.519.663</u>	<u>14.095.143</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	30.1	5.502.716	5.502.716	5.502.716	5.502.716
Reservas de capital		132.940	132.834	132.940	132.834
Reservas de lucros		6.260.565	6.260.565	6.260.565	6.260.565
Outros resultados abrangentes		(674.401)	(654.184)	(674.401)	(654.184)
Ações em tesouraria	30.2	(189.488)	(90.534)	(189.488)	(90.534)
Lucros acumulados		522.798		522.798	
		<u>11.555.130</u>	<u>11.151.397</u>	<u>11.555.130</u>	<u>11.151.397</u>
Participações não controladores	30.3			1.171.655	1.142.615
Total do Patrimônio líquido		<u>11.555.130</u>	<u>11.151.397</u>	<u>12.726.785</u>	<u>12.294.012</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>12.841.463</u>	<u>12.501.915</u>	<u>36.525.760</u>	<u>33.378.739</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas	31	1.563	735	4.111.111	4.006.219
Custos	32				
Custo do serviço de energia elétrica				(2.027.795)	(1.978.322)
Custo da produção da energia elétrica				(6.553)	(141.562)
Custo de operação				(333.805)	(304.640)
Custo do serviço prestado a terceiros				(425.637)	(505.817)
		-	-	(2.793.790)	(2.930.341)
Lucro bruto		1.563	735	1.317.321	1.075.878
Despesas e Receitas operacionais	32				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(42.489)	(24.931)
Despesas gerais e administrativas		(25.048)	(28.411)	(138.353)	(146.625)
Ganho na alienação de investimentos		410		410	
Outras despesas e receitas operacionais		(1.629)	(270)	(39.686)	(24.328)
		(26.267)	(28.681)	(220.118)	(195.884)
Resultado das participações societárias	18	545.432	541.552	39.937	68.350
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		520.728	513.606	1.137.140	948.344
Resultado financeiro	33				
Receitas financeiras		27.936	7.118	156.773	83.404
Despesas financeiras		(12.004)	(25.503)	(505.157)	(293.386)
		15.932	(18.385)	(348.384)	(209.982)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		536.660	495.221	788.756	738.362
Tributos sobre o lucro	34				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13.822)		(197.597)	(140.243)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(40)	561	(31.048)	(72.817)
		(13.862)	561	(228.645)	(213.060)
Lucro líquido do período		522.798	495.782	560.111	525.302
Atribuível aos acionistas controladores		522.798	495.782	522.798	495.782
Atribuível aos acionistas não controladores				37.313	29.520
Resultado por ação atribuível aos acionistas	35				
Resultado básico por ação (reais/ações)					
ON		0,91003	0,83449	0,91003	0,83449
Resultado diluído por ação (reais/ações)					
ON		0,90342	0,82888	0,90342	0,82888

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do período	522.798	495.782	560.111	525.302
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego			45	44
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	(20.217)	57.542	64.983	56.286
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(15)	(15)
	<u>(20.217)</u>	<u>57.542</u>	<u>65.013</u>	<u>56.315</u>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Hedge de fluxos de caixa			(129.137)	1.859
Imposto de renda e contribuição social diferidos			43.907	(632)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(85.230)</u>	<u>1.227</u>
Resultado abrangente do período	<u>502.581</u>	<u>553.324</u>	<u>539.894</u>	<u>582.844</u>
Atribuível aos acionistas controladores	502.581	553.324	502.581	553.324
Atribuível aos acionistas não controladores			37.313	29.520

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



Período de 3 meses findos em 31 de março

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.502.716	141.069	5.365.110	(145.988)	(741.827)	-	10.121.080	1.135.193	11.256.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(399)					(399)	399	-
Dividendos destinados a não controladores								(6.575)	(6.575)
Opções de ações outorgadas		1.194					1.194		1.194
Recompra de ações em tesouraria				(322.929)			(322.929)		(322.929)
Lucro líquido do período						495.782	495.782	29.520	525.302
Outros resultados abrangentes					57.542		57.542		57.542
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias									
Saldos em 31 de março de 2021	5.502.716	141.864	5.365.110	(468.917)	(684.285)	495.782	10.352.270	1.158.537	11.510.807

Período de 3 meses findos em 31 de março

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(398)					(398)	398	-
Dividendos destinados a não controladores								(8.670)	(8.670)
Opções de ações outorgadas		504					504		504
Recompra de ações em tesouraria				(98.954)			(98.954)		(98.954)
Lucro líquido do período						522.798	522.798	37.313	560.111
Outros resultados abrangentes					(20.217)		(20.217)		(20.217)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias									
Saldos em 31 de março de 2022	5.502.716	132.940	6.260.565	(189.488)	(674.401)	522.798	11.555.130	1.171.656	12.726.786

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		536.660	495.221	788.756	738.362
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos		5	2	105.742	3.498
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				42.489	24.931
Remuneração dos Ativos da concessão				(150.352)	(157.710)
Valor justo do ativo financeiro indenizável				(119.382)	(73.013)
Depreciações e amortizações		4.219	4.066	169.932	168.587
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		105		23.567	17.913
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos					261
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber		(8.463)	(2.476)	(10.678)	(3.062)
Direito de concessão - GSF					(23.296)
Ativos e passivos financeiros setoriais				6.852	3.356
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre				2.106	2.693
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		11.064	20.638	394.395	119.285
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				32.574	39.456
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		419	11	3.035	3.601
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				20.647	15.989
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		7.381	855	43.007	36.364
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				1.835	6.666
Ajuste a valor presente				(36)	253
Compromissos futuros				(25.018)	(51.358)
Resultado de participações societárias		(545.432)	(541.552)	(39.937)	(68.350)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária				13.335	6.998
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(116)	(44)	(1.906)	(2.093)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(414)		(14.392)	(4.641)
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade				(12)	(988)
Atualização monetária - GSF					51
MtM (Mark-to-market) contratos derivativos				138.064	
Outros		(63)	645	(7.793)	54.356
		5.365	(22.634)	1.416.830	858.109
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Contas a receber				(67.795)	484.627
Ativos financeiros setoriais				449.696	39.398
Ativos da concessão				69.342	10.055
Imposto de renda e contribuição social a compensar			130	39.738	76.527
Outros tributos compensáveis		(1.398)	(685)	66.110	40.659
Estoques				(145.913)	(130.565)
Cauções e depósitos vinculados		(6.732)	3.211	(12.015)	2.220
Rendas a receber				(8.483)	1.859
MtM (Mark-to-market) contratos derivativos		(17.175)			
Outros ativos operacionais		(9.913)		(69.776)	(34.704)
		(35.218)	2.656	320.904	490.076
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		(33.621)	2.751	(566.282)	(690.074)
Passivos financeiros setoriais				(104.271)	(136.351)
Imposto de renda e contribuição social a recolher				(100.878)	(69.293)
Outros tributos a recolher		(8.279)	435	15.696	(15.458)
Benefícios pós-emprego				(21.066)	(12.856)
Encargos setoriais				(9.320)	(1.899)
Provisões		(24)	(795)	(13.847)	(19.476)
Uso do bem público				(11.045)	(9.098)
MtM (Mark-to-market) contratos derivativos		17.175			
Outros passivos operacionais		8.909	18.934	33.384	55.996
		(15.840)	21.325	(777.629)	(898.509)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(45.693)	1.347	960.105	449.676
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.179)		(159.708)	(159.754)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(46.872)	1.347	800.397	289.922
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de investimento				(2.115.365)	(11.699)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos			106.750		
Títulos e valores mobiliários				(164.159)	(5.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(282.825)	(72.930)		
Adições aos ativos da concessão				(403.579)	(421.424)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(8.592)	(9.367)	(9.670)	(27.485)
Empréstimos a receber			(272)		(779)
Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos				162.762	
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(291.417)	24.181	(2.530.011)	(466.387)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados				106	(5.987)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(28)		(35.274)	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures				1.949.466	1.825.180
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures				(91.163)	(997.133)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos			(5.514)	(139.494)	(78.696)
Pagamentos do principal de arrendamentos		(546)	(511)	(8.844)	(9.708)
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores					3.800
Recuperação de ações em tesouraria		(98.954)	(322.929)	(98.954)	(322.929)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	39.1	(99.528)	(328.954)	1.575.843	414.527
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(437.817)	(303.426)	(153.771)	238.062
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		494.886	603.778	2.545.719	2.973.921
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		932.703	907.204	2.699.490	2.735.859
		(437.817)	(303.426)	(153.771)	238.062

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado	4.877	2.271	6.026.463	5.551.945
Receita operacional	1.711	744	5.333.985	4.660.447
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			(42.489)	(24.931)
Receita relativa à construção de ativos próprios	2.186	1.527	23.880	41.391
Receita de Construção			424.892	568.624
Remuneração dos Ativos da concessão			160.767	118.627
Atualização do Ativo financeiro indenizável			119.382	73.013
Outras receitas	980		6.046	114.774
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(10.759)	(11.488)	(2.884.825)	(3.057.671)
Custos da energia comprada			(1.890.342)	(1.839.087)
Encargos de uso da rede elétrica			(338.357)	(356.080)
Materiais	(148)	(559)	(23.170)	(23.977)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica			(7.176)	(143.282)
Serviços de terceiros	(7.604)	(8.159)	(135.645)	(127.933)
Custo de construção da infraestrutura			(419.688)	(500.771)
Outros custos operacionais	(3.007)	(2.770)	(70.447)	(66.541)
Valor adicionado bruto	(5.882)	(9.217)	3.141.638	2.494.274
Retenções				
Depreciações e amortizações	(4.216)	(4.065)	(177.039)	(174.535)
Valor adicionado líquido produzido	(10.098)	(13.282)	2.964.599	2.319.739
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	34.405	7.401	171.750	118.708
Resultado da equivalência patrimonial	545.432	541.552	39.937	68.350
Valor adicionado total a distribuir	569.739	535.671	3.176.286	2.506.797
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	11.581	9.454	94.150	81.347
Benefícios	1.951	1.993	31.051	26.038
FGTS	1.115	609	11.043	7.644
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	21.087	978	1.040.948	736.918
Estaduais	5	106	919.537	695.082
Municipais	306	535	7.016	7.041
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	12.004	25.503	510.344	427.513
Aluguéis	(1.108)	711	2.086	(88)
Remuneração de capital próprio				
Participações dos não controladores			37.313	29.520
	46.941	39.889	2.653.488	2.011.015
Lucros retidos	522.798	495.782	522.798	495.782
	569.739	535.671	3.176.286	2.506.797

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto

1.1 Operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.

As ações da Companhia, sob o código "ENBR3", estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado. Adicionalmente, as ações da Companhia integram as carteiras dos seguintes índices na B3: Índice Bovespa - Ibovespa e Índice de Energia Elétrica - IEE.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação			
			31/03/2022		31/12/2021	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Geração						
Energest S.A. (Energest)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-	60,00	-
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral	-	40,78	-	40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86	-	55,86	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	-
Comercialização						
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Transmissão						
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	100,00
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora) (Nota 18.1)	Controlada	integral	100,00	-	-	-
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	Controlada	integral	100,00	-	-	-
Clientes						
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
UFV SP V Equipamentos Fotovoltáicos LTDA. (UFV SP V Equipamentos)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
AES Inova Soluções de Energia Ltda. (Inova Soluções de Energia)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. (Inova Soluções de Energia II)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Outros						
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-	29,90	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Comercializadora de equipamentos e materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	-	50,00
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol)	Coligada	por equivalência patrimonial	-	40,00	-	40,00

1.1.1 Alteração na denominação social

No período findo em 31 de março de 2022, foi deliberada alteração da denominação social da parte da controlada, conforme relacionada abaixo:

Denominação antiga	Denominação atual	Data de Alteração
CELG Transmissão S.A. - CELG - T	EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	AGE - 17/03/2022

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance

A EDP - Energias do Brasil integra, há 16 anos, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, tendo conquistado o 1º lugar no ranking geral no exercício de 2021, sendo benchmark no desempenho da carteira nas dimensões Geral, Natureza do Produto, Econômico, Ambiental e Social, indicando a solidez da sua estratégia de sustentabilidade. O ISE é uma ferramenta de análise comparativa e reflete o retorno de uma carteira composta por ações de companhias com os melhores desempenhos de aspectos ESG, sendo referência para o investimento socialmente responsável. O ESG é um conjunto de práticas ambientais, sociais e de governança que pode ser usado para guiar investimentos e escolhas de consumo focadas em sustentabilidade. A Companhia mantém o seu compromisso em contribuir para 9 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, sendo eles: Igualdade de gênero; Energia acessível e limpa; Trabalho decente e crescimento econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida terrestre e; Parcerias e meios de implementação.

A EDP - Energias do Brasil é uma Companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Por isso, a visão de futuro da Grupo EDP - Energias do Brasil é guiada pelo Plano Estratégico 2021-2025, um compromisso ambicioso, que inclui uma aceleração do crescimento em energias renováveis, apoiado pela história de conquistas enquanto líderes da transição energética. O Plano Estratégico 2021-2025 é orientado por quatro eixos: liderança da transição energética, compromisso com a proteção do meio ambiente, geração de impacto social positivo e atuação sob uma estrutura de governança forte.

2 Outorgas

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Também é estabelecido que, extinta a concessão a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 31 de março de 2022 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Em operação

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.3)	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
CEJA (Nota 17.3)	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	392,95	222,00	21/12/1987	31/12/2044	20 anos	(i)
Energest (Nota 17.2)	UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	134,80	14/07/1995	16/07/2025	A critério da Aneel poderá ser prorrogada por mais 20 anos	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	505,10	15/01/1998	15/01/2033	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	645,30	01/07/2008	20/01/2044	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	10/04/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
Transmissão										
Operação comercial										
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização	
EDP Transmissão Aliança (Nota 4.6)	484,5 km	Produtor Independente	Concessão	TO	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230 kV	15/01/1998	15/01/2033	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)	
	744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230 kV; 12 SE 230/138/69 kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)	
EDP Goiás (Nota 4.7)	11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230 kV; 2 SE 230 kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)	
	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)	
Operação parcial (Nota 4.6)										
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização	
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	3 LT 230kV; SE 230/69 kV; SE 230/138/69 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)	
EDP Transmissão SP-MG (Nota 4.6)	375 km	Produtor Independente	Concessão	PA	LT 500 kV	10/04/2014	10/04/2049	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)	

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em fase de projeto/construção

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Transmissão									
Mata Grande Transmissora	113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

(iii) Não existe previsão de indenização.

Adicionalmente a coligada CELESC, na qual a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detém o controle das seguintes outorgas:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão
Distribuição							
Celelesc Distribuição S.A. – Celelesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	07/07/2045
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	09/07/2047
	UHE: Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto	Produtor Independente	Concessão	SC	54,28	36,24	07/11/2046
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	17/03/2035
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)
Total					115,27	70,16	

Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada CELESC G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Status
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	Licenciamento Ambiental
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
CGH Marum	São José/SC	(i)	0,00	1,00	1,00	Obras em licitação
CGH Caveiras	Lages/SC	(i)	3,83	(ii)	(ii)	Revisão de Projeto Básico
Total			43,11	29,25	68,53	

As informações apresentadas acima foram extraídas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgadas ao mercado em 11 de março de 2022.

(i) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei no 13.360/16).

(ii) Potência final será definida com a Revisão de Projeto Básico

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e das controladas não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia e suas controladas autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 13 de abril de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2021.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas devido a variações não serem relevantes comparadas às informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 16 de fevereiro de 2022. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2021	Título da nota explicativa	Justificativa
2.1	Contratos de concessão de Distribuição, Geração e Transmissão	(a)
3.8	Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	(b)
9.6	Parcelamentos	(b)
16.10	Títulos a receber	(b)

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Número da nota explicativa em 31/12/2021	Título da nota explicativa	Justificativa
24.2	Energia livre	(a)
18.1	Aquisição de ativos - Mata Grande Transmissora	(a)
18.2	Combinação de negócios - Inova Soluções de Energia e subsidiárias	(a)
29	Uso do Bem Público - UBP	(b)
30	Ressarcimento por indisponibilidade	(b)
32.2	Destinação do lucro	(b)
32.3	Reservas	(b)
32.3.1.1	Características dos Planos de Remuneração Baseado em Ações	(a)
32.4	Outros resultados abrangentes	(b)
32.6.1	Partes beneficiárias	(b)
36.3	SUDAM e SUDENE	(b)
38.1.1.1	Ativos financeiros	(c)
38.1.1.2	Passivos financeiros	(c)
38.1.2	Valor justo	(c)
38.1.2.1	Mensuração a valor justo	(c)
41	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2022, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 36.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 28).

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 7); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 7); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 7.6); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); Compromissos futuros (Nota 15); Ativos da concessão (Nota 21); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 20); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 23 e 24); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 28); Provisões para contingências (Nota 29.1); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 29.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, correlacionado ao ao IFRS 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 18).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.
- As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
- Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da CELESC, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração e 1 assento no Conselho Fiscal (Nota 19.2) e 40% da participação no capital total da Blue Sol.
- As datas das informações contábeis intermediárias das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação a coligada CELESC, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, o cálculo de equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem em relação a data-base apresentada, uma vez que o calendário de divulgação das demonstrações financeiras da Companhia antecede ao calendário de divulgação da coligada.
- Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Pecém TM, Pecém OM, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão (Nota 17) e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

• Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.6.

• Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

4 Eventos significativos no período

4.1 Liberações e captações de recursos

No período de 2022, as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Consolidado						
Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
Santa Leopoldina	Debêntures - 1ª Emissão	jan/22	jan/24	700.000	CDI + 1,52% a.a.	(i) compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) capital de giro da Emissora
EDP Trading	Cédula de Câmbio Aditivo - MUFG	mar/22	mar/24	50.000	CDI + 1,24% a.a.	Capital de Giro
				750.000		
Controlada em Conjunto (não consolidada nessas Informações Contábeis Intermediárias (Nota 17.3))						
Cachoeira Caldeirão	BNDES - SUB C	mar/22	out/23	2.600	TJLP	subcrédito do BNDES para investimento social
				2.600		
				752.600		
Em moeda estrangeira						
Santa Leopoldina	4131 Scotiabank - SWAP	jan/22	jan/24	150.000 USD	USD + 1,6175%	(i) compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) capital de giro da Emissora
Santa Leopoldina	4131 ITAU - SWAP	fev/22	jan/24	64.941 USD	USD + 2,933%	(i) compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) capital de giro da Emissora
				214.941 USD		

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 26 e 27.

4.2 EDP Energias do Brasil - Agenda ESG

Em janeiro de 2022, após as divulgações prévias no final de 2021, a B3 anunciou a 17ª carteira de Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) e pela primeira vez os resultados foram divulgados em formato de ranking, sendo que a EDP Brasil alcançou a 1ª posição no ranking geral que considera todas as empresas e setores, com mais de 90 pontos. A carteira será válida de 3 de janeiro a 30 de dezembro de 2022. São 46 empresas que foram avaliadas a partir de questionários temáticos, o Carbon Disclosure Project (CDP) e a nota de risco reputacional calculada pela RepRisk.

No período de 2022 também foi anunciada a carteira do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70) 2022, que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a EDP está presente sendo uma das duas empresas com score A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional, com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono.

4.3 Medidas de Assistência Governamental adotadas desde o início da pandemia, com impactos no período de 2022

Diante da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) que teve início no exercício de 2020, as incertezas geradas pela disseminação do vírus e suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia, as autoridades governamentais brasileiras e agentes regulatórios tomaram diversas medidas para amenizar os impactos aos agentes do mercado de energia. Algumas das medidas adotadas apresentam efeitos no período de 2022, conforme descritas abaixo:

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Publicação	Descrição	Status
Despachos ANEEL nº 939 de 05 de abril 2021	O Despacho ANEEL nº 939 revogou o Despacho nº 181/21 com a finalidade de: (i) homologar os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para amortização da operação de crédito contratada pela CCEE na gestão da Conta-covid, nos termos da Resolução Normativa (REN) ANEEL nº 885/2020; (ii) o valor de que trata o item (i) considera o custo total estimado das operações de crédito contratadas pela CCEE, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição da Reserva de Liquidez; e (iii) os valores de que trata o item (i) devem ser recolhidos mensalmente à CCEE, diretamente na Conta-covid, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 do mês subsequente. Conforme a Nota Técnica nº 55/2021-SGT/ANEEL, o valor total da Cobertura Tarifária Anual é de R\$5,9 bilhões e o valor total do Encargo Mensal é de R\$491 milhões. O valor do recolhimento destinado à EDP São Paulo e EDP Espírito Santo da Cobertura Tarifária Anual é de R\$141.414 e R\$87.916 e o valor do Encargo Mensal é de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.	Para o período de 2022 o valor do recolhimento destinado à EDP São Paulo é de R\$35.353, e para EDP Espírito Santo é de R\$21.979 para CDE COVID, sendo o pagamento mensal de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.
REN nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021	A REN ANEEL nº 1.000 revoga e substitui a REN nº 414 de 9 de setembro de 2010 e estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Revoga ainda as Resoluções normativas nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Com a publicação da consolidação, 61 resoluções normativas da Agência serão totalmente revogadas e três terão revogação parcial. Os efeitos da REN tiveram início em 1º de janeiro de 2022 e se estenderão até 1º de julho de 2023.	A Companhia está em processo de adequação das alterações decorrentes da REN. Para isso, foi definido plano de ação de três fases atendendo os prazos definidos pela ANEEL.
Resolução Homologatória (REH) nº 3.004 de 14 de dezembro de 2021	A REH ANEEL nº 3.004 homologa as quotas mensais provisórias da CDE, relativas às competências de janeiro a abril de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. A EDP São Paulo deverá pagar mensalmente diretamente à CCEE o montante de R\$89.216, e a EDP Espírito Santo o montante de R\$54.505 mensais conforme consta do Anexo I da referida Resolução. A REN teve efeitos desde 1º de janeiro de 2022.	O valor do recolhimento destinado à Companhia é válido até o mês de abril de 2022.

4.4 Medidas governamentais para gestão de recursos hídricos

Diante do cenário de escassez hídrica que teve início no exercício de 2021, as autoridades brasileiras e os agentes reguladores do mercados de energia tomaram diversas medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, garantindo a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país. Algumas das medidas adotadas apresentam efeitos no período de 2022, conforme descritas abaixo:

Publicação	Descrição	Status
Bandeiras tarifárias - faixas de acionamento e adicionais	Após deliberação na 23ª Reunião Pública Ordinária de Diretoria da ANEEL realizada em 29 de junho de 2021, foram definidos os novos adicionais aplicados a partir de 1º julho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888/2021, alterando de R\$1,343 para R\$1,874 o valor adicional da vigência da bandeira tarifária amarela a cada 100 kWh consumidos, de R\$4,169 para R\$3,971 o valor adicional para a bandeira vermelha patamar 1 para cada 100 kWh consumidos e de R\$6,243 para R\$9,492 o valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2 a cada 100 kWh consumidos.	Valores vigentes desde 1º de julho de 2021
Bandeiras tarifárias - faixas de acionamento e adicionais	Em razão da excepcionalidade advinda da escassez hídrica em 2021, foi criada a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica conforme determinação da CREG. Esse patamar foi criado por meio da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021 para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. Com isso, a cobrança da bandeira Escassez Hídrica é de R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos. Essa cobrança vale para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN com exceção dos beneficiários da tarifa social que deverá ser aplicado a bandeira anterior patamar 2 vigente desde 1º de julho de 2021. Com a decisão da CREG, a Bandeira Escassez Hídrica não houve necessidade de deliberar a revisão do patamar 2 da bandeira vermelha oriunda da Consulta Pública nº 41/2021 aberta em julho. A consulta foi fechada por perda do objeto, considerando a decisão da CREG.	Valores vigentes desde 1º de setembro de 2021 à abril de 2022. Foi aberta Consulta Pública nº 012/2022, a fim de realizar a atualização anual dos adicionais e das faixas de acionamento das bandeiras tarifárias.
Medida Provisória - MP nº 1.078 de 13 de dezembro de 2021	A MP nº 1.078 dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. A partir da referida MP, passa a vigorar a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as principais alterações: (i) prover recursos, arrecadados exclusivamente por meio de encargo tarifário, para a amortização de operações financeiras vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados no processo tarifário anterior à liberação dos recursos da operação financeira, conforme definido em regulamento; (ii) Os consumidores do ambiente de contratação regulada, a partir da data de publicação desta MP, deverão pagar, por meio de encargo tarifário cobrado na proporção do consumo de energia elétrica, os custos remanescentes das operações financeiras; e (iii) O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, fica autorizado a estabelecer bandeira tarifária extraordinária para a cobertura de custos excepcionais decorrentes de situação de escassez hídrica.	Esta MP entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 2021 (Nota 16.1), data de sua publicação e foi prorrogada até maio de 2022
Resolução Normativa - REN nº 02 de 31 de agosto de 2021	A REN nº 02, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.055/21, na Lei nº 10.848/04, institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. O Programa de que trata o caput será implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento), apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021. Esta REN entrou em vigor no dia de sua publicação. A controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo reconheceram os montante de R\$64.018 e R\$59.807, respectivamente, referente a este subsídio em dezembro de 2021.	As controladas de distribuição liquidaram em 31 de março de 2022 o montante total de R\$101.009, sendo R\$ 51.076 referente a EDP São Paulo e R\$49.933 a EDP Espírito Santo (Nota 16.1.1).
Decreto nº 10.939 de 13 de janeiro de 2022	O Decreto nº 10.939/22, autoriza a criação da Conta Escassez Hídrica para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Trata-se do resultado da MP nº 1.078 que previu o uso de recursos que seriam arrecadados por meio de encargo tarifário, para lidar com esses custos adicionais. A Lei possibilita que a CDE seja utilizada para arrecadação de recursos referentes à amortização de operações financeiras vinculadas ao enfrentamento da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados em processos tarifários anteriores, o que engloba os custos adicionais com as bandeiras tarifárias, as despesas relacionadas ao programa de bonificação por redução do consumo e os custos com a importação de energia entre julho e agosto de 2021.	Com a deliberação da Consulta Pública nº 02/2022 sobre a MP nº 1.078/21 e o Decreto nº 10.939/2022, entrou em vigor a REN nº 1.010/2022

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Publicação	Descrição	Status
Resoluções Normativas - REN nº 1.008 de 15 de março de 2022 e REN nº 1.010 de 29 de março de 2022 (Conta escassez hídrica)	A REN nº 1.008/22 dispõe sobre a Conta Escassez Hídrica, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes. Estabelecer os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores. Em 29 de março de 2022, foi publicada a REN nº 1.010/22 que define os valores dos repasses de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras que ocorrerão até 28 de fevereiro de 2023.	A REN nº 1.010/22 entrou em vigor na data de sua publicação, e determina o montante de R\$59.174 como teto a ser repassado a EDP São Paulo e R\$49.853 a EDP Espírito Santo.
Despachos - DSP ANEEL nº 397 de 10 de fevereiro de 2022	O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos relativos ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2/2021, emitida pela CREG.	As controladas de distribuição realizaram o reconhecimento do subsídio previsto conforme operacionalização prevista no DSP, mais detalhes na nota 16.1.1

4.5 Distribuidoras - Sobrecontratação de energia

A sobrecontratação do período de 2022 foi oriunda substancialmente da estratégia da Administração das distribuidoras para redução do nível de contratação. Nesse sentido, comparados os PLDs em maiores negociações, (valor médio de R\$58,10/MWh no submercado SE/CO, durante o período de 2022, enquanto no mesmo período de 2021, para o mesmo submercado, alcançou a média de R\$172,57 /MWh), no período findo em 31 de março de 2022, ocorreu impacto positivo de R\$14.700 na EDP Espírito Santo e de R\$22.960 na EDP São Paulo (Nota 36.2.2.1).

4.6 Transmissoras - Entrada em Operação Parcial e Comercial Total

EDP Transmissão SP-MG

Em 27 de janeiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS o termo de liberação do início de operação comercial do primeiro trecho da linha de transmissão da EDP Transmissão SP-MG, com 7 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. A entrada em operação comercial deste primeiro trecho representa uma RAP Parcial de R\$111,8 milhões, sendo 45% da RAP total.

EDP Transmissão Aliança

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Aliança, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. O primeiro trecho da linha de transmissão e a subestação Siderópolis 2 da EDP Transmissão Aliança entraram em operação comercial no dia 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação em relação ao calendário da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a Companhia passa a receber RAP de R\$208 milhões, resultando em receita antecipada total de R\$143,1 milhões.

4.7 Conclusão de investimento na EDP Goiás (Nota 1.1)

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, nesta data, concluiu a aquisição de 99,99% das ações da Celg Transmissão S.A. ("Celg-T"), pelo montante atualizado de R\$2.115.367. O laudo de aquisição está sendo elaborado por consultoria especializada (Nota 18.3).

4.8 Distribuidoras - Alteração no regime de tributação

A partir de 2022 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo alteraram o regime de tributação, que anteriormente era apurado pelo Lucro Real Anual, e passou a ser apurado pelo Lucro Real Trimestral.

4.9 Distribuidoras - Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET

A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores. Foram recebidas 140 contribuições, das quais as controladas de distribuição contribuíram, e aguardam a conclusão dos próximos passos para avaliar os impactos desta decisão.

4.10 Porto do Pecém - Estoque de carvão

A controlada Porto do Pecém, considerando cenário hídrico e energético global no período de 2022 e previsão de queima inicial de carvão, antes prevista para o primeiro trimestre de 2022 e atualizada para outubro do mesmo exercício, efetuou acordo de venda de 225 mil toneladas de seu estoque de carvão, com previsão de entrega no segundo trimestre de 2022 (Nota 12.1).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Bancos conta movimento		3.506	2.581	85.277	130.962
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	491.380	930.122	2.362.996	2.544.000
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2			96.420	22.824
Fundos de investimento				1.026	1.704
		491.380	930.122	2.460.442	2.568.528
Total		494.886	932.703	2.545.719	2.699.490

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.2.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de março de 2022 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas a taxas que variaram entre 100,00% e 105,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Já as aplicações financeiras do consolidado estão remuneradas a taxas que variaram entre 97,00% e 109,00% do CDI.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 31 de março de 2022, as operações compromissadas lastreadas em Debêntures são referentes a controlada EDP Trading e foram remuneradas a taxas que variaram entre 93,50% e 95,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

	Nota	Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Fundos de Investimento	6.1	175.881	11.722	2.500	2.500
Total		175.881	11.722	2.500	2.500

6.1 Fundos de investimento

O montante refere-se substancialmente aos títulos da controlada Porto do Pecém e são decorrentes de aplicação financeira em fundo de investimento, pertencente à instituição financeira, com carteira substancialmente composta por LFTs, com rentabilidade equivalente a 101,19% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Contas a Receber

		Consolidado													
		Valores Correntes						Valores Renegociados							
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida				PECLD (Nota 7.6)	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PECLD (Nota 7.6)	Saldo líquido em 31/03/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
Nota		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Circulante															
Consumidores															
	Fornecimento faturado	7.2													
	Residencial		421.766	339.907	60.409	55.795	318.398	(311.366)	24.226	45.750	15.652	66.274	(79.194)	957.617	852.904
	Industrial		77.159	22.126	2.736	3.143	47.560	(35.433)	3.451	2.581	1.013	10.774	(3.657)	131.453	115.225
	Comércio, Serviços e Outras Atividades		146.653	73.879	14.064	17.075	121.920	(107.090)	6.167	9.410	3.792	18.617	(19.331)	285.156	252.545
	Rural		60.776	26.099	7.007	6.101	30.950	(32.540)	5.373	7.730	1.342	4.170	(5.532)	111.476	98.149
	Poder Público														
	Federal		3.049	676	58	96	187	(169)	4	4	1	52	(1)	3.957	2.961
	Estadual		6.679	1.186	64	142	802	(370)	54	39	7	73	(8)	8.668	6.727
	Municipal		22.200	4.246	1.014	1.009	3.025	(1.368)	549	2.276	372	145	(43)	33.425	27.283
	Iluminação Pública		5.543	4.005	9.317	12	7.378		1.199	2.998	1.399	3.910	(97)	35.664	37.757
	Serviço Público		14.261	1.373	745	1.106	1.363	(869)	536	398	392	267	(245)	19.327	27.134
	Clientes livres		124.692			2.920		(2.920)						124.692	119.014
	Serviços Cobráveis		1.591	414	405	626	6.819	(5.128)						4.727	3.808
	Fornecimento não faturado	7.2	718.680					(5.394)						713.286	641.266
	(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(21.967)											(21.967)	(2.242)
	Outros créditos		29.056	21			458							29.535	29.649
			1.610.138	-	473.932	95.819	88.025	(502.647)	41.559	71.186	23.970	104.282	(108.108)	2.437.016	2.212.180
Concessionárias															
	Suprimento de energia elétrica	7.3	210.455	925		480	112.245	(480)	844					324.469	529.837
	Energia de curto prazo	7.4	26.114				1.903							28.017	18.297
	Encargos de uso da rede elétrica		77.106	451			2.187		568					80.312	18.551
	Outros créditos		27.277											27.277	27.842
			340.952	-	1.376	-	480	(480)	1.412	-	-	-	-	460.075	594.527
Clientes															
	Eficiência energética		27.241	1.707			4.012	(4.012)						28.948	22.133
	Serviços de gerenciamento de assinaturas		893	37	34	14	4	(148)						965	1.539
	Dispêndios a reembolsar		3.694	2.254										5.948	6.536
	Geração de vapor		29											29	7.793
	Construção de usina solar													-	953
	Arrendamentos		1.956	3.095	473	35								5.559	9.333
	Outros clientes		3.918	1.611	500	147	168	47	(286)					6.105	1.296
			37.731	8.704	1.007	196	172	4.190	(4.446)	-	-	-	-	47.554	49.583
	Total Circulante		1.988.821	8.704	476.315	96.015	88.677	659.385	(507.573)	42.971	71.186	23.970	(108.108)	2.944.645	2.856.290

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado								
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida	Renegociada a Vencer			Saldo líquido em 31/03/2022	Saldo líquido em 31/12/2021	
Nota		Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 7.6)	Até 60 dias	Mais de 60 dias			PECLD (Nota 7.6)
Não circulante										
Consumidores										
Fornecimento faturado										
7.2	Residencial						23.461	(12.436)	11.025	9.213
	Industrial			4.983	(3.213)		911	(377)	2.304	2.128
	Comércio, Serviços e Outras Atividades			18	(18)		8.397	(4.784)	3.613	3.537
	Rural						1.662	(696)	966	775
Poder público										
	Federal						1		1	2
	Estadual						1		1	3
	Municipal						4.620	(1)	4.619	5.406
	Iluminação pública						2.502	(130)	2.372	3.030
	Serviço público						45	(1)	44	22
7.5	(-) Ajuste a valor presente						(490)		(490)	(730)
		-	-	5.001	(3.231)	-	41.110	(18.425)	24.455	23.386
Concessionárias										
Outros créditos										
		1.029			(119)				910	909
		1.029	-	-	(119)	-	-	-	910	909
Clientes										
	Eficiência energética		20.873						20.873	22.849
	Dispêndios a reembolsar		18.402						18.402	19.745
	Arrendamentos		27.855						27.855	37.088
	Outros clientes		8.999						8.999	-
		-	76.129	-	-	-	-	-	76.129	79.682
	Total Não circulante	1.029	76.129	5.001	(3.350)	-	41.110	(18.425)	101.494	103.977

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os saldos de Contas a receber são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos tributos de responsabilidade tributária da Companhia e das controladas.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia fornecida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

7.1 Características do Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da controlada Porto do Pecém, relacionadas à contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Para a controlada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera a o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a Companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Clientes

Para as controladas de clientes, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante às medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado e não faturado

A variação refere-se ao impacto do fornecimento faturado e não faturado decorrente do aumento do consumo em 31 de março de 2022 frente ao consumo em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, houve impactos do último reajuste tarifário com aumento da Parcela B.

7.3 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

A variação de suprimentos de energia elétrica refere-se substancialmente à controlada Porto do Pecém, que no período de 2022 não foi despachada pela ONS dado a melhora do cenário hídrico do país (Nota 4.10).

7.4 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

O aumento no saldo no período é referente às controladas EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.3), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG, a variação ocorre devido ao faturamento de RAP no mês março de 2022. A RAP remunera o investimento na linha de transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

7.5 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

Para as controladas de distribuição o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das mesmas. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a taxa correspondente para a EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., afetando positivamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$239 (R\$8 em 2021).

Para as controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart Serviços o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, afetando positivamente o resultado do período em R\$1.013 (R\$1.091 em 2021).

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.6 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	PECLD esperada		Revisão de risco (i)		Saldo em 31/03/2022
		Para dos próximos 12 meses	Ao longo da vida	PECLD	Resultado de perdas	
Consumidores						
Residencial	(388.086)	(11.128)	(14.380)	(1.666)	12.264	(402.996)
Industrial	(45.688)	(1.391)	(611)	(277)	5.287	(42.680)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(127.639)	(3.389)	(4.182)	202	3.785	(131.223)
Rural	(36.900)	(34)	(3.990)	1.564	592	(38.768)
Poder Público	(1.519)		(267)	(120)	(54)	(1.960)
Iluminação Pública	-			(209)	(18)	(227)
Serviço Público	(792)		(74)	(250)	1	(1.115)
Clientes livres	(2.867)			(53)		(2.920)
Serviços Cobráveis	(5.095)			(33)		(5.128)
Não faturado	(4.331)	(316)	(747)			(5.394)
	(612.917)	(16.258)	(24.251)	(842)	21.857	(632.411)
Concessionárias	(498)			(101)		(599)
Clientes	(4.298)	-	(147)	(1)		(4.446)
Total	(617.713)	(16.258)	(24.398)	(944)	21.857	(637.456)
Circulante	(597.362)					(615.681)
Não circulante	(20.351)					(21.775)

(i) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Para as controladas de distribuição e comercialização, a PECLD foi registrada sobre toda a vida do recebível com base em aplicação de percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) classe de consumidor; (ii) tensão; (iii) data de faturamento; e (iv) data de vencimento. Desta forma, foi constituída matriz de risco por período de inadimplência, ajustada pela expectativa econômica do exercício corrente, obtida por meio da previsão dos parâmetros do índice de inadimplência de mercado do Banco Central, sendo segregada pelo consumo regular e irregular. Para a PECLD dos recebíveis renegociados, os percentuais são aplicados com base nos vencimentos originais de cada documento renegociado.

Com base nos estudos realizados pelas controladas de distribuição, onde foram identificados os maiores impactos, segue abaixo os percentuais de perdas esperadas segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

	31/03/2022							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
	Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos	
Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	
Residencial	1,09%	n/a	17,32%	n/a	1,69%	n/a	13,01%	n/a
Industrial	1,86%	0,66%	9,93%	23,68%	1,77%	n/a	27,28%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,84%	0,46%	24,25%	n/a	1,02%	0,46%	20,79%	n/a
Rural	0,35%	0,03%	14,62%	n/a	1,84%	0,01%	10,94%	n/a
Poder Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,16%	n/a	24,75%	n/a
Iluminação Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,08%	0,18%	n/a	n/a

	31/12/2021							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
	Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos	
Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	
Residencial	1,09%	n/a	17,32%	n/a	1,69%	n/a	13,01%	n/a
Industrial	1,86%	0,66%	9,93%	23,68%	1,77%	n/a	27,28%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,84%	0,46%	24,25%	n/a	1,02%	0,46%	20,79%	n/a
Rural	0,35%	0,03%	14,62%	n/a	1,84%	0,01%	10,94%	n/a
Poder Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,16%	n/a	24,75%	n/a
Iluminação Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,08%	0,18%	n/a	n/a

As controladas de geração avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, as controladas de geração não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

Em relação às controladas de serviços, a PECLD é calculada levando em consideração o risco de crédito de seus clientes junto à Instituições de Crédito. Sempre que houver deterioração no *rating* do cliente em comparação ao momento em que ocorreu a venda, a perda é incrementada para os próximos 12 meses, independentemente de haver atraso. O atraso é um fator adicional considerado no cálculo da PECLD para determinar se a mesma é calculada ao longo da vida ou para os próximos 12 meses.

As controladas de transmissão não apresentam histórico e nem expectativas de perdas nos seus valores a receber, uma vez que possuem garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo ONS ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constitui perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Para o período findo em 31 de março de 2022, não houve alteração nas premissas de mensuração.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito está divulgada na nota 36.2.4.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado							Valores em amortização		Valores em constituição	
	Saldo em 31/12/2021	Apropriação	Amortização (i)	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2022	Circulante	Não circulante	IRT (*) 2021	IRT (*) 2022	IRT (*) 2023	Indeterminado (**)
	CVA										
Compra de energia (ii)	259.398	(412.644)	(58.346)	(5.810)	(217.402)	12.874	(230.276)	77.390	(294.792)		
Custo da Energia de Itaipu (iii)	566.243	25.041	(113.652)	10.896	488.528	380.220	108.308	227.016	261.512		
PROINFA	28.507	29.520	(5.994)	759	52.792	35.179	17.613	12.550	40.242		
Transporte Rede Básica	93.652	17.835	(27.350)	1.852	85.989	71.244	14.745	50.047	35.942		
Transporte de Energia - Itaipu	15.084	3.549	(2.700)	302	16.235	11.851	4.384	5.467	10.768		
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (iv)	527.929	252.264	(33.909)	11.827	758.111	432.478	325.633	149.608	608.503		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (v)	(101.676)	180.840	24.344	282	103.790	41.950	61.840	(36.896)	140.686		
	<u>1.389.137</u>	<u>96.405</u>	<u>(217.607)</u>	<u>20.108</u>	<u>1.288.043</u>	<u>985.796</u>	<u>302.247</u>	<u>485.182</u>	<u>802.861</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Itens financeiros											
Sobrecontratação de energia (vi)	(79.908)	44.019	5.233	991	(29.665)	(3.641)	(26.024)	(19.612)	(10.053)		
Neutralidade da Parcela A	(40.827)	(12.971)	11.928	204	(41.666)	(28.113)	(13.553)	(28.133)	(13.533)		
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (vii)	(249.623)	(26.932)	59.899		(216.656)	(91.560)	(125.096)	(91.560)	(76.460)	(48.636)	
Risco Hidrológico (viii)	(362.418)	(99.072)	90.074	(3.319)	(374.735)	(186.624)	(188.111)	(168.618)	(206.117)		
Outros	54.064	(389.313)	(15.739)	1.293	(349.695)	(475.041)	125.346	(36.299)	(313.396)		
	<u>(678.712)</u>	<u>(484.269)</u>	<u>151.395</u>	<u>(831)</u>	<u>(1.012.417)</u>	<u>(784.979)</u>	<u>(227.438)</u>	<u>(344.222)</u>	<u>(619.559)</u>	<u>(48.636)</u>	<u>-</u>
PIS e COFINS											
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	21.305		34.143		55.448	55.448			55.448		
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota 9.3.2)	(1.425.643)		74.655	(26.129)	(1.377.117)	(711.110)	(666.007)		(711.110)		(666.007)
	<u>(1.404.338)</u>	<u>-</u>	<u>108.798</u>	<u>(26.129)</u>	<u>(1.321.669)</u>	<u>(655.662)</u>	<u>(666.007)</u>	<u>-</u>	<u>(655.662)</u>	<u>-</u>	<u>(666.007)</u>
Total	<u>(693.913)</u>	<u>(387.864)</u>	<u>42.586</u>	<u>(6.852)</u>	<u>(1.046.043)</u>	<u>(454.845)</u>	<u>(591.198)</u>	<u>140.960</u>	<u>(472.360)</u>	<u>(48.636)</u>	<u>(666.007)</u>
Ativo Circulante	643.174				693.212	693.212					
Ativo Não Circulante	786.263				323.506		323.506				
Passivo Circulante	627.003				1.148.057	1.148.057					
Passivo Não Circulante	1.496.347				914.704		914.704				

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

(**) O montante de R\$711.110 classificado em 31 de março de 2022, sendo R\$250.846 referente a controlada EDP Espírito Santo e R\$460.264 referente a controlada EDP São Paulo, estão em processo de devolução aos consumidores. Já o montante de R\$666.007 aguarda minuta da ANEEL sobre procedimentos para devolução aos consumidores, sendo R\$270.972 referente a controlada EDP Espírito Santo e R\$395.035 referente a controlada EDP São Paulo.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" – CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada exercício contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam à transação.

8.1 Efeitos relevantes no período

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2021, somava um valor de R\$693.913, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de março de 2022 equivale ao montante de R\$1.056.043. A variação no período, no montante de R\$352.130, foi causada pelos seguintes motivos:

- Amortização: No período, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$42.586 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
- Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras. Adicionalmente, cabe observar que no período de 2022 houve despachos termelétricos fora da ordem de mérito, impactando os custos previstos no Encargo de Serviço de Sistema-ESS. Houve também relevante repasse de receita das bandeiras tarifárias no período de 2022.
- Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2021 da controlada EDP Espírito Santo, realizados em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$5,10. Já no processo tarifário de 2021 da controlada EDP São Paulo, realizado em outubro do referido ano, foi considerada uma premissa de R\$5,34. Ocorre que a taxa cambial do dólar verificada no período em análise foi superior à cobertura tarifária, gerando a variação da apropriação verificada a ser repassada às tarifas quando do processo de Reajuste Tarifário 2021, conforme regras definidas pela ANEEL. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura - TMC. A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da distribuidora previstos para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado no período foi superior à TMC, resultando na formação de um ativo regulatório.
- Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: Os custos do ESS/EER atribuídos às Distribuidoras no período de 2022 mostraram-se superiores aos montantes previstos de cobertura tarifária, em decorrência principalmente do acionamento de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito em 2021. Esse despacho termelétrico está inserido no contexto da crise hídrica mencionada na nota 4.4.
- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: a variação positiva acumulada no último trimestre é devido ao aumento do valor das quotas quando comparadas ao período de 2021. A publicação das quotas provisórias dos encargos a serem recolhidos pelas Distribuidoras foram definidos pela Resolução Homologatória nº 3.004/21 (Nota 4.3). Os valores definitivos para ano de 2022 serão publicados com a finalização da Consulta Pública nº 81/21.
- Sobrecontratação de energia: A apropriação dos valores no período ocorreu em função da participação no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), a controladas EDP São Paulo negociou 158 MWm ao preço de 286,93 R\$/MWh, e a controlada EDP Espírito Santo negociou 119 MWn ao preço de R\$286,93R\$/MWh.

Adicionalmente, em referência ao Despacho nº 2.508/2020 emitidos pelas Superintendências de Regulação de Mercado (SRM) e Gestão Tarifária (SGT), no qual publicou os montantes de involuntariedade das sobrecontratações dos anos de 2016 e 2017, as distribuidoras e a ABRADDEE interuseram Recursos Administrativos com o objetivo de: (a) revisar o critério utilizado pelas Superintendências na apuração do máximo esforço, de maneira a reconhecer a voluntariedade na sobrecontratação do ano de 2017, conforme regulamentação vigente; e (b) solicitar a suspensão dos efeitos do referido Despacho, enquanto não apreciado o mérito dos recursos. No que compete à revisão do critério do máximo esforço, a ANEEL deverá avaliar o mérito dos Recursos Administrativos apresentados, cuja decisão competirá à Diretoria Colegiada da Agência. Com relação ao segundo ponto, a diretoria da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.897/2020 negando a concessão de efeito suspensivo aos Recursos Administrativos. Portanto as distribuidoras aguardam decisão favorável nesse processo, expectativa essa corroborada por opinião legal externa contratada pela ABRADDEE.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021–SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária no que diz respeito ao máximo esforço, migração de consumidores livres e efeitos da distribuição de cotas que refletem nos montantes de 2016 em diante. Esse novo posicionamento da área técnica passará pela avaliação da Diretoria da ANEEL.

Por fim, vale ressaltar que no Reajuste Tarifário de 2018 da controlada EDP Espírito Santo, a Diretoria Colegiada da ANEEL optou por antecipar o tratamento tarifário da sobrecontratação da mesma como voluntária para os exercícios de 2016 e 2017, a partir de pleito regulatório interposto, conforme decisão exarada na 28ª Reunião de Diretoria ANEEL de 2018 e aprovação da Resolução Homologatória nº 2432/2018.

(vii) Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pelas distribuidoras, referente a parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária das distribuidoras.

(viii) Previsão de Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em apropriação no período em análise referem-se a cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas de Itaipu, Cotas e Repactuação CCEAR. Essa previsão é baseada na expectativa de GSF para os próximos 12 meses, além do PLD de referência no momento do processo tarifário.

9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Nota	Controladora								
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Transferência	Saldo em 31/03/2022	
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	112.181	-	-	606	107	(85.317)	(107)	27.470
Total		112.181	-	-	606	107	(85.317)	(107)	27.470
Circulante		56.760							27.470
Não circulante		55.421							
Outros tributos compensáveis									
PIS e COFINS		411	143				(143)		411
IRRF sobre aplicações financeiras		60.124	9.790				(3.372)		66.542
IR/CS retidos sobre faturamento		990	15						1.005
Outros		3.524	48						3.572
Total		65.049	9.996	-	-	-	-	(3.515)	71.530
Circulante		63.140							69.621
Não circulante		1.909							1.909
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.899	13.822			(1.072)		(3.479)	13.170
Total Circulante		3.899	13.822	-	-	(1.072)	-	(3.479)	13.170
Circulante		3.899							13.170
Outros tributos a recolher									
PIS e COFINS		34.146	6.539			(11.725)	(22.739)	(143)	6.078
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2.443	1.935			(2.285)			2.093
IRRF sobre juros s/ capital próprio		68.222		(5.644)			(62.578)		-
Parcelamentos		16.983			191	(1.421)			15.753
Encargos com pessoal		11.873	2.819			(3.963)			10.729
Outros		433			1	(178)			256
Total		134.100	11.293	(5.644)	192	(19.572)	(85.317)	(143)	34.909
Circulante		122.691							24.729
Não circulante		11.409							10.180

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Consolidado								
		Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compen-sação tributos federais	Aquisição de empresas (Nota 18.3)	Transferên-cia	Saldo em 31/03/2022
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.2	420.603		(12)	4.786	19.121	(120.339)		(18.610)	305.549
Total		420.603	-	(12)	4.786	19.121	(120.339)	-	(18.610)	305.549
Circulante		280.791								228.170
Não circulante		139.812								77.379
Outros tributos compensáveis										
ICMS (Nota 9.4)		259.345	46.336			172	(114)		(9.233)	296.506
PIS e COFINS (Nota 9.3)		1.116.479	265.648		20.986		(193.963)		(244.701)	964.449
IRRF sobre aplicações financeiras		77.007	17.641						(8.658)	85.990
IRRF sobre juros s/ capital próprio		1.840							(1.840)	-
IR/CS retidos sobre faturamento		6.940	1.893	(8)				182	(931)	8.076
Outros		22.332	921			3		2.043	(544)	24.755
Total		1.483.943	332.439	(8)	20.986	175	(194.077)	2.225	(265.907)	1.379.776
Circulante		552.974								584.820
Não circulante		930.969								794.956
Passivos a recolher										
Imposto de renda e contribuição social a recolher		136.043	189.649		1.914	(128.696)		3.437	(30.747)	171.600
Total Circulante		136.043	189.649	-	1.914	(128.696)	-	3.437	(30.747)	171.600
Outros tributos a recolher										
ICMS (Nota 9.5)		302.327	925.656		459	(887.061)	(114)		(9.233)	332.034
PIS e COFINS		131.071	464.387		1	(58.073)	(207.820)	1.634	(244.537)	86.663
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		12.272	21.781			(23.207)				10.846
IRRF sobre juros s/ capital próprio		116.453	7.050	(5.646)		(15.079)	(95.728)			7.050
Parcelamentos		334.394			6.435	(11.062)				329.767
Encargos com pessoal		25.477	37.983		9	(33.301)	(8.117)	1.776		23.827
Outros		4.883	4		2.731	(6.922)		473		1.169
Total		926.877	1.456.861	(5.646)	9.635	(1.034.705)	(311.779)	3.883	(253.770)	791.356
Circulante		634.891								503.809
Não circulante		291.986								287.547

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas paguem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

9.2 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Consolidado

O montante em 31 de março de 2022 de R\$305.549 refere-se substancialmente ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

A Companhia compensou no em 31 de março de 2022 o montante de R\$10.345, relativo ao INSS sobre Folha, com créditos de Imposto de renda originados após o ano-calendário de 2019.

9.3 PIS e COFINS

9.3.1 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado

A controlada Enerpeixe apurou um crédito de R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de março de 2022 o montante de R\$79.226 (R\$81.299 em 31 de dezembro de 2021), onde houve atualizações monetárias de R\$16.158 (R\$15.127 em 31 de dezembro de 2021) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2021). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

9.3.2 Distribuidoras - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Em 3 de abril de 2019 e 10 de dezembro de 2019, as controladas de Distribuição EDP Espírito Santo e EDP São Paulo obtiveram respectivamente o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos. Com relação ao tratamento tarifário, as distribuidoras formularam consulta à ANEEL e receberam resposta por meio do Ofício nº 392 em 19 de novembro de 2019, com a orientação de que a Agência, por meio de suas áreas técnicas, está analisando a melhor forma do repasse dos valores recuperados às tarifas homologadas aos consumidores das Concessionárias. Em 17 de março de 2020, a ANEEL abriu a Tomada de Subsídios nº 5/2020 buscando obter subsídios por meio de "Participação Social", para a formulação de sua manifestação quanto ao tratamento a ser dado pelas distribuidoras de energia elétrica aos créditos tributários decorrentes desses processos judiciais.

Com relação a apuração dos créditos, o Supremo Tribunal Federal, em 13 de maio de 2021, modulou os efeitos da decisão e, entre eles, decidiu que o ICMS a ser retirado da base de cálculo das contribuições é aquele destacado na nota fiscal. Nesta ocasião, a controlada EDP Espírito Santo procedeu com recálculo e registrou ajuste no principal de R\$1.798 no exercício de 2021. A controlada EDP São Paulo aplicou essa modulação, além de efetuar uma revisão de estimativa do saldo, gerando uma redução de R\$156.441 da base de faturas elegíveis ao crédito, cuja contrapartida ocorreu nos ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8), assim sendo, sem efeitos no resultado.

Em 11 de fevereiro de 2021 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021, objetivando definir a metodologia de devolução aos consumidores dos créditos tributários. O prazo de contribuições dos agentes se estendeu até 29 de março de 2021, cujos principais pontos de discussão apresentados em Nota Técnica nº 9/2021 SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, estavam relacionados ao: (i) montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário das distribuidoras; (ii) tempo necessário para a devolução; e (iii) operacionalização da devolução. A expectativa é que o tema seja deliberado pela Agência no primeiro semestre de 2021, com publicação da Resolução contendo as regulamentações para devolução dos créditos tributários.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A controlada EDP Espírito Santo, por meio da carta CT-EDP-ES-61/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos referidos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 29 de julho de 2020, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 170/2020-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da controlada, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2021.

A controlada EDP São Paulo, por meio da carta CT-EDP-SP-64/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 20 de outubro de 2021, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 236/2021-SGT/ANEEL, acatou o pedido da Companhia e consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da Companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 23 de outubro de 2021.

Desta forma, o montante reconhecido na rubrica de passivos financeiros setoriais (Nota 8) refere-se ao valor principal atualizado monetariamente. A movimentação dos referidos valores, está em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, incluindo atualização monetária e compensação em 31 de março de 2022, demonstrado a seguir:

		Saldo em 31/12/2021	Atualização	(-) Compensa- ção	Saldo em 31/03/2022
Exclusão do ICMS próprio na base de cálculo do PIS e da COFINS	EDP Espírito Santo	381.228	6.261	(91.650)	295.839
	EDP São Paulo	463.614	8.161	(102.313)	369.462
		844.842	14.422	(193.963)	665.301

9.4 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 31 de março de 2022 de R\$296.506 (R\$259.345 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$280.822 (R\$252.475 em 31 de dezembro de 2021), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$289.935 (R\$253.306 em 31 de dezembro de 2021) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.5 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 31 de março de 2022 de R\$332.034 (R\$302.327 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$324.855 (R\$290.930 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

10 Tributos diferidos

	Nota	Controladora				Consolidado					
		Passivo		Ativo		Passivo		Ativo			
		Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante			
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021		
PIS e COFINS	10.1	174	169	93.137	56.661	22.454	26.205	102.585	67.229	610.359	491.114
Imposto de renda e contribuição social	10.2 e 18.3	206.073	206.033			597.031	575.766			1.530.620	735.085
Imposto sobre serviços							(549)	1.018	329	855	1.637
Total		206.247	206.202	93.137	56.661	619.485	601.422	103.603	67.558	2.141.834	1.227.836

10.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos reconhecidos apresentam as seguintes naturezas:

	Controladora				Consolidado					
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo			
	Não circulante		Circulante		Circulante		Não circulante			
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021		
Compromissos futuros - EDP Trading (Nota 15)			93.137	56.661	22.454	26.205	101.656	66.928	53.491	53.308
Receitas sobre reconhecimento dos custos incorridos (CPC 47) na EDP Smart Soluções							929	301	780	1.494
Receita de construção nas controladas de transmissão									445.778	432.071
Atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota 18.3)	174	169							110.310	4.241
	174	169	93.137	56.661	22.454	26.205	102.585	67.229	610.359	491.114

10.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Controladora			
		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/03/2022	31/12/2021	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
				2022	2021
Diferenças Temporárias					
Compra vantajosa	10.2.1.1	151.230	151.230		
Mais valia		53.436	53.436		576
Outras		1.407	1.367	(40)	(15)
Total		206.073	206.033	(40)	561

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Natureza dos créditos	Nota	Consolidado							
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Períodos de 3 meses findos em 31 de março									
Prejuízos Fiscais	10.2.1.2	333.616	317.967			15.649	(4.089)		
Base Negativa da Contribuição Social	10.2.1.2	114.206	108.570			5.636	(1.456)		
		447.822	426.537	-	-	21.285	(5.545)	-	-
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		263.110	255.641			7.458	(1.079)		
Benefício pós-emprego		144.149	144.319			(105)	1.080		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		188.923	178.870			8.905	5.542		
Ativos e passivos financeiros setoriais	18.3			270.563					
PIS e COFINS sobre ativos e passivos financeiros setoriais		35.343				(3.382)			
Consumidores - ajuste a valor presente		167	243			(76)	(2)		
Gastos Pré-operacionais		24.366	14.444			9.922	8.473		
Compra vantajosa	10.2.1.1			151.230	151.230				
Mais valia	18.3			1.016.267	486.400	63	576		
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)		4.554	4.554	(156.129)	(152.220)	4.004	3.911		
Uso do bem público - CPC 25		179.406	172.086	45.878	46.594	8.036	10.890		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				489.112	448.522	(40.590)	(24.825)		
Remuneração dos ativos da concessão				478.108	435.463	(42.645)	(9.339)		
PIS e COFINS sobre ativos da concessão		145.774	141.753			4.021	(4.969)		
Instrumentos financeiros - CPC 39		63.506	5.314	97.356	72.551	9.469	(2.950)	43.907	(632)
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.2.1.3	(121.475)	(121.475)						
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		266.433	266.448					(15)	(15)
Direito de concessão - GSF	24.1.3.1			142.527	144.745	3.719	(7.001)		
Licenças ambientais		8.145	8.071	7.303	7.638	454	2.486		
Compromissos futuros		424.874	304.592	570.270	441.481	(8.507)	(17.462)		
Outras		78.345	82.733	54.603	44.252	(9.929)	(29.317)		
Total diferenças temporárias		1.705.620	1.457.593	3.167.088	2.126.656	(49.183)	(63.986)	43.892	(647)
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.2.1.4	80.057	83.207			(3.150)	(3.286)		
Total bruto		2.233.499	1.967.337	3.167.088	2.126.656	(31.048)	(72.817)	43.892	(647)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(1.636.468)	(1.391.571)	(1.636.468)	(1.391.571)				
Total		597.031	575.766	1.530.620	735.085				

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos Consolidado no montante de R\$397.712, refere-se substancialmente, as entradas e saídas dos ativos e passivos não circulantes mantidos para venda, do Grupo EDP - Energias do Brasil (Nota 17).

10.2.1.1 Compra vantajosa

Os tributos diferidos sobre as compras vantajosas são decorrentes das aquisições: (i) R\$120.096 da Porto do Pecém; (ii) R\$29.457 da CELESC; e (iii) R\$1.677 da Mata Grande Transmissora. Os tributos sobre as compras vantajosas serão realizados quando da alienação destes investimentos.

10.2.1.2 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

10.2.1.3 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP São Paulo, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2028 (Nota 28.1.1.2).

10.2.1.4 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente:

(i) na controlada EDP São Paulo: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP São Paulo;

(ii) na controlada EDP Espírito Santo: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Espírito Santo; e

(iii) na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.747 para a controlada EDP São Paulo até o ano de 2027, de R\$1.514 para a controlada EDP Espírito Santo até o ano de 2025 e de R\$3.733 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

10.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração das controladas e controladas indiretas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Investco, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, Inova Soluções de Energia, Enerpeixe, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Goiás e Santa Leopoldina elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	A partir de 2030	Total Não circulante
361.238	400.683	389.142	314.880	350.725	164.735	252.096	2.233.499

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.2.3 Créditos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 31 de março de 2022 a Companhia e a controlada Lajeado possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias no montante de R\$1.115 (R\$17.464 em 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização. Este montante poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais créditos.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber e de empréstimos a pagar apresentado na nota 27, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladoras, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado	Duração	Controladora											
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
			31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
										2022	2021	2022	2021	
Empréstimos a receber														
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI														
EDP Trading	Controlada	02/10/2020 a 01/10/2022			96.437	94.132							2.170	445
Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1)	Controlada	26/11/2020 a 25/11/2024												742
Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1)	Controlada	26/11/2020 a 25/11/2024												272
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	22/11/2018 a 21/11/2022	222.196	216.606									4.994	1.020
			222.196	216.606	96.437	94.132	-	-	-	-	-	-	7.164	2.479
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC														
EDP Transmissão Aliança	Controlada	23/08/2017 a indeterminado			135.000	135.000								
EDP Smart Energia	Controlada	15/12/2017 a indeterminado				5.300								
EDP Ventures	Controlada	13/12/2019 a indeterminado			18.455	16.455								
EDP Smart Serviços	Controlada	07/12/2015 a indeterminado			216.900	186.100								
Santa Leopoldina	Controlada	25/11/2021 a indeterminado			244.700	3.400								
EDP Trading	Controlada	13/01/2022 a indeterminado			14.025									
Resende	Controlada	14/05/2019 a indeterminado			30	30								
			-	-	629.110	346.285	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)														
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)														
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022											179	(1.691)
Energest	Controlada (*)	01/01/2019 a 31/12/2022				128				32	10	(18)		312
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			274	112			1.366	986		(1.096)		325
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			715	879			143	25		572		371
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			1.210	91			665			545		2.285
Porto do Pecém	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			1.090	248			211			879		2.101
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2020 a 01/01/2022				1.223			399			(552)		224
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				(5)				148				(129)
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			794	765			135			659		458
Horizon Transmissão ES (Nota 17.1)	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022												35
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2020 a 01/01/2022			113	73								411
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022							1			(1)		
Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1)	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022												109
Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1)	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022												67
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			279	30			125			154		367
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			36				32	2		4		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			383	55			200	17		183		418
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2022			69	8			236	236		151		135
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2019 a 31/12/2022			259	203			309	259		(50)		
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2022			378	268			108			270		287
Enerpeixe	Controlada	01/07/2018 a 31/12/2022			416	79			203			213		236
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2022			524				104			420		
EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2022			1.329				91			1.237		



Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Relacionamento	Preço praticado	Duração	Controladora											
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
			31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)														
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			706					17	75	689	450	
Energest	Controlada (*)	01/01/2019 a 31/12/2022			10	3						10	6	
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			143	15						143	81	
Horizon Transmissão ES (Nota 17.1)	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022											2	
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			93	10						93	51	
Porto do Pecém	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			257	30						257	172	
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			94							94	39	
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			756	75						756	473	
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			15	11						115	55	
Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1)	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022											6	
Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1)	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022											4	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			50	5						50	23	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			5	1						5		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			54	5						54	23	
EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			180	52						180	46	
Enerpeixe	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			100							100		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			139							139		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				5							23	
Reembolso de gastos com leilão														
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/03/2019 a Indeterminado				758								
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	01/06/2017 a indeterminado				24								
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/06/2017 a indeterminado				23								
EDP Transmissão MA III	Controlada	01/05/2021 a indeterminado			39	230						39		
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/04/2021 a indeterminado			23	781						23		
Santa Leopoldina	Controlada	1/12/2021 a indeterminado				12								
UFV SP V Equipamentos	Controlada	31/01/2022 a indeterminado			16					6		10		
EDP Goiás	Controlada	01/03/2022 a indeterminado			183							183		
Opções de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)														
EDP São Paulo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026			581	514						68	79	
Energest	Controlada (*)	15/06/2017 a 30/06/2026			368	194						31	82	
EDP Trading	Controlada	15/06/2017 a 18/06/2025			15	224						15	7	
EDP Espírito Santo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026			495	465						85	88	
Porto do Pecém	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026			799	733						67	128	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	18/06/2020 a 30/06/2026			19	17						4	10	
EDP Smart Serviços	Controlada	06/06/2018 a 30/06/2026			297	261						36	55	
EDP Transmissão Aliança	Controlada	22/06/2020 a 22/06/2025											(10)	
Contrato de serviços de consultoria														
EDP Renováveis	Parte Relacionada	01/06/2017 a indeterminado	417	437	270	270								
Contrato de prestação de serviços (c)														
EDP Portugal	Controladora	Indeterminado	8.807	8.124			4.927	44.336	1.185	1.287	(3.369)	(5.103)	9.228	(2.355)
EDP Valor	Parte Relacionada	Indeterminado					39.469	5.347			(30.241)	(299)	(9.228)	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)														
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024			1.837	769				1.047		790	2.250	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)	01/01/2019 a 31/12/2021											129	
Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1)	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024											235	
Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1)	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024											216	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024			166	71				83		84	290	
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024								43		43		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024			232	67				134		98	311	
Energest	Controlada (*)	01/01/2019 a 31/12/2024			43	102				57		(14)	290	
EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				132				110		(112)	385	
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024			245					60		185	247	
Porto do Pecém	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024			896	357				414		482	1.818	
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			111	123						111	222	
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024			1.192	396				1.012		238	2.192	
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024			555	109				264		291	667	
Enerpeixe	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024			256	134				85		171	402	
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024			285	104				128		157	649	

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Controladora												
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)				
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras		
				Períodos de 3 meses findos em 31 de março												
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021	
Horizon Transmissão ES (Nota 17.1)	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024										260			
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022				49						207			
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			65	1						19			
EDP Smart Energia	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022			74							48			
EDP Smart Serviços	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022			223					110		114			
Compartilhamento da plataforma Neweb (e)																
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado										(1.939)		(1.864)	
				9.224	8.561	19.756	11.289	44.396	49.683	9.188	3.045	(23.910)	11.643	-	(4.219)	
				231.420	225.167	745.303	451.706	44.396	49.683	9.188	3.045	(23.910)	11.643	7.164	(1.740)	
				Consolidado												
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)				
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras		
				Períodos de 3 meses findos em 31 de março												
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021	
Contas a receber (Nota 7)																
Suprimento de energia elétrica																
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)	140,76	01/01/2017 a 31/12/2046	494								1.434				
CEJA	Controlada em conjunto (**)	121,10	01/01/2017 a 31/12/2046	66								192				
São Manoel	Controlada em conjunto	€	01/07/2019 a 31/12/2019	2.650								7.694				
Encargo de uso da rede																
CEJA	Controlada em conjunto (**)		09/02/2019 a 10/02/2047	26	5							46				
São Manoel	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	51	16							198				
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		09/02/2019 a 10/02/2047	16	3							36				
				3.303	24	-	-	-	-	-	-	9.600	-	-	-	
Fornecedores (Nota 25)																
Suprimento de energia elétrica																
CEJA	Controlada em conjunto (**)	174,22	01/01/2015 a 31/12/2044					620	791	176		(4.283)	(1.514)			
CEJA	Controlada em conjunto (**)	165,63	01/01/2015 a 31/12/2044					1.129	1.131			(2.567)	(2.228)			
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038						3.116							
São Manoel	Controlada em conjunto	121,99	26/04/2018 a 31/12/2047					217	192			(8.930)	(401)			
				-	-	-	-	1.966	5.230	176	-	(15.780)	(4.143)	-	-	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)																
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)																
CEJA	Controlada em conjunto (**)		01/01/2018 a 31/12/2022			69	8			236	236	151	135			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2022			259	203			309	274	(50)				
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2022			378	268			108		270	287			
Prestação de serviços - Backoffice																
Pecém TM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025			75	75									
Pecém OM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025			128	128									
Mabe	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	1.311	1.311											
Contrato de serviços de consultoria																
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/06/2017 a indeterminado	417	437	270	270					(21)				

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Relacionamento	Preço praticado	Duração	Consolidado											
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras		
				31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Contrato prestação de serviços (d)															
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado	8.807	8.124			4.927	44.336	1.185	1.287	(3.369)	(5.103)	9.228	(2.446)
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2014 a 30/04/2019	54		50						146			
CEJA	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2022			50						140			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2022			50						148			
EDP Valor	Parte Relacionada		Indeterminado					39.469	5.347			(30.241)	(299)	(9.228)	
Elebrás	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	22								34			
Cenaeel	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	4								7			
Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	10								32			
Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	10								35			
Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	10								34			
Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	10								33			
JAU	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	15								91			
Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	16								32			
Aventura II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	7								10			
Aventura III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	8								12			
Aventura IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	9								14			
Aventura V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	9								14			
Babilônia I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	11								16			
Babilônia II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	9								14			
Babilônia III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	11								16			
Babilônia IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	11								16			
Babilônia V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	11								12			
Perreira Barreto I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	13								21			
Perreira Barreto II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	13								21			
Perreira Barreto III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	13								21			
Perreira Barreto IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	13								21			
Perreira Barreto V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	11								18			
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)															
EDP Renováveis	Parte Relacionada		29/07/2015 a 31/12/2022			18	18								
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)															
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto (**)		01/01/2019 a 31/12/2021							309			129		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2019 a 31/12/2021							108					
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2019							693					
Compartilhamento da plataforma Neweb (e)															
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado					1.512	1.862				(1.939)	(350)	(1.864)
				10.835	9.872	1.347	970	45.908	51.545	2.948	1.797	(32.302)	(6.790)	(350)	(4.310)
				14.138	9.896	1.347	970	47.874	56.775	3.124	1.797	(38.482)	(10.933)	(350)	(4.310)

(*) A Energest encontra-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.2)

(**) As controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão e CEJA encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.3)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 37.2).

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (Nota 17.1), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1), Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a nova sede da Companhia. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias Horizon Transmissão ES (Nota 17.1), Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1) e Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas foram excluídas do compartilhamento.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da controlada EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação das Companhias Horizon Transmissão ES (Nota 17.1), Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1) e Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contratos de Prestação de serviços

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada a apuração e conferência dos serviços importados e exportados.

Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada a apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram efetivamente despendido pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal

Os montantes referem-se à contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP – Energias de Portugal S.A. Estes contratos tem como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

EDP Trading, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão (**), CEJA (**), Horizon Transmissão ES (Nota 17.1) e Horizon Transmissão MAII (Nota 17.1)

Os contratos tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Foi anuída pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados a celebração do contrato de Prestação de serviços com a Companhia, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.976, de 3 de julho de 2020 com a Horizon Transmissão ES (Nota 17.1) no valor global do contrato de R\$1.260; e (ii) Despacho nº 3.403, de 5 de dezembro de 2019 com a Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1) no valor global do contrato de R\$1.800.

EDP Trading, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1), EDP Transmissão SP- MG e EDP Transmissão Litoral Sul

Foi anuída pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados a celebração do contrato de Prestação de serviços, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 2.943, de 14 de outubro de 2020 com a Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1) no valor global do contrato de R\$1.769; (iii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve a Companhia as seguintes partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (Nota 17.1), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1), Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES (Nota 17.1), Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1) e Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1) em dezembro de 2021, a partir de 2022 as mesmas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (Nota 1.1.1) como parte do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

(e) Compartilhamento da plataforma Neweb: Refere-se à licença de utilização do *software Neweb*, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de hospedar os diferentes sites Grupo EDP - Energias do Brasil no mundo.

(*) A Energest encontra-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.2)

(**) As controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão e CEJA encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.3)

11.1

Controladora direta e final

A controladora final da Companhia é a EDP – Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda..

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.2 Remuneração dos administradores

11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia

Entre os anos de 2016 e 2021, a Companhia instituiu, planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os mesmos, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2022 da Companhia o montante de R\$306 (R\$439 em 2021) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março							
	2022				2021			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	790	428	59	1.277	1.073	362	56	1.491
Benefícios de curto prazo (b)	60			60	41			41
Benefícios - Previdência privada	-			-	33			33
Total	850	428	59	1.337	1.147	362	56	1.565

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação as ações outorgadas, o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2022, é de R\$684 (R\$244 em 2021). Os montantes estimados apenas são considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro acima quando da efetiva outorga das ações da Companhia.

12 Estoques

	Nota	Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
Matéria prima e insumos para produção de energia			
Carvão		481.058	470.025
Diesel		3.214	3.220
Cal		244	244
Outros		3.231	2.763
		487.747	476.252
Material de almoxarifado		112.174	90.951
Resíduos e sucatas		46.187	39.312
Kit fotovoltaico		685	404
Estoque de Produtos em Elaboração		2.400	2.400
Outros		(3.186)	9
(-) Perda estimada na realização dos estoques	12.1	(149.749)	(148.920)
		8.511	(15.844)
Total		496.258	460.408

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nas rubricas de: (i) Ativos da concessão, nas controladas de distribuição, pelo montante, em 31 de março de 2022, de R\$164.399 (R\$86.466 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) Imobilizado, nas controladas de geração e serviços, pelo montante, em 31 de março de 2022, de R\$18.813 (R\$21.189 em 31 de dezembro de 2021).

12.1 Perda estimada na realização dos estoques - Controlada Porto do Pecém

A constituição do saldo de provisão em 31 de dezembro de 2021 refere-se a controlada Porto do Pecém, no montante de R\$141.490 foi decorrente de ajuste ao valor de realização do estoque, mensurado pela expectativa de preço do Custo Variável Unitário - CVU aplicado, considerando o cenário de realização do estoque no próximo exercício, quando comparado ao custo de aquisição.

Esta provisão ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica mencionada na nota 4.4 e ao elevado preço médio do carvão, onde a controlada Porto do Pecém foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4, tendo CVU médio de 359,84R\$/Mwh em 2021 e 147,45R\$/Mwh em 2020, além do dólar médio de R\$5,21 para a aquisição de carvão, que trouxe aquisição elevada para planejamento de despacho. Ao final do exercício de 2021 a Companhia foi desligada pelo ONS após o aumento das chuvas, o que fez com que as projeções de despacho passassem para o final do primeiro trimestre de 2022, trazendo a redução ao valor recuperável dos estoques, com reversão do montante de R\$3.427.

Apesar da variação da rubrica em 31 de março de 2022 ser de R\$829, houve reversão do montante de R\$3.427 da controlada Porto do Pecém, considerando a melhoria do cenário hídrico e energético global e a frustração da previsão de queima inicial de carvão, que passou do primeiro trimestre de 2022, em 31 de dezembro de 2021, para o último trimestre de 2022, em 31 de março de 2022. A companhia possui um estoque total de 409 mil toneladas de carvão, foi efetuado acordo de venda de 225 mil toneladas do estoque, com previsão de entrega entre abril e maio de 2022 (Nota 4.10), a queima das 184 mil toneladas de carvão restante está prevista para outubro de 2022. A reversão da controlada Porto do Pecém foi compensada pela constituição de provisão no montante de R\$2.203 referente a perda de estoque sem expectativa de realização e sucatas da controlada EDP Espírito Santo.

13 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora				Saldo em 31/03/2022
		Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	
Depósitos judiciais	29	4.850	6.743	116	(11)	11.698
Outros cauções		392				392
Total		5.242	6.743	116	(11)	12.090
Circulante		350				350
Não circulante		4.892				11.740

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado								
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Aquisição de Empresas (Notas 4.7 e 18.3)	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/03/2022
Depósitos judiciais	29	413.482	526	9.262	1.566	(1.830)	(25.159)	397.847
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		5.798	13.054		435	(106)		19.181
Outros cauções		10.497	765	3.023	459	(4.009)		10.735
Total		429.777	14.345	12.285	2.460	(5.945)	(25.159)	427.763
Circulante		10.001						23.369
Não circulante		419.776						404.394

14 Dividendos – Ativos e Passivos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Controladora

Em 29 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2021 no montante bruto de R\$454.811, com retenção de 15% de IRRF, exceto para os acionistas imunes ou isentos que comprovarem essa condição até a data de 31 de dezembro de 2021, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Em 30 de março de 2022, o Conselho de Administração da controlada EDP Espírito Santo aprovou o crédito de JSCP referente ao 1º trimestre de 2022 no montante bruto de R\$25.125, sendo R\$21.357 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração da controlada EDP São Paulo, realizada em 30 de março de 2022, foi aprovada a constituição de JSCP relativo ao período findo em 31 de março de 2022, no montante de R\$21.874, sendo R\$18.593 líquido de imposto de renda. O pagamento do JSCP será realizado após deliberação da Administração.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do período:

Controladora					
Ativo	Saldo em	Dividendos		Saldo em	
	31/12/2021	Complemen- tares	JSCP	Pagamentos	31/03/2022
Energest	26.833				26.833
EDP Trading	14.244				14.244
EDP São Paulo	43.335		18.593		61.928
EDP Espírito Santo	55.502		21.357		76.859
Lajeado	11.343				11.343
EDP Transmissão Aliança	19.188				19.188
EDP Transmissão SP-MG	33.598				33.598
Pecém TM	95				95
Pecém OM	54				54
CEJA	18.492				18.492
CELESC	31.375	6.002	8.782		46.159
Porto do Pecém	106.406				106.406
	360.465	6.002	48.732		415.199

Controladora					
Passivo	Saldo em	Dividendos		Saldo em	
	31/12/2021	Complemen- tares	JSCP	Pagamentos	31/03/2022
Acionistas não controladores	228.740		5.644	(28)	234.356
EDP International Investments and Services, S.L.	160.315				160.315
Serviços, Sociedade Unipessoal Ltda.	126.845	1		(1)	126.845
	515.900	1	5.644	(28)	521.516

Consolidado				
Ativo	Saldo em	Dividendos		Saldo em
	31/12/2021	Complemen- tares	JSCP	31/03/2022
Pecém TM	94			94
CELESC	31.375	6.002	8.782	46.159
Pecém OM	54			54
CEJA	18.492			18.492
	50.015	6.002	8.782	64.799

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado					Saldo em 31/03/2022
	Saldo em 31/12/2021	Dividendos		Partes beneficiárias	Pagamentos	
		Adicionais	JSCP			
Passivo						
CEB Lajeado	2.767	1.593				4.360
Paulista Lajeado Energia	969	557				1.526
Eletrobras	155.492			6.586		162.078
Governo do Tocantins	826					826
Celesc Geração	2.132					2.132
Acionistas não controladores	231.528		5.646		(28)	237.146
Investimentos e Serviços	160.315					160.315
International Investments	126.845					126.845
	<u>680.874</u>	<u>2.150</u>	<u>5.646</u>	<u>6.586</u>	<u>(28)</u>	<u>695.228</u>

15 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

EDP Trading

Os contratos celebrados pela controlada EDP Trading visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes.

Portanto, a controlada avalia seus contratos, sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo que os mesmos não se destinam apenas a entrega da energia ("uso próprio", conforme termo utilizado pelo CPC 48), mas para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser liquidados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada reconhece de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo pela utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a Marcação a Mercado (MtM) de Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as sensibilidades do PLD, sendo avaliado o portfólio de operações contendo curvas forward de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia), além do direito dos clientes de usar de forma flexível o consumo, sob o mesmo preço. O resultado destes contratos é determinado a partir do diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço forward. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança que considera uma curva forward de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

No período findo em 31 de março de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida de R\$11.814 (R\$63.104 em 2021) registrado no resultado do período de 2022.

EDP Smart Energia

A EDP Smart Energia celebra os contratos de comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros.

Neste sentido, a controlada também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos destinam-se também a entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser liquidados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados ao valor justo pela utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a Marcação a Mercado (MtM) de Instrumento Financeiro Derivativo.

No período findo em 31 de março de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou despesa líquida de R\$13.205 registrado no resultado do período de 2022.

16 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Controladora				Consolidado				
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos		51			47.227	44.224			
Descontos tarifários	16.1				110.242	211.928			
Modicidade tarifária - baixa renda	16.2						8.055	8.055	
Bens destinados à alienação/desativação		2.411	2.411		24.714	12.640			
Serviços em curso					5.020	4.947	511	501	
Serviços prestados a terceiros		4	4		89.402	84.373	418	457	
Convênios de arrecadação					1.797	1.571	15		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	9.224	8.561	19.756	11.289	10.835	9.872	1.347	
Rendas a receber					5.217	2.927			
Prêmio de risco - GSF					2.749	2.749	16.497	17.184	
Despesas pagas antecipadamente		763	480	76	11.076	15.599	1.781	1.663	
Títulos a receber		2.019	1.121	27.261	27.024				
Outros		16.315	16.435	3.167	2.673	36.085	34.604	4.146	
Total		<u>30.787</u>	<u>29.012</u>	<u>50.260</u>	<u>40.986</u>	<u>344.364</u>	<u>425.434</u>	<u>32.770</u>	<u>32.570</u>

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Controladora				Consolidado				
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Outras contas a pagar - Passivo									
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					203	26			
Contribuição de iluminação pública	16.3				33.930	31.489			
Credores diversos - consumidores e concessionárias	16.8				28.792	159.941			
Folha de pagamento		736	1.298		5.551	8.627	1.337	2.266	
Modicidade tarifária - baixa renda	16.2				454	454	9.810	9.810	
Arrecadação de terceiros a repassar					20.963	19.861			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	44.396	49.683	9.188	3.045	45.908	51.545	2.948	
Arrendamentos e aluguéis	16.6	2.984	1.250	11.449	6.904	30.300	29.850	88.870	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.4	19.674	17.905		123.551	116.987			
Reserva para reversão e amortização	16.5				1.944	1.944	7.288	7.774	
Adiantamento para futuro aumento de capital							14.999	15.000	
Outros	16.7	3.339	3.431	5.502	4.969	53.793	44.205	15.007	
Total		71.129	73.567	26.139	14.918	345.389	464.929	140.259	125.369

16.1 Descontos tarifários e Adiantamentos de descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito das controladas de serem ressarcidas dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos é de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 2.749/20	Ago/20 a Jul/21	20.523
ANEEL nº 2.918/21	Ago/21 a Jul/22	27.464
EDP São Paulo		
ANEEL nº 2.790/20	Out/20 a Set/21	7.868
ANEEL nº 2.964/21	Out/21 a Set/22	11.521

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

Nota	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Descontos tarifários	Ressarcimento	Saldo em 31/03/2022
Subsídio Baixa Renda	15.953	32.704	(27.928)	20.729
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	44.985	79.573	(73.717)	50.841
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	1.252	3.100	(2.928)	1.424
Subsídio Rural	34.615	15.793	(17.326)	33.082
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10	(14.928)	9.597	(18.167)	(23.498)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	9.026	3.808	(4.308)	8.526
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(2.800)	392	(508)	(2.916)
Subsídio Crise Hídrica	123.825	(1.733)	(101.009)	21.083
	211.928	143.234	(245.891)	109.271

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 31/03/2022	Saldo em 31/12/2021
Parcela mensal	9.775	10.622	20.397	34.817
Parcela de ajustes homologados	39.229	10.791	50.020	50.020
Parcela de ajustes a homologar	4.901	14.759	19.660	111.138
Saldo subsídio baixa renda	8.240	10.954	19.194	15.953
	62.145	47.126	109.271	211.928

16.1.1 Subsídio Crise Hídrica

A rubrica refere-se ao reconhecimento do subsídio Crise Hídrica, que tem como base a Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2021 (Nota 4.4), que tem como propósito incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio a escassez hídrica. Para ter direito ao bônus, o consumidor precisou reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos de energia elétrica no período seja ao menos 10% menor, em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Uma vez atingida a meta de redução, o consumidor recebe um bônus de R\$0,50/kWh do total da energia economizada, bônus esse que passa a ser creditado na conta de luz e é limitado a 20% da energia economizada. Os consumidores aptos a receberem o bônus são os da baixa tensão e os de média e alta tensão, das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos (Nota 4.4).

Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido pelas distribuidoras, o montante total de subsídio de R\$123.825. A redução observada em 31 de março de 2022 no montante total de R\$101.009, refere-se à liquidação do bônus reconhecido no final do exercício anterior (Nota 4.4), sendo R\$51.076 referente à controlada EDP São Paulo, e R\$49.933 à controlada EDP Espírito Santo.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.2 EDP São Paulo - Modicidade tarifária – baixa renda

Através do Termo de Notificação nº 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando-as de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo ao ano de 2002.

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação que impedia o faturamento das mesmas na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 a 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social.

Conforme acordado com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009. Até 31 de março de 2022 foi restituído o montante de R\$19.493 (R\$19.491 em 31 de dezembro de 2021), restando um saldo a restituir no montante de R\$10.266 (R\$10.264 em 31 de dezembro de 2020), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada EDP São Paulo.

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas estão a exigir medidas da controlada EDP São Paulo, com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da controlada EDP São Paulo reaver valores a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo a receber em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.055, que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

16.3 Contribuição de Iluminação Pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP das controladas de distribuição, que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

16.4 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

16.5 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57 regodado pelo Decreto nº 10.810/21)), aplicado pela controlada EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuíam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do Não circulante para o Circulante.

16.6 Arrendamentos e Aluguéis

Em atendimento ao CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

Controladora						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/03/2022
Edifícios	1.250	46	(262)	363	1	1.398
Veículos	-	1.447	(284)	425	(2)	1.586
Total Circulante	1.250	1.493	(546)	788	(1)	2.984
Edifícios	6.904	271	-	(363)	220	7.032
Veículos	-	4.642	-	(425)	200	4.417
Total Não circulante	6.904	4.913	-	(788)	420	11.449
	8.154	6.406	(546)	-	419	14.433

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						Saldo em 31/03/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Baixas	
Terrenos	1.433	177	(613)	136	12	(1)	1.144
Edifícios	15.521	477	(3.778)	4.142	6		16.368
Máquinas e equipamentos	8.419		(2.595)	575	30		6.429
Veículos	4.477	2.858	(1.857)	865	16		6.359
Total Circulante	29.850	3.512	(8.843)	5.718	64	(1)	30.300
Terrenos	4.610	4		(136)	122		4.600
Edifícios	73.803	1.903		(4.142)	2.351		73.915
Máquinas e equipamentos	2.027			(575)	89		1.541
Veículos	120	9.158		(865)	401		8.814
Total Não circulante	80.560	11.065	-	(5.718)	2.963	-	88.870
	110.410	14.577	(8.843)	-	3.027	(1)	119.170

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Controladora			
	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2022	1.026	10,54%	1.208	13,81%
2023	372	10,54%	378	13,81%
Total Circulante	1.398		1.586	
2023	836	10,83%	1.063	13,81%
2024	960	11,19%	1.266	13,81%
2025	863	11,19%	1.112	13,81%
2026	776	11,19%	976	13,81%
2027	698	11,19%		
2028 até 2040	2.899	11,17%		
Total Não circulante	7.032		4.417	

	Consolidado							
	Terrenos		Edifícios		Máquinas e equipamentos		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2022	1.064	4,05%	12.530	10,07%	5.984	10,89%	5.656	12,31%
2023	80	-1,71%	3.838	10,23%	445	11,50%	703	45,38%
	1.144		16.368		6.429		6.359	
2023	344		10.411	10,35%	878	12,78%	2.155	14,25%
2024	422		11.873	10,50%	663	10,47%	2.536	14,28%
2025	384		10.393	10,56%			2.197	14,29%
2026	348		8.756	11,01%			1.922	
2027	316		6.504	11,20%			4	
2028 até 2040	2.786		25.978	11,07%				
	4.600		73.915		1.541		8.814	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	22.125	14.339	192.243	119.458
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(2.047)	(1.326)	(17.782)	(11.050)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 23.1.2).

16.7 Outros - Passivo circulante Consolidado

O aumento da rubrica de Outros refere-se substancialmente a controlada Porto do Pecém, que realizou operação de hedge no montante de R\$125.620 para proteção da volatilidade de preço no estoque de carvão da referida controlada (Notas 12.1 e 36.1.2).

16.8 Credores diversos - consumidores e concessionárias

A redução dos credores diversos ocorreu devido a liquidação da bonificação para os clientes que economizaram energia. Do saldo de R\$159.941 em 31 de dezembro de 2021, R\$64.018 e R\$59.807 referem-se a Bônus de escassez hídrica (Nota 16.1.1) das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo respectivamente, tendo sido liquidado em 31 de março de 2022 pela EDP São Paulo o montante de R\$51.076, e pela EDP Espírito Santo o montante de R\$49.933 restando o saldo total de R\$28.792 a ser liquidado.

17 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

No exercício findo e 31 de dezembro de 2021 ocorreram alienações de ativos que estavam mantidos para venda (Nota 17.1) e classificação de novos ativos como mantidos para venda (Notas 17.2 e 17.3).

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme previsto no CPC 31.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.1 Alienação de 100% do capital social das três subsidiárias de transmissão

A Administração da Companhia visou estrategicamente a alienação de 100% de participação nos investimentos das controladas EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II. Portanto, em agosto de 2021, os ativos e passivos relativos foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda.

Em 19 de outubro de 2021, foi firmado junto à empresa detida pela Actis Assessoria Investimentos Ltda. contrato de compra e venda de 100% do capital social detido pela EDP - Energias do Brasil das respectivas empresas. Devido a conclusão destas alienações, a Companhia baixou os saldos de Ativos e Passivos Não Circulantes Mantidos para Venda destes investimentos, que haviam sido desta forma classificados em agosto de 2021. Com a conclusão dos processos de alienação, o montante de R\$320.556 foi registrado na rubrica de Ganho na alienação de investimentos em 28 de dezembro de 2021 e os ativos deixaram de integrar os ativos mantido para venda e consequentemente o consolidado da Companhia.

No período de 2022, a Novo Horizon, atual controladora destas transmissoras, alterou a denominação social das empresas de EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II para Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A e Horizon Transmissão MA II S.A., respectivamente.

Para fins de comparabilidade, segue abaixo o resumo das informações financeiras relativas às empresas alienadas em 28 de dezembro de 2021:

ATIVO	Horizon	Horizon	Horizon
	Transmissão	Transmissão	Transmissão
	ES	MA I	MA II
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.097	32.289	14.232
Concessionárias	3.044	9.626	3.950
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	33	24	33
Outros tributos compensáveis	244	619	227
Estoques	151	32	665
Ativos da concessão	26.550	70.460	23.387
Outros créditos	89	490	168
Total do Ativo Circulante	37.208	113.540	42.662
Não circulante			
Ativos da concessão	199.581	619.318	248.997
Outros créditos	4.564	8.285	3.784
	204.145	627.603	252.781
Imobilizado	20		
Total do Ativo Não circulante	204.165	627.603	252.781
Total do Ativo	241.373	741.143	295.443
Passivo	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	541	10.769	5.027
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	257		374
Outros tributos a recolher	159	1.080	203
Dividendos	9.369		
Debêntures	21.126		
Empréstimos e financiamentos			7.315
Provisões	367	772	2.532
Outras contas a pagar	728	1.867	1.076
	32.547	14.488	16.527
Não circulante			
Tributos diferidos	15.150	126.425	17.458
Debêntures	103.594		
Empréstimos e financiamento		278.526	121.132
Provisões	5.066	2.383	494
Outras contas a pagar	621	669	563
	124.431	408.003	139.647
Patrimônio Líquido			
Capital social	11.689	198.817	72.625
Reservas de lucros	65.822	102.903	55.265
Lucros acumulados	6.884	16.932	11.379
Total do passivo e patrimônio líquido	241.373	741.143	295.443

As apurações dos ganhos nas alienações estão demonstradas abaixo:

	Horizon	EDP	Horizon	Total
	Transmissão	Transmissão	Transmissão	
	ES	TMA I	MA II	
Patrimônio líquido das controladas na data da venda (*)	84.395	318.652	139.269	542.316
Reversões de depreciações e amortizações	14	7	3	24
Saldo do Ativo mantido para venda na data da alienação (1)	84.409	318.659	139.272	542.340
Valor da venda	123.153	522.286	233.650	879.089
Mais valia	38.744	203.627	94.378	336.749
Custos de transação				(16.192)
Valor líquido dos custos na alienação (2)				862.897
Ganho líquido na alienação das participações (2) - (1)				320.557

17.2 Controladas integrais

A Administração da Companhia visa estrategicamente a alienação de 100% de participação no investimento em ativo hídrico da controlada Energest S.A. ("Energest" ou "UHE Mascarenhas"). Portanto, em outubro de 2021, foram cumpridas as condições previstas no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda), para a classificação da controlada como ativos e passivos não correntes mantidos para venda. A controlada possui 198MWn de capacidade instalada.

Os montantes registrados nas respectivas rubricas foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Por referirem-se a ativos cuja alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço. Por não se qualificarem como operação descontinuada, nenhuma alteração foi efetuada nas apresentações das demonstrações do resultado.

17.2.1 Balanço Patrimonial

ATIVO	Energest	
	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	67.457	35.871
Concessionárias	25.625	22.727
Imposto de renda e Contribuição social a comp	2.993	5.241
Outros tributos compensáveis	4.025	5.294
Empréstimos a receber	107.885	105.305
Estoques	6.891	6.545
Outros créditos	836	1.603
Total do Ativo Circulante	215.712	182.586
Não circulante		
Outros créditos	3.906	3.909
	3.906	3.909
Imobilizado	194.541	196.320
Intangível	90.163	94.795
Total do Ativo Não circulante	288.610	295.024
Total do Ativo	504.322	477.610
Passivo	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	3.026	5.981
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6.613	10.796
Outros tributos a recolher	2.123	3.905
Dividendos	26.833	26.833
Empréstimos e financiamento	113.843	110.183
Provisões	88	105
Outras contas a pagar	3.069	4.934
	155.595	162.737
Não circulante		
Tributos diferidos	21.394	23.102
Provisões	6.739	6.460
Outras contas a pagar	12.914	12.536
	41.047	42.098
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.205	3.205
Reservas de lucros	272.233	272.233
Outros resultados abrangentes	(2.663)	(2.663)
Lucros acumulados	34.905	
Total do passivo e patrimônio líquido	504.322	477.610

17.2.2 Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

	Energest	
	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2022	2021
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.424	40.191
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	16.199	(237)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(37)	(7.181)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	31.586	32.773

17.2.3 Provisões

	Energest	
	31/03/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	6.736	6.437
Licenças Ambientais	91	128
Total	6.827	6.565
Circulante	88	105
Não circulante	6.739	6.460

17.2.4 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

17.2.4.1 Risco de perda provável

	Energest				
	Passivo			Ativo	
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2022	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhistas	5.049	237	5.286	2.894	2.850
Cíveis	1.166	62	1.228		
Outros	222		222		
Total Não circulante	6.437	299	6.736	2.894	2.850

17.2.4.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Energest			
			Ativo	
			Depósito judicial	
31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Trabalhistas	1.697	1.609	344	339
Cíveis	4.249	4.028		
Fiscais	3.873	3.835		
Total	9.819	9.472	344	339

17.2.5 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2022 a controlada apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da sua atividade operacional, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	Energest	
	31/03/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais	15	17
Obrigações de compra		
Compra de Energia	5.833	4.203
Materiais e serviços	14.041	16.269
Prêmio de risco - GSF	3.983	3.915
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	621	5.326
	24.493	29.730

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Energest	
	31/03/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais	16	18
Obrigações de compra		
Compra de Energia	5.828	4.344
Materiais e serviços	14.319	16.775
Prêmio de risco - GSF	5.409	5.409
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	595	4.679
	26.167	31.225

17.2.6 Garantias

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a controlada apresenta montante de R\$2.811 referente a seguro de vida.

17.3 Empreendimentos controlados em conjuntos

A Administração da Companhia visa estrategicamente a alienação de 100% de participação nos investimentos em ativos hídricos das controladas em conjunto Companhia Energética do Jari – CEJA (“UHE Jari”) e Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (“UHE Cachoeira Caldeirão”). Portanto, em outubro de 2021, foram cumpridas as condições previstas no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda), para a classificação das referidas controladas como ativos e passivos não correntes mantidos para venda. Em conjunto totalizam o correspondente a 612MWm de capacidade instalada.

Os montantes registrados nas respectivas rubricas foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Por referirem-se a ativos cuja alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço. Por não se qualificarem como operação descontinuada, nenhuma alteração foi efetuada nas apresentações das demonstrações do resultado.

17.3.1 Balanço Patrimonial

Ativo	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	232.189	188.364	88.824	62.653
Consumidores e Concessionárias	39.850	45.868	22.069	27.741
Outros créditos	28.580	35.108	25.576	28.281
	300.619	269.340	136.469	118.675
Não circulante				
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4.304	5.239		
Tributos diferidos			82.475	81.392
Outros créditos	34.824	34.299	64.592	54.545
	39.128	39.538	147.067	135.937
Investimentos				
Imobilizado	1.009.899	1.017.376	1.119.525	1.129.668
Intangível	470.849	476.418	11.496	11.699
Total do ativo	1.820.495	1.802.672	1.414.557	1.395.979

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivo	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				
Fornecedores	96.152	93.640	4.533	11.160
Debêntures			31.609	26.954
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	53.858	53.755	26.901	28.410
Provisões	2.578	2.326	2.574	2.259
Outras contas a pagar	47.854	55.295	5.311	5.212
	200.442	205.016	70.928	73.995
Não circulante				
Tributos diferidos	119.582	117.898	3	2
Debêntures			195.561	190.617
Empréstimos e financiamentos	427.024	440.036	546.961	531.649
Uso do bem público	33.755	31.927	12.959	12.631
Provisões	6.467	6.600	20.147	19.402
Outras contas a pagar	120	54	308	249
	586.948	596.515	775.939	754.550
Patrimônio Líquido	1.033.105	1.001.141	567.690	567.434
Total do passivo e patrimônio líquido	1.820.495	1.802.672	1.414.557	1.395.979
Participação EDP - 50%	910.248		707.279	

17.3.2 Demonstração do Resultado

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	2022	2021	2022	2021
Receitas	76.614	72.001	42.015	38.485
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(24.330)	(31.945)	(21.485)	(28.807)
Despesas e Receitas operacionais	(5.080)	(5.643)	(725)	(804)
Resultado financeiro	(10.045)	(14.744)	(19.421)	(19.891)
Imposto de renda e contribuição social correntes			(1.211)	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(5.195)	(2.121)	1.083	3.746
Resultado líquido do período	31.964	17.548	256	(7.271)

17.3.3 Extensão de prazo - GSF

Assim como as controladas de geração que tiveram os incrementos nos prazos de concessão, os empreendimentos CEJA e Cachoeira Caldeirão também procederam com o registro contábil conforme abaixo:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
	CEJA	5.714	3,8	9.815	6,1	15.529
Cachoeira Caldeirão			1.875	2,7	1.875	2,7
Total	5.714		11.690		17.404	

17.3.4 Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	2022	2021	2022	2021
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	65.881	55.093	33.503	23.847
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(137)	(460)	(10)	(149)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(21.919)	(20.688)	(7.322)	(38.073)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	43.825	33.945	26.171	(14.375)

17.3.5 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

17.3.5.1 Risco de perda provável

	CEJA							
	Passivo				Ativo			
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2022	Depósito Judicial 31/03/2022	Depósito Judicial 31/12/2021	
Trabalhistas	2.582	12	(61)	114	2.647	531	523	
Cíveis	45			3	48	4		
Fiscais	30				30			
Outros	610				610			
Total Não circulante	3.267	12	(61)	117	3.335	535	523	

	Cachoeira Caldeirão							
	Passivo				Ativo			
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2022	Depósito Judicial 31/03/2022	Depósito Judicial 31/12/2021		
Cíveis	16.815	223	819	17.857	1.106	1.050		
Outros	680			680				
Total Não circulante	17.495	223	819	18.537	1.106	1.050		

Cachoeira Caldeirão

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na enseadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Cachoeira Caldeirão realizou a abertura controlada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Cachoeira Caldeirão assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Cachoeira Caldeirão.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Cachoeira Caldeirão, qual seja indenização em R\$20 para residências e R\$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Cachoeira Caldeirão interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Cachoeira Caldeirão participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Cachoeira Caldeirão não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensa ações com pedidos de danos morais.

A Cachoeira Caldeirão havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Cachoeira Caldeirão, já líquida de franquia, o valor de R\$28.000.

17.3.5.2 Risco de perda possível

	CEJA		Cachoeira Caldeirão			
			Ativo			
			Depósito Judicial			
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.364	1.293	231	154		19
Cíveis	30.768	29.164			8.416	7.941
Fiscais	872	860	75	73	13.105	12.884
Total	33.004	31.317	306	227	21.521	20.844

CEJA

Cíveis

A CEJA, conjuntamente com outros agentes do setor, em outubro de 2014, ajuizaram ação judicial em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, em face da União Federal, visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 04 de novembro de 2014 foi concedida liminar para suspender os efeitos das disposições previstas nos artigos 2º e 3º e no anexo da Resolução CNPE nº 03/13. Em 05 de setembro de 2017 foi publicada decisão julgando procedente os pedidos das autoras. A CEJA aguarda decisão do recurso interposto pela União. Em 31 de março de 2022 o valor estimado da causa é de R\$30.768 (R\$29.164 em 31 de dezembro de 2021) e é estimado com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

Cachoeira Caldeirão

Fiscais

Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$10.984 em 31 de março de 2022 (R\$10.791 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguarda o julgamento.

17.3.6 Compromissos contratuais e Garantias

17.3.6.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os demonstrativos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias e demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% na CEJA e 7,00% na Cachoeira Caldeirão.

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Obrigações de compra				
Compra de Energia	9.086	8.825	67.183	65.970
Materiais e serviços	15.794	22.790	19.072	23.221
Prêmio de risco - GSF	79.694	75.083		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	135.576	141.238	348.919	353.181
	240.150	247.936	435.174	442.372

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas nas datas base de 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Obrigações de compra				
Compra de Energia	10.914	11.031	81.313	82.446
Materiais e serviços	16.137	23.362	22.134	26.792
Prêmio de risco - GSF	241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	161.870	161.193	584.767	535.496
	430.537	437.202	688.214	644.734

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.3.6.2 Garantias

Os empreendimentos controlados em conjunto apresentam as garantias conforme demonstradas abaixo:

Garantias	Tipo de Garantias	CEJA		Cachoeira Caldeirão	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauçionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	481.309	494.242	575.844	562.101
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa			227.467	217.885
Ações judiciais	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.	181	180	35.879	34.050
Compra de energia	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; (iii) Fiança corporativa; (iv) Recebíveis; e (v) Seguro garantia.				1.196
Outros	Recebíveis	2.442	2.431	1.541	1.534
		483.932	496.853	840.731	816.766

18 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia está exposta ou tem direito de determinar as políticas financeiras e operacionais para obter retornos variáveis decorrentes de suas atividades.

• Coligadas e Controladas em Conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do período. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

18.1 Aquisição de ativos - Mata Grande Transmissora

Em 11 de fevereiro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, na data de 10 de fevereiro de 2021, assinou contrato de compra e venda com o consórcio formado pela I.G. Distribuição e Transmissão de Energia S.A e ESS Energias Renováveis LTDA para aquisição de 100% das quotas da Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora).

O consórcio arrematou o lote 18, no Leilão de Transmissão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2018, realizado pela ANEEL em 28 de junho de 2018, com 23,63% de deságio sobre a RAP máxima.

A Mata Grande Transmissora é composta por uma linha de transmissão de 230 kV com 113 km de extensão no estado do Maranhão. O projeto já possui licença de instalação e deverá entrar em operação com antecipação frente ao cronograma da ANEEL, de setembro de 2022. A linha está próxima aos lotes 11 e 7, este em fase final de desenvolvimento, o que permitirá sinergias de construção e operação.

O investimento total estimado é de R\$88,5 milhões, considerando o valor de aquisição e o CAPEX total, bem como os benefícios fiscais. A RAP é de R\$8,4 milhões caracterizando um rácio de 9,4% RAP/CAPEX. A alavancagem foi estimada em aproximadamente 80%, sendo o regime tributário da Mata Grande Transmissora o de lucro presumido.

Em 11 de maio de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que efetivou a aquisição da Mata Grande Transmissora após as vendedoras I.G. Distribuição e Transmissão de Energia S.A. e ESS Energias Renováveis Ltda. terem atendido a todas as condições precedentes estipuladas no contrato de compra e venda firmado citado anteriormente. Após análises efetuadas pela Companhia, a operação de compra foi classificada como aquisição de ativos, assim sendo, fora do alcance do CPC 15 - Combinação de Negócios, pelo valor de custo de aquisição de R\$1.320, relativo ao patrimônio líquido na data da aquisição de R\$6.252, gerando um resultado positivo pelo valor justo do ativo adquirido de R\$4.932.

18.2 Combinação de negócios - Inova Soluções de Energia e subsidiárias

Em 25 de fevereiro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, assinou através de sua controlada EDP Smart Serviços, um contrato de compra e venda com a AES Tietê Energia S.A. para aquisição de 100% das quotas, com direito de voto, representativas do capital social da Inova Soluções de Energia, e suas respectivas subsidiárias, a Nova Geração Solar e a Inova Soluções de Energia II.

A Inova Soluções de Energia é uma plataforma de investimento em geração solar distribuída detentora de um portfólio de aproximadamente 34MWp localizados nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, em diferentes estágios de desenvolvimento. Deste total, aproximadamente 16MWp referem-se a empreendimentos contratados e em operação comercial, garantindo acréscimo de receita no curtíssimo prazo. Os demais 18MWp são caracterizados por projetos *ready to build* em Minas Gerais, que permitirão à Companhia o desenvolvimento da obra, a contratação em um mercado estratégico e o aproveitamento de sinergias operacionais com outros ativos na região.

No 1º semestre 2021, a controlada EDP Smart Serviços, com base no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, contratou laudo de avaliação, junto a consultores independentes para mensuração dos ativos e passivos adquiridos a valor justo.

Com a conclusão da aquisição da Inova Soluções de Energia em 14 de junho de 2021, e os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente. O montante total trazido a valor presente foi de R\$100.245, deste total foram pagos à vista o montante de R\$66.656. Foi retido o montante de R\$33.589 do saldo de aquisição base, com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações pós fechamento.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.3 Combinação de negócios - EDP Goiás

Em 14 de outubro de 2021, a Companhia, subsidiária Santa Leopoldina, sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da Celg Transmissão S.A. ("Celg-T") pertencentes à Companhia Celg de Participações – CelgPar, pelo montante de R\$1.977.000.

A liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, foi homologada pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na data de 04 de janeiro de 2022, e recebeu anuência da ANEEL na data de 24 de janeiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, nesta data, concluiu a aquisição de 99,99% das ações da Celg Transmissão S.A. ("Celg-T"), pelo montante de R\$2.115.367 atualizado pelo IPCA.

A EDP Goiás (Nota 1.1) possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. O prazo de concessão é até o período de 2043 a 2046 e apresenta Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 223,0 milhões (ciclo 2021/2022). Esta transação reforça o ciclo de crescimento da EDP Brasil, com ênfase nos segmentos de distribuição e transmissão, apresentado ao mercado em 26 de abril de 2021.

Os três contratos de concessão (Nota 2) da EDP Goiás, e suas datas de vigência são: (i) Contrato de Concessão nº63/2001, entrou em vigência em 1º de janeiro de 2013 até 1º de janeiro de 2043; (ii) Contrato de Concessão nº03/2015, entrou em vigência em 6 de março de 2015 até 6 de março de 2045; (iii) Contrato de concessão nº04/2016, entrou em vigência em 20 de janeiro de 2016 até 20 de janeiro de 2046. Os três contratos podem ser prorrogada a critério do Poder concedente.

A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituam um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de aquisição de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos inputs e outputs, teste de concentração e substantivo.

O montante total pago na aquisição foi alocado provisoriamente, na data de sua realização como ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão e passivo não circulante de imposto de renda diferido, não contendo valor residual alocado como goodwill. O laudo de aquisição está sendo elaborado por consultoria especializada e independente, com isso, a Administração da Companhia estima que a alocação definitiva deva ocorrer ao longo do segundo trimestre de 2022, dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 - Combinação de negócio, item 45 e não se espera alterações significativas em relação à alocação provisória que foi realizada.

O valor de aquisição dos ativos e passivos na data de aquisição é apresentado a seguir:

Ativo	Nota	Valor contábil
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		194.348
Consumidores e concessionárias		26.094
Ativos da Concessão		160.492
Impostos e contribuições sociais		2.225
Estoques		18.928
Outros Créditos		5.588
Total do Ativo circulante		407.675
Não Circulante		
Ativos da concessão	21	1.097.325
Cauções e depósitos vinculados		1.291
Outros créditos		12.958
Investimentos		532
Propriedade para investimentos		63.515
Imobilizado		9.304
Intangível		1.790
Total do Ativo Não circulante		1.186.715
Total do Ativo		1.594.390
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		1.519
Impostos e contribuições sociais		7.321
Dividendos e JSCP		35.246
Empréstimos e financiamentos		10.668
Obrigações sociais e trabalhistas		4.094
Encargos setoriais		2.768
Outras contas a pagar		675
Total do Passivo circulante		62.291
Não Circulante		
Impostos e contribuições sociais e diferidos	10.1	355.254
Empréstimos e financiamentos		84.260
Benefícios pós-emprego		1.498
Encargos setoriais		1.944
Provisões		12.295
Outras contas a pagar		1.646
Total do Passivo Não circulante		456.897
Patrimônio Líquido		
Capital Social		328.750
Reservas		773.072
Lucros (Prejuízos) acumulados		(40.689)
Resultado do período		14.069
Total do Patrimônio líquido (i)		1.075.202
Total do Passivo		1.594.390

O cálculo do montante desembolsado está demonstrado a seguir:

Aquisição de ativos	Nota	Valor Contábil
Investimento	(i)	1.075.135
Direito de Concessão	24	1.576.109
Tributos diferidos	10	(535.877)
Valor Pago na aquisição		2.115.367

(i) R\$67 na data de aquisição, refere-se à participação de não controladores (Nota 30.3).

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.4 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora							% Participação direta	
	Saldo em	Baixas /	Equivalência	Dividendos /	Outros	Transferên-	Saldo em	31/03/2022	31/12/2021
	31/12/2021	Amortiza- ções	patrimonial	JSCP	resultados abrangentes	cia	31/03/2022		
Investimentos									
EDP São Paulo	1.290.518		178.110	(21.874)			1.446.754	100,00	100,00
EDP Espírito Santo	1.382.908		171.353	(25.125)	30		1.529.166	100,00	100,00
Lajeado	236.985		30.468				267.453	55,86	55,86
Lajeado	91.755		(667)			(398)	90.690	55,86	55,86
Mata Grande Transmissora	12.816		(222)				12.594	100,00	100,00
EDP Transmissão Aliança	308.855		(2.630)				306.225	90,00	90,00
EDP Transmissão SP-MG	291.203		6.521				297.724	100,00	100,00
Enerpeixe	399.462		(1.995)				397.467	60,00	60,00
Energest (Nota 17.2)	-		41.633			(41.633)	-	100,00	100,00
EDP Trading	348.817		18.154				366.971	100,00	100,00
EDP Smart Energia	20.279		4.118				24.397	100,00	100,00
CEJA (Nota 17.3)	-		15.982			(15.982)	-	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia) (Nota 17.3)	-		128			(128)	-	50,00	50,00
Porto do Pecém	2.734.834		83.059		(82.900)		2.734.993	100,00	100,00
Porto do Pecém (Mais Valia)	290.761		(4.984)				285.777	100,00	100,00
Pecém TM	5.383		667				6.050	50,00	50,00
Pecém OM	3.757		94				3.851	50,00	50,00
Resende	21.182		(4)				21.178	100,00	100,00
EDP Smart Serviços	124.091		(7.261)		(2.331)		114.499	100,00	100,00
Mabe	391		(184)				207	50,00	50,00
CELESC (*)	698.188		26.352	(16.333)	64.983		773.190	29,90	29,90
São Manoel	603.696		(4.459)				599.237	33,334	33,334
EDP Ventures	19.275		516				19.791	100,00	100,00
	<u>8.885.156</u>	<u>-</u>	<u>554.749</u>	<u>(63.332)</u>	<u>(20.218)</u>	<u>(398)</u>	<u>(57.743)</u>	<u>9.298.214</u>	
Direito de Concessão (Nota 18.4.1)									
EDP São Paulo	9.841	(364)					9.477		
Enerpeixe	1.722	(29)					1.693		
Lajeado	58.105	(1.319)					56.786		
	<u>69.668</u>	<u>(1.712)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.956</u>		
Total dos Investimentos	<u>8.954.824</u>	<u>(1.712)</u>	<u>554.749</u>	<u>(63.332)</u>	<u>(20.218)</u>	<u>(398)</u>	<u>(57.743)</u>	<u>9.366.170</u>	
Santa Leopoldina	(1.065)		(9.317)					(10,382)	100,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	<u>(1.065)</u>	<u>-</u>	<u>(9.317)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10,382)</u>	
Investimento líquido	<u>8.953.759</u>	<u>(1.712)</u>	<u>545.432</u>	<u>(63.332)</u>	<u>(20.218)</u>	<u>(398)</u>	<u>(57.743)</u>	<u>9.355.788</u>	

(*) O montante de R\$773.190 refere-se ao investimento na CELESC no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado					Saldo em 31/03/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Equivalên- cia Patrimonial	Dividendos/ JSCP	Outros resultados abrangentes	
Investimentos						
EDP - Energias do Brasil						
CELESC	698.188		26.352	(16.333)	64.983	773.190
Pecém TM	5.383		667			6.050
Pecém OM	3.757		94			3.851
CEJA (Nota 17.3)	-		15.982			(15.982)
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia) (Nota 17.3)	-		128			(128)
Mabe	391		(184)			207
São Manoel	603.696		(4.459)			599.237
EDP Trading						
BBCE	470	532				1.002
Total dos Investimentos	1.311.885	532	38.580	(16.333)	64.983	1.383.537
Provisão para passivo a descoberto						
Blue Sol	(2.329)		1.357			(972)
Total de Provisão para passivo a descoberto	(2.329)	-	1.357	-	-	(972)
Investimento líquido	1.309.556	532	39.937	(16.333)	64.983	1.382.565

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.4.1 Direito de concessão

Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 24.1.3).

18.5 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do período	
	31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante										
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	7.153.823	7.214.987	5.707.069	5.924.469	1.446.754	1.290.518	1.382.734	1.241.216	178.110	118.815
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	6.613.021	6.588.861	5.083.855	5.205.953	1.529.166	1.382.908	1.314.581	1.091.561	171.353	108.146
Energest (Nota 17.2)	48.205		48.205		100,00	100,00	100,00	100,00	504.322	477.610	196.642	204.835	307.680	272.775	53.786	125.120	34.905	42.922
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00	1.337.710	1.357.556	578.701	657.824	759.009	699.732	175.452	178.770	65.863	65.755
CEJA (Nota 17.3)	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.820.495	1.802.672	787.390	801.531	1.033.105	1.001.141	76.614	72.001	31.964	17.548
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	1.863.227	1.866.974	1.200.780	1.201.201	662.447	665.773	74.647	76.267	(3.326)	(18.297)
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.3)	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00	1.414.557	1.395.979	846.867	828.545	567.690	567.434	42.015	38.485	256	(7.271)
EDP Trading (*)	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00	2.696.770	2.292.065	2.329.799	1.943.248	366.971	348.817	790.599	876.813	18.154	24.354
EDP Smart Energia	4.531		4.531		100,00	100,00	100,00	100,00	207.394	122.251	182.997	101.972	24.397	20.279	70.854	22.166	4.118	(893)
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	527.904	516.509	413.403	392.417	114.501	124.092	5.858	6.066	(7.261)	(3.613)
Porto do Pecém	2.368.998		2.368.998		100,00	100,00	100,00	100,00	3.868.092	3.939.611	1.133.099	1.204.777	2.734.993	2.734.834	225.316	389.269	83.059	49.924
Pecém TM	1.682		1.682		50,00	50,00	50,00	50,00	16.868	15.539	4.953	4.770	11.915	10.769	7.124	5.168	1.335	207
Pecém OM	3.527		3.527		50,00	50,00	50,00	50,00	9.736	9.299	2.145	1.786	7.591	7.513	1.961	1.983	188	215
São Manoel	803.341		803.341		33,33	33,33	33,33	33,33	3.852.235	3.818.594	2.054.561	2.007.542	1.797.674	1.811.052	99.714	96.382	(13.378)	(14.992)
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00	5.828	6.172	5.409	5.390	419	782			(363)	(321)
Resende	21.573		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00	21.210	21.213	31	30	21.179	21.183			(4)	(4)
Horizon Transmissão ES (Nota 17.1)																7.928		24.247
Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1)																82.143		38.264
Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1)																11.089		6.475
EDP Transmissão Aliança	113.851		113.851		90,00	90,00	90,00	90,00	2.377.248	2.316.687	2.036.998	1.973.515	340.250	343.172	72.086	161.976	(2.922)	24.601
EDP Transmissão SP-MG	33.001		33.001		100,00	100,00	100,00	100,00	2.563.344	2.488.283	2.265.620	2.197.080	297.724	291.203	73.356	154.142	6.521	28.929
CELESC (**)	5.141	6.391	5.141	6.391	29,90	33,11	29,90	33,11	2.803.107	2.133.733	181.738	149.091	2.621.369	1.984.642			563.172	518.685
EDP Ventures	6.501		6.501		100,00	100,00	100,00	100,00	39.887	38.663	20.095	19.387	19.792	19.276			516	(311)
Mata Grande Transmissora	8.830		8.830		100,00	100,00	100,00	100,00	118.655	117.128	106.061	104.312	12.594	12.816	13.739		(222)	
Blue Sol	66.665		66.665		40,00	40,00	40,00	40,00	24.129	24.129	29.950	29.950	(5.821)	(5.821)			(2.310)	
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	2.177.793	2.510	2.188.175	3.575	(10.382)	(1.065)			(9.317)	

(*) O montante em 31 de dezembro de 2021 para a controlada EDP Trading está reapresentado para adequada informação em R\$249.883 entre o ativo e o passivo totais, que se refere a adiantamento a fornecedor e de cliente.

(**) Os montantes patrimoniais referem-se às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 respectivamente, para fins de comparabilidade.

18.6 Reconciliação das informações financeiras dos investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Lajeado		Enerpeixe		Porto do Pecém		São Manoel		CELESC	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.290.518	987.963	1.382.908	1.082.961	699.732	676.832	665.773	664.277	2.734.834	2.613.691	1.811.052	1.890.863	1.984.612	1.407.124
Distribuição de dividendos aos acionistas	(21.874)	(124.309)	(25.125)	(193.356)		(316.668)		4.313		(125.184)			(178.504)	(129.460)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	178.110	446.677	171.353	444.408	59.277	339.369	(3.326)	(2.817)	83.059	246.560	(13.378)	(79.811)	563.172	518.685
Outros resultados abrangentes		(19.813)	30	48.895		199			(82.900)	(233)			217.388	188.263
Patrimônio líquido - Saldo final	1.446.754	1.290.518	1.529.166	1.382.908	759.009	699.732	662.447	665.773	2.734.993	2.734.834	1.797.674	1.811.052	2.586.668	1.984.612
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86%	55,86%	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%	33,334%	33,334%	29,90%	29,90%
Participação nos investimentos	1.446.754	1.290.518	1.529.166	1.382.908	424.001	390.887	397.467	399.462	2.734.993	2.734.834	599.237	603.696	773.190	593.331
Partes Beneficiárias					(252.150)	(252.150)								
Benefício Fiscal					56.244	56.244								
Resultados Acumulados					39.358	42.004								
Saldo contábil do investimento na Controladora	1.446.754	1.290.518	1.529.166	1.382.908	267.453	236.985	397.467	399.462	2.734.993	2.734.834	599.237	603.696	773.190	593.331
Participação dos não controladores	-	-	-	-	491.556	462.747	264.980	266.311	-	-	1.198.437	1.207.356	1.813.478	1.391.281

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Divulgação em outras Entidades

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas a seguir. Os investimentos destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRS.

19.1 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint venture)

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, considerados relevantes.

CEJA

A CEJA é a detentora do direito da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), com sede no município de São Paulo - SP. O empreendimento foi transferido para ativo mantido para venda, conforme nota 17.3.

Cachoeira Caldeirão

A Cachoeira Caldeirão é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com sede na cidade de Ferreira Gomes no estado do Amapá. O empreendimento foi transferido para ativo mantido para venda, conforme nota 17.3.

São Manoel

A São Manoel é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica São Manoel, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Mediante a substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido ao ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a São Manoel procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de desconto, a São Manoel, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado do exercício de 2016.

Adicionalmente, a São Manoel avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da São Manoel, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A São Manoel contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual concluiu que a São Manoel possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "Turn Key" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à São Manoel. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela São Manoel em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à São Manoel, em face desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como "possível" pelos assessores jurídicos da São Manoel.

A São Manoel monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Nos exercícios 2021, 2020, 2018 e 2017 a São Manoel procedeu a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, no último trimestre de 2019, a Administração da São Manoel, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performado o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a São Manoel procedeu com o registro da reversão no montante de R\$111.191.

Em 31 de março de 2022 a Administração da São Manoel efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no período, considerando o acima exposto, é recuperável, não tendo constituído valor adicional ou reversão.

19.1.1 Demonstrações financeiras condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	São Manoel	
	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	119.638	93.791
Consumidores e Concessionárias	56.984	47.942
Outros créditos	75.059	75.724
	<u>251.681</u>	<u>217.457</u>
Não circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		
Tributos diferidos	315.123	308.250
Outros créditos	147.702	126.403
	<u>462.825</u>	<u>434.653</u>
Imobilizado	3.067.465	3.094.742
Intangível	70.264	71.742
Total do ativo	<u>3.852.235</u>	<u>3.818.594</u>
Passivo	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	20.425	23.234
Debêntures	44.902	37.882
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	53.529	48.861
Provisões	22.965	24.007
Outras contas a pagar	14.422	12.538
	<u>156.243</u>	<u>146.522</u>
Não circulante		
Tributos diferidos	22	19
Debêntures	281.399	273.456
Empréstimos e financiamentos	1.540.574	1.510.707
Uso do bem público	53.466	52.097
Provisões	22.400	24.389
Outras contas a pagar	457	352
	<u>1.898.318</u>	<u>1.861.020</u>
Patrimônio Líquido	<u>1.797.674</u>	<u>1.811.052</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.852.235</u>	<u>3.818.594</u>

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receitas	99.714	96.382
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(70.059)	(65.879)
Despesas e Receitas operacionais	(1.726)	(3.157)
Resultado financeiro	(48.180)	(50.049)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	6.873	7.711
Resultado líquido do exercício	(13.378)	(14.992)

19.1.2 Extensão de prazo - GSF

Assim como as controladas de geração que tiveram os incrementos nos prazos de concessão descrito na nota 24.1.3.1, a São Manoel também procedeu com o registro contábil conforme abaixo:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
São Manoel	11.484	5,8	4.737	2,2	16.221	8,0
Total	11.484		4.737		16.221	

19.1.3 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios – Circulante e Não circulante

19.1.3.1 Risco de perda provável

	São Manoel		
	Passivo		
	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Saldo em 31/03/2022
Trabalhistas	2.714	138	2.852
Outros	663		663
Total Não circulante	3.377	138	3.515

19.1.3.2 Risco de perda possível

	São Manoel			
	Ativo			
	Depósito Judicial			
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhistas	5.777	5.479		
Cíveis	1.771	1.679	4	
Fiscais	45.122	44.321	2.549	2.501
Total	52.670	51.479	2.553	2.501

São Manoel

Cíveis

A São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

Fiscais

- Mandado de Segurança, executado pela São Manoel em face do Estado do Pará, para discutir a constitucionalidade do diferencial de alíquota de ICMS que deveria estar previsto por Lei Complementar, bem como, a forma de cálculo prevista na lei estadual nº 8.315/15, em 30 de junho de 2020, em consideração a decisão desfavorável em 2ª instância a São Manoel incluiu esse processo no grupo de risco de perda possível o valor envolvido em 31 de março de 2022 é de R\$27.209 (R\$26.687 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo encontra-se em fase de recurso ao Tribunal Superior.

- Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$7.496 em 31 de março de 2022 (R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento.

- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração, lavrado pelo Estado do Pará, objetivando a cobrança do diferencial de alíquota, relativo ao período compreendido entre março e agosto de 2016, o montante envolvido em 31 de março de 2022 é de R\$7.126 (R\$7.040 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

19.1.4 Compromissos contratuais e Garantias

19.1.4.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2022, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	São Manoel	
	31/03/2022	31/12/2021
Obrigações de compra		
Compra de Energia	20.163	34.515
Encargos de conexão e Transporte de Energia	69	88
Materiais e serviços	24.411	32.083
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.140.743	1.100.522
	1.185.386	1.167.208

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 31 de março de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	São Manoel	
	31/03/2022	31/12/2021
Obrigações de compra		
Compra de Energia	19.084	32.883
Encargos de conexão e Transporte de Energia	65	86
Materiais e serviços	25.243	32.831
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.959.108	1.736.501
	<u>2.003.500</u>	<u>1.802.301</u>

19.1.4.2 Garantias

Garantias	Tipo de Garantias	São Manoel	
		31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauçionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	1.610.871	1.576.836
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa	340.072	325.674
Executante construtor	Seguro garantia	823	823
		<u>1.951.766</u>	<u>1.903.333</u>

19.2 Coligada

A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da CELESC.

A CELESC é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a CELESC foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais: a CELESC Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 115,27 MW de capacidade e a CELESC Distribuição S.A, que atende mais de 3,2 milhões de clientes, para 285 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da CELESC, extraídas das: (i) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgadas ao mercado em 11 de março de 2022; e (ii) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, divulgadas ao mercado em 26 de março de 2021, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela CELESC entre 1º de janeiro a 31 de março de 2022 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

19.2.1 Demonstrações financeiras individuais condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	26.872	50.421	Dividendos e JCP a Pagar	134.356	123.621
Tributos a recuperar	37.879	25.888	Obrigações Fiscais	23.304	18.795
Dividendos a receber	145.877	132.047	Outros passivos circulantes	3.483	1.747
Outros ativos circulantes	51	45		<u>161.143</u>	<u>144.163</u>
	<u>210.679</u>	<u>208.401</u>			
Não circulante			Não circulante		
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478	Provisões	20.477	4.928
Outros ativos não circulantes	51.984	34.173	Outros passivos não circulantes	118	
	<u>189.462</u>	<u>171.651</u>		<u>20.595</u>	<u>4.928</u>
			Patrimônio Líquido	<u>2.621.369</u>	<u>1.984.642</u>
Investimentos	2.398.187	1.748.723			
Imobilizado	338	14			
Intangível	4.441	4.944			
Total do ativo	<u>2.803.107</u>	<u>2.133.733</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.803.107</u>	<u>2.133.733</u>

Demonstração do Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas e Receitas operacionais	(34.014)	(22.157)
Resultado das participações societárias	616.172	537.491
Resultado financeiro	(6.159)	(5.832)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(12.827)	9.183
Resultado líquido do período	<u>563.172</u>	<u>518.685</u>

19.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios – Circulante e Não circulante

19.2.2.1 Risco de perda provável

	31/12/2021		31/12/2020	
	Passivo	Ativo Depósito Judicial	Passivo	Ativo Depósito Judicial
Trabalhistas		4.686		4.686
Cíveis	181	21.748	182	6.361
Fiscais	16.813	2.117	1.263	2.117
Regulatórias	3.483	8.182	3.483	8.182
Total Não circulante	<u>20.477</u>	<u>36.733</u>	<u>4.928</u>	<u>21.346</u>

19.2.2.1.1 Fiscais

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.2.2.1.2 Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

20 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado					Valor líquido em 31/03/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Transferência dos ativos da concessão	Valor justo	Baixas	Reclassificação	
Ativo financeiro indenizável	4.362.393	304.664	119.382	(10.774)	(3.320)	4.772.345
Total Não circulante	4.362.393	304.664	119.382	(10.774)	(3.320)	4.772.345

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

21 Ativos da concessão

	Consolidado										Valor líquido em 31/03/2022	
	Valor líquido em 31/12/2021	Transferência para o Intangível	Transferência para o Ativo financeiro indenizável	Adições (Notas 21.1.1 e 32)	Remuneração	Baixas	Aquisição de empresas	Juros Capitalizados	Margem de Construção	Reclassificação		Outros (*)
Distribuição	858.576	(134.983)	(304.664)	354.340			3.418			40		776.727
Transmissão	4.883.304			61.854	160.767	(69.489)	1.257.817	76	1.294		3.910	6.299.533
	5.741.880	(134.983)	(304.664)	416.194	160.767	(69.489)	1.257.817	3.494	1.294	40	3.910	7.076.260
Circulante	55.184											409.574
Não circulante	5.685.037											6.665.027

(*) O montante apresentado na coluna de Outros refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das controladas de transmissão.

21.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,5412% para as controladas de distribuição, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 20) ou como Intangível (Nota 24), conforme a forma de remuneração.

21.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacados a seguir:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	36%	31%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil	37%	38%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	7%	12%
Combate a perdas	20%	19%
	100%	100%

21.2 Transmissão

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 31.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

22 Propriedade para investimentos

O aumento do montante total da rubrica de R\$74.894 em 31 de março de 2022 refere-se a controlada EDP Goiás adquirida no período (Notas 4.7 e 18.3) no montante de R\$63.515. O saldo é referente a imóveis recebidos pela EDP Goiás como promessa de compra e venda, com anuência da CELGP/AR, de acordo com o CPC 28 – Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia. O montante foi ajustado ao valor justo com base no referido CPC, pois foram considerados inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., e repassados à EDP Goiás, conforme acordo de cisão ocorrido.

23 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

23.1 Composição do Imobilizado

Nota	Controladora							
	31/03/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,58	24.797	(3.815)	20.982	12,50	24.797	(3.334)	21.463
Máquinas e equipamentos	13,15	28.069	(21.303)	6.766	11,52	28.069	(20.905)	7.164
Veículos	14,29	1.245	(950)	295	10,00	1.245	(931)	314
Móveis e utensílios	6,25	7.460	(2.356)	5.104	8,67	7.460	(2.251)	5.209
		61.571	(28.424)	33.147		61.571	(27.421)	34.150
Total do Imobilizado em serviço		61.571	(28.424)	33.147		61.571	(27.421)	34.150
Ativos de direito de uso								
23.1.2								
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,02	7.974	(629)	7.345	11,16	7.762	(437)	7.325
Veículos	15,40	6.089	(418)	5.671				
Total Ativos de direito de uso		14.063	(1.047)	13.016		7.762	(437)	7.325
Imobilizado em curso								
Administração								
		26.491	-	26.491		26.092	-	26.092
Total do Imobilizado em curso		26.491	-	26.491		26.092	-	26.092
Total Imobilizado		102.125	(29.471)	72.654		95.425	(27.858)	67.567

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Consolidado								
	31/03/2022				31/12/2021				
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos		183.610		183.610		183.610		183.610	
Reservatórios, barragens e adutoras	1,84	1.764.278	(599.726)	1.164.552	1,84	1.764.278	(590.674)	1.173.604	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,26	943.791	(330.120)	613.671	2,26	944.039	(324.532)	619.507	
Máquinas e equipamentos	3,93	5.440.553	(2.212.990)	3.227.563	3,93	5.446.291	(2.154.431)	3.291.860	
Veículos	14,48	4.890	(3.904)	986	14,48	4.890	(3.784)	1.106	
Móveis e utensílios	6,61	5.295	(1.962)	3.333	6,61	5.295	(1.879)	3.416	
		<u>8.342.417</u>	<u>(3.148.702)</u>	<u>5.193.715</u>		<u>8.348.403</u>	<u>(3.075.300)</u>	<u>5.273.103</u>	
Sistema de Transmissão de Conexão									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38	2.993	(1.446)	1.547	3,38	2.993	(1.421)	1.572	
Máquinas e equipamentos	3,06	201.713	(92.522)	109.191	3,06	201.715	(91.001)	110.714	
		<u>204.706</u>	<u>(93.968)</u>	<u>110.738</u>		<u>204.708</u>	<u>(92.422)</u>	<u>112.286</u>	
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,65	37.218	(6.378)	30.840	9,93	37.218	(5.746)	31.472	
Máquinas e equipamentos	7,90	195.067	(73.819)	121.248	10,37	186.153	(67.594)	118.559	
Veículos	11,80	9.162	(4.145)	5.017	13,54	8.794	(3.095)	5.699	
Móveis e utensílios	6,73	11.665	(4.329)	7.336	8,54	11.260	(3.981)	7.279	
		<u>253.112</u>	<u>(88.671)</u>	<u>164.441</u>		<u>243.425</u>	<u>(80.416)</u>	<u>163.009</u>	
Atividades não vinculadas à concessão									
Terrenos		85		85		85		85	
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,95	47.024	(11.408)	35.616	9,95	47.028	(10.442)	36.586	
		<u>47.109</u>	<u>(11.408)</u>	<u>35.701</u>		<u>47.113</u>	<u>(10.442)</u>	<u>36.671</u>	
Atividades vinculadas à concessão	23.1.1								
Veículos		14,29	(5.176)	1.157	(4.019)	14,29	(5.716)	953	(4.763)
			<u>(5.176)</u>	<u>1.157</u>	<u>(4.019)</u>		<u>(5.716)</u>	<u>953</u>	<u>(4.763)</u>
Total do Imobilizado em serviço			<u>8.842.168</u>	<u>(3.341.592)</u>	<u>5.500.576</u>		<u>8.837.933</u>	<u>(3.257.627)</u>	<u>5.580.306</u>
Ativos de direito de uso	23.1.2								
Terrenos		26,69	7.320	(1.467)	5.853	3,84	7.139	(1.007)	6.132
Edificações, obras civis e benfeitorias		10,47	92.736	(21.985)	70.751	13,90	90.463	(19.648)	70.815
Máquinas e equipamentos		26,51	25.618	(18.567)	6.051	26,51	25.618	(17.878)	7.740
Veículos		23,37	17.378	(5.108)	12.270	30,55	5.894	(4.338)	1.556
Total Ativos de direito de uso			<u>143.052</u>	<u>(48.127)</u>	<u>94.925</u>		<u>129.114</u>	<u>(42.871)</u>	<u>86.243</u>
Imobilizado em curso									
Geração			167.140		167.140		160.812		160.812
Administração			57.912		57.912		44.879		44.879
Terrenos			897		897		897		897
Edificações, obras civis e benfeitorias			4.200		4.200		4.200		4.200
Máquinas e equipamentos			160.753		160.753		139.656		139.656
Outros			9.214		9.214		51.220		51.220
Total do Imobilizado em curso			<u>400.116</u>		<u>400.116</u>		<u>401.664</u>		<u>401.664</u>
Total Imobilizado			<u>9.385.336</u>	<u>(3.389.719)</u>	<u>5.995.617</u>		<u>9.368.711</u>	<u>(3.300.498)</u>	<u>6.068.213</u>

23.1.1 Atividades vinculadas à concessão

Refere-se ao desenvolvimento do primeiro ônibus elétrico brasileiro movido totalmente a energia solar, projetado pela montadora BYD em parceria com área de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D da controlada Porto do Pecém.

23.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (Nota 16.6). Os principais ativos reconhecidos possuem as seguintes características:

- **Terrenos:** refere-se substancialmente a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.
- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) às sedes das empresas pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos municípios onde as distribuidoras possuem suas concessões.
- **Máquinas e equipamentos:** Referem-se, substancialmente, à controlada Porto do Pecém e correspondem ao aluguel de máquinas para movimentação e empilhamento do carvão armazenado no pátio.
- **Veículos:** Refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

23.2

Movimentação do Imobilizado

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2021		Valor líquido em 31/03/2022		
	Ingressos	Depreciação	Baixas		
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.463	(481)			20.982
Máquinas e equipamentos	7.164	(398)			6.766
Veículos	314	(19)			295
Móveis e utensílios	5.209	(105)			5.104
Total do Imobilizado em serviço	<u>34.150</u>	<u>-</u>	<u>(1.003)</u>	<u>-</u>	<u>33.147</u>
Ativos de direito de uso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.325	317	(192)	(105)	7.345
Veículos (Nota 23.2.1)	-	6.089	(418)		5.671
Total Ativos de direito de uso	<u>7.325</u>	<u>6.406</u>	<u>(610)</u>	<u>(105)</u>	<u>13.016</u>
Imobilizado em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	650	119			769
Máquinas e equipamentos	25.442	280			25.722
Total do Imobilizado em curso	<u>26.092</u>	<u>399</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.491</u>
Total do Imobilizado	<u>67.567</u>	<u>6.805</u>	<u>(1.613)</u>	<u>(105)</u>	<u>72.654</u>

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço e ativos de concessão	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Aquisição de empresas (Nota 18)	Valor líquido em 31/03/2022
Imobilizado em serviço								
Terrenos	183.695							183.695
Reservatórios, barragens e adutoras	1.173.604			(9.052)				1.164.552
Edificações, obras civis e benfeitorias	689.137			(7.303)	(160)			681.674
Máquinas e equipamentos	3.521.133		4.770	(64.982)	(4.092)		1.173	3.458.002
Veículos	2.042			(184)			126	1.984
Móveis e utensílios	10.695		31	(251)			194	10.669
Total do Imobilizado em serviço	5.580.306	-	4.801	(81.772)	(4.252)	-	1.493	5.500.576
Ativos de direito de uso								
Terrenos	6.132	182		(460)	(1)			5.853
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.815	2.380		(2.339)	(105)			70.751
Máquinas e equipamentos	7.740			(1.689)				6.051
Veículos (Nota 23.2.1)	1.556	12.015		(1.301)				12.270
Total Ativos de direito de uso	86.243	14.577	-	(5.789)	(106)	-	-	94.925
Imobilizado em curso								
Terrenos	23.183							23.183
Reservatórios, barragens e adutoras	52							52
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.310	126				(1)		3.435
Máquinas e equipamentos	111.082	5.496			(17)	14.271		130.832
Adiantamento a fornecedores	2.988							2.988
A ratear	2.456				(10)	(929)		1.517
Outros	53.205	4.859	(31)			(1.872)	7.811	63.972
Ativos destinados a arrendamentos operacionais								
Terrenos	897							897
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.200							4.200
Máquinas e equipamentos	155.705	4.418	(4.770)			5.399		160.752
Outros	22.804	95			(1)	(16.594)		6.304
Adiantamento a fornecedores	21.782				(18.555)	(1.243)		1.984
Total do Imobilizado em curso	401.664	14.994	(4.801)	-	(18.583)	(969)	7.811	400.116
Total do Imobilizado	6.068.213	29.571	-	(87.561)	(22.941)	(969)	9.304	5.995.617

23.2.1 Veículos

O valor de ingressos na Controladora e no Consolidado refere-se principalmente a renovação da frota de veículos da Companhia que ocorreu no período.

24 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da controlada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

24.1 Composição do Intangível

	Controladora							
	31/03/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,81	34.751	(25.891)	8.860	20,00	34.751	(24.999)	9.752
Total do Intangível em serviço		34.751	(25.891)	8.860		34.751	(24.999)	9.752
Intangível em curso								
Administração		30.460		30.460		28.673		28.673
Total do Intangível em curso		30.460	-	30.460		28.673	-	28.673
Total do Intangível		65.211	(25.891)	39.320		63.424	(24.999)	38.425

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Consolidado								
	31/03/2022				31/12/2021				
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço									
Distribuição									
Direito de concessão - Infraestrutura	24.1.1	4,76	4.879.677	(3.492.564)	1.387.113	4,65	4.776.007	(3.450.189)	1.325.818
Direito de concessão - Outros		3,82	38.143	(28.666)	9.477	3,82	38.143	(28.302)	9.841
			4.917.820	(3.521.230)	1.396.590		4.814.150	(3.478.491)	1.335.659
Geração e Transmissão									
Software		23,18	2.437	(2.096)	341	22,19	2.437	(2.073)	364
Servidão permanente			1.224	(604)	620		1.224	(604)	620
Direito de concessão - Licenças ambientais		22,69	75.243	(48.418)	26.825	22,06	71.076	(46.265)	24.811
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	24.1.2	3,67	229.799	(94.864)	134.935	3,27	229.799	(92.757)	137.042
Direito de concessão - Outros	24.1.3	1,39	3.148.921	(635.170)	2.513.751	272,19	1.572.812	(619.016)	953.796
			3.457.624	(781.152)	2.676.472		1.877.348	(760.715)	1.116.633
Sistema de Transmissão de Conexão									
Servidão permanente		3,19	1.132	(337)	795	3,19	1.132	(328)	804
			1.132	(337)	795		1.132	(328)	804
Administração									
Software		20,58	58.081	(41.345)	16.736	20,33	57.399	(39.071)	18.328
Direito de concessão - Outros			8		8				
Outros		4,38	33.154	(7.901)	25.253	4,38	33.154	(7.564)	25.590
			91.243	(49.246)	41.997		90.553	(46.635)	43.918
Total do Intangível em serviço			8.467.819	(4.351.965)	4.115.854		6.783.183	(4.286.169)	2.497.014
Intangível em curso									
Geração			17.785		17.785		17.785		17.785
Administração			73.769		73.769		67.518		67.518
Total do Intangível em curso			91.554	-	91.554		85.303	-	85.303
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora	24.1.4	4,18	940.511	14.085	954.596	4,23	940.511	14.611	955.122
(-) Provisão para manutenção de dividendos	24.1.4	4,18	(940.511)	(14.085)	(954.596)	4,23	(940.511)	(14.611)	(955.122)
			-	-	-		-	-	-
Goodwill	24.1.5								
BlueSol			22.477		22.477		22.477		22.477
EDP Smart Soluções			6.148		6.148		37.952	(31.804)	6.148
			28.625	-	28.625		60.429	(31.804)	28.625
Total do Intangível			8.587.998	(4.351.965)	4.236.033		6.928.915	(4.317.973)	2.610.942

24.1.1 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das concessionárias EDP São Paulo e EDP Espírito Santo de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

24.1.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHs das controladas Investco e Enerpeixe. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será até o término do contrato de concessão das controladas.

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/03/2022
(*) Reapresentado			
Investco	7.126	(162)	6.964
Enerpeixe	129.916	(1.945)	127.971
	137.042	(2.107)	134.935

(*) Os montantes em 31 de dezembro de 2021 estão reapresentados para adequada informação da controlada Investco, incluindo montante de R\$648 de amortização.

24.1.3 Direito de concessão - Outros

Nota	Consolidado			
	Custo	Amortização	Total	
Distribuição				
EDP São Paulo	38.143	(28.666)	9.477	
Transmissão				
EDP Transmissão Litoral Sul	63.851		63.851	
EDP Goiás	24.2 e 18.3	1.576.109	1.576.109	
Geração				
Lajeado	164.826	(108.037)	56.789	
Enerpeixe	3.837	(2.144)	1.693	
Porto do Pecém	106.855	(26.019)	80.836	
Investco	787.263	(471.989)	315.274	
Total Geração	1.062.781	(608.189)	454.592	
Extensão de prazo - GSF				
Enerpeixe	216.842	(12.706)	204.136	
Lajeado	229.338	(14.275)	215.063	
Total Extensão de prazo - GSF	24.1.3.1	446.180	(26.981)	419.199
Total		3.187.064	(663.836)	2.523.228

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Referem-se à diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, deduzidas das despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

24.1.3.1 Extensão de prazo - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL. A amortização iniciou em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

As controladas Enerpeixe e Lajeado efetuaram os incrementos cujos valores e meses estão demonstrados a seguir:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
Enerpeixe	216.841	67,0			216.841	67,0
Lajeado	98.416	13,6	130.922	18,5	229.338	32,1
Total	315.257		130.922		446.179	

24.1.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora e Provisão para manutenção de dividendos

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas Companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 10.2.1.4).

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, conseqüentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros das controladas, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

24.1.5 Goodwill

O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* apurado sobre investimento adquirido com prazo indefinido, não deve ser amortizado, porém é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

24.2 Movimentação do Intangível

	Controladora				Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Amortização	Valor líquido em 31/03/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferências para intangível em serviço	Transferências dos ativos da concessão	Amortização	Baixas	Reclassificação	Transferência de Investimentos	Valor líquido em 31/03/2022
Intangível em serviço													
Software	9.752		(892)	8.860	18.692				(1.683)		68		17.077
Total do intangível em serviço	9.752	-	(892)	8.860	1.424				(9)				1.415
Intangível em curso					24.811	4.169			(2.152)	(3)			26.825
Outros Intangíveis em curso	28.673	1.787		30.460	1.325.818		134.983		(69.066)	(7.942)	3.320		1.387.113
Total do intangível em curso	28.673	1.787	-	30.460	137.042				(2.107)				134.935
Total do Intangível	38.425	1.787	(892)	39.320	963.637	1.576.109			(16.518)			8	2.523.228
					25.590				(337)				25.261
Total do intangível em serviço	2.497.014	1.576.109	4.169	134.983	(91.872)	(7.945)	3.320	76	4.115.854				
Intangível em curso					85.303	8.739	(4.169)				(32)	1.713	91.554
Outros Intangíveis em curso	85.303	8.739	(4.169)		85.303	8.739	(4.169)	-	-	-	(32)	1.713	91.554
Total do Intangível em curso	85.303	8.739	(4.169)		28.625								28.625
Goodwill	28.625				2.610.942	1.584.848	-	134.983	(91.872)	(7.945)	3.288	1.789	4.236.033
Total do Intangível	2.610.942	1.584.848	-	134.983	(91.872)	(7.945)	3.288	1.789	4.236.033				

25 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica (i)	25.1			727.763	999.880
Energia livre				40.474	38.368
Encargos de uso da rede elétrica				147.724	146.461
Operações CCEE	25.2			144.558	194.215
Materiais e serviços	25.3	17.213	50.834	348.827	565.168
Total		17.213	50.834	1.409.346	1.944.092

(i) O valor total de garantias de compras de energia em 31 de março de 2022 é de R\$360.511 (R\$285.397 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e R\$563.302 (R\$585.696 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

25.1 Suprimento de energia elétrica

A variação observada no período refere-se a redução do custo na contratação de energia decorrente do desligamento das termoeletricas pela ONS ao final de 2021 que se mantem em 2022, devido ao aumento das chuvas ocorridas no período citado, acarretando diretamente na redução da parcela variável dos contratos de compra de energia por disponibilidade.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.2 Operações CCEE

O saldo refere-se às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE. A variação de R\$49.657 é decorrente substancialmente da redução das transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada pelas Distribuidoras, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD.

25.3 Materiais e serviços

A redução de R\$216.341 observada na rubrica decorre substancialmente:

- (i) redução de R\$33.621 na Controladora devido ao pagamento de consultorias especializadas contratadas para os processos de novos negócios no exercício de 2021;
- (ii) redução de R\$146.663 da controlada Porto do Pecém ocorreu devido a liquidação dos montantes a pagar a fornecedores referente a importação de carvão no exercício anterior;
- (iii) redução de R\$23.273 da controlada Nova Geração Solar ocorreu devido a liquidação de montantes em aberto referente à aquisição de módulos, inversores e painéis solares utilizados em projetos de construção de usina solar.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



26 Debêntures 26.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora																	
												31/03/2022				31/12/2021													
												Encargos		Principal		Encargos		Principal											
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total									
Moeda Nacional																													
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		561		23.920	42.033	66.514	1.882	29.266	34.927	66.075									
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(163)	(163)				(191)	(191)									
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais		8.516		170.278		178.794	5.001	165.936		170.937									
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal				(32)	(32)			(192)	(192)										
Total												9.077	-	194.166	41.870	245.113	6.883	195.010	34.736	236.629									
Consolidado																													
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora																	
												31/03/2022				31/12/2021													
												Encargos		Principal		Encargos		Principal											
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	19.000	10	190.000	5ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral		1.732		38.000		39.732	711	38.000		38.711									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.301)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal								(17)	(17)										
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		2.283		234.324		236.607	5.683		228.348	234.031									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal				(1.178)	(1.178)				(1.299)	(1.299)									
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		128		300.000		300.128	5.910		300.000	305.910									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(428)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(428)	(428)				(481)	(481)									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		3.632		518.466		522.098	9.646		501.034	510.680									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal				(6.225)	(6.225)				(6.702)	(6.702)									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral		9.163		400.000		409.163	12.779		400.000	412.779									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal				(1.166)	(1.166)				(1.253)	(1.253)									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	15.000	10	150.000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral		1.371		30.293		31.664	564	30.293		30.857									
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.052)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal				(1)	(1)			(14)	(14)										

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado								
												31/03/2022				31/12/2021				
												Encargos		Principal		Encargos		Principal		
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		13.306		310.181	323.487	17.958		302.004	319.962	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal				(1.582)	(1.582)			(1.745)	(1.745)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		86		200.000	200.086	3.929		200.000	203.929	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(344)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(344)	(344)			(386)	(386)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		6.081		734.813	740.894	15.065		711.485	726.550	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal				(2.084)	(2.084)			(2.240)	(2.240)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		7.591		350.000	357.591	11.181		350.000	361.181	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal				(1.028)	(1.028)			(1.106)	(1.106)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		13.583		450.000	463.583	1.086		450.000	451.086	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal				(1.829)	(1.829)			(1.944)	(1.944)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (i)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		561		23.920	42.033	66.514	1.882	29.266	34.927	66.075
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(163)	(163)			(191)	(191)	
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais		8.516		170.278	178.794	5.001	165.936		170.937	
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal				(32)	(32)		(192)		(192)	
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral		3.451		100.000	103.451	667	100.000		100.667	
(-) Custos de emissão	Lajeado				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal				(58)	(58)		(78)		(78)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral		2.186		50.000	52.186	836	50.000		50.836	
(-) Custos de emissão	Lajeado				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal				(28)	(28)		(41)		(41)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		4.758		150.000	154.758	702		150.000	150.702	
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal				(444)	(444)			(493)	(493)	

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado								
												31/03/2022				31/12/2021				
												Encargos		Principal		Encargos		Principal		
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enepeixe	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realocação e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	3.412		106.752		110.164	388	106.752		107.140
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(2.048)		20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal				(84)		(84)		(127)		(127)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enepeixe	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		9.660		255.000	264.660	2.614		255.000		257.614
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal				(171)	(171)			(197)		(197)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enepeixe	Instrução CVM nº 476/09	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		1.126		275.000	276.126	6.939		275.000		281.939
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal				(829)	(829)			(887)		(887)
Simplific Pavarini Distribuido	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 476/09	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celtelec proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	47.361		1.472.372	1.519.733	22.720		1.434.857		1.457.577
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal				(33.052)	(33.052)			(34.764)		(34.764)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	13.567		22.797	1.039.381	1.075.745	107.074	7.030	923.117	1.037.221
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal				(4.377)	(40.313)	(44.690)		(4.381)	(41.395)	(45.776)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	20.139		525.000	545.139	5.785		525.000		530.785
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal				(1.014)	(1.014)			(1.166)		(1.166)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Santa Leopoldina	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	14.988		700.000	714.988					-
(-) Custos de emissão	Santa Leopoldina		(404)				19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal				(355)	(355)					-
Total moeda nacional												173.693	14.988	537.460	7.864.365	8.590.506	239.120	522.427	6.944.523	7.706.070
Derivativos																				
Safra	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	700.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,31% a.a. para CDI + 1,50% a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		10.309		(26.739)	(16.430)	10.260		(3.248)		7.012
Itaú	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	500.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,26% a.a. para CDI + 1,15% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		7.719		(14.078)	(6.359)	7.614		3.687		11.301
Total derivativos												18.028	-	-	(40.817)	(22.789)	17.874	-	439	18.313
Total geral												191.721	14.988	537.460	7.823.548	8.567.717	256.994	522.427	6.944.962	7.724.383

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no rating da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o rating da EDP Espírito Santo foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Ba3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.

(ii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no spread anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no rating da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o rating da Companhia foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "A2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima em 31 de março de 2022 na Companhia é de R\$3.165.760 (R\$2.490.708 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.965.769 (R\$3.123.723 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.2 Movimentação das debêntures

	Controladora						Valor líquido em 31/03/2022			
	Valor líquido em 31/12/2021	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2021				
Circulante										
Principal	195.202		(7.106)		6.102	194.198				
Juros	6.883	2.194				9.077				
Custo de transação	(192)		(28)	188		(32)				
	201.893	2.194	(7.134)	188	6.102	203.243				
Não circulante										
Principal	34.927		7.106			42.033				
Custo de transação	(191)		28			(163)				
	34.736	-	7.134	-	-	41.870				
	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Valor líquido em 31/03/2022
Circulante										
Principal	527.277					(18.066)		32.829		542.040
Juros	239.120		(104.631)	144.508	(105.304)					173.693
Custo de transação	(4.850)					(4.448)	4.718			(4.580)
Swap	17.874		(23.937)	24.091						18.028
	779.421	-	(128.568)	168.599	(105.304)	(22.514)	4.718	32.829	-	729.181
Não circulante										
Principal	7.040.772	700.000			105.304	18.066		81.712	10.716	7.956.570
Juros	-			14.988						14.988
Custo de transação	(96.249)	(404)				4.448				(92.205)
Swap	439								(41.256)	(40.817)
	6.944.962	699.596	-	14.988	105.304	22.514	-	81.712	(30.540)	7.838.536

26.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2022	187.279	578.659
2023	15.964	150.522
	203.243	729.181
Não circulante		
2023	17.328	1.528.163
2024	24.542	1.999.557
2025		2.530.024
2026		405.720
2027		143.470
2028 até 2040		1.231.602
	41.870	7.838.536
Total	245.113	8.567.717

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 31 de março de 2022 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, Porto do Pecém e Santa Leopoldina encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

• Para ambas as emissões:

- (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- (ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (iii) Pedido de autofalência;
- (iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;
- (vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação; e
- (vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas.

• Específicas para a 4ª emissão:

- (i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do *rating* da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;
- (ii) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iii) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

• Específicas para a 5ª emissão:

(i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória (ressalvada, neste caso, a hipótese de extinção); (b) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% dos Debenturistas presentes à AGD, especialmente convocada para tal finalidade; ou (c) não provocar a queda do *rating* da Emissão em 2 ou mais *notches*; e

(ii) Descumprimento, pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes, de sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença administrativa ou arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, e desde que, cumulativamente, a critério dos Debenturistas, seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora.

Controladas

EDP São Paulo

(i) EDP São Paulo (7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado¹, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado(*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;

(iii) EDP São Paulo (12ª e 13ª emissões): Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração; e

(iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP Espírito Santo

(i) EDP Espírito Santo (5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado(*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5;

(ii) EDP Espírito Santo (5ª e 6ª emissões): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$75.000;

(iii) EDP Espírito Santo (10ª e 11ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado¹, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano; e

(iv) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

(i) EDP São Paulo (8ª, 12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (6ª e 11ª emissões): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000.

Enerpeixe

(i) Enerpeixe (2ª, 3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$ 30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas; e

(iii) Enerpeixe (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$85.000.

Lajeado

(i) Lajeado (2ª, 3ª e 5ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano; e

(ii) Lajeado (2ª, 3ª e 5ª emissões): descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajustamento, de boa-fé, pela controlada de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos.

Porto do Pecém

(i) Porto do Pecém (1ª emissão): não observância: (a) pela Emissora, do índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,2 vezes a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano, a partir de 31 de dezembro de 2017; e (b) pela Fiadora (EDP - Energias do Brasil), do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes.

EDP Transmissão Aliança

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão SP-MG (2ª e 3ª emissões): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão) e EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto foi efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial.

Santa Leopoldina

(i) distribuição de dividendos da controlada em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto na Lei das S.A.; (b) aprovação de resgate ou amortização de ações de emissão da controlada; ou (c) realização de pagamentos aos acionistas da companhia sob obrigações contratuais;

(ii) não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5, a ser apurado anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e verificado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 dias úteis contados da data de recebimento.

¹ O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

² A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado										
											31/03/2022					31/12/2021					
											Encargos		Principal			Encargos		Principal			Total
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total												
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investco					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão			4.618	21.345	41.030	66.993	2.584	21.650	40.182	64.416		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Smart Soluções	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro		CDI + 0,45% a.a.	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil		366	23.429	11.714	35.509	1.185	23.429	23.429	48.043		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 05/04/2022	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		CDI + 0,65% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil		14.017		200.000	214.017	8.648		200.000	208.648		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		CDI + 0,99% a.a.	Principal à partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.		736	100.000	100.736	2.433		50.000	50.000	102.433		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 13/11/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.		9.927		250.000	259.927	3.088		250.000	253.088		
Cédula de Crédito Bancário nº 091200050341	EDP - Trading	50.000	14/12/2021		14/12/2021 a 14/01/2022	Capital de Giro		CDI + 0,249000% a.m.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.		401		50.000	50.401				-		
CCB BRASIL - 511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva		487	4.853	36.805	42.145				-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030								(45)	(345)	(390)				-		
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos		72	674	5.111	5.857				-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030								(10)	(79)	(89)				-		
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/11/2020	4.521	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Principal semestral a partir de maio/2021 e juros semestral	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva		44	411	3.117	3.572				-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030								(7)	(54)	(61)				-		
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva		72	720	5.462	6.254				-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás		26/09/2018		26/09/2018 a 01/10/2030								(9)	(72)	(81)				-		
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva		78	731	5.541	6.350				-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás		28/09/2018		28/09/2018 a 01/10/2030								(10)	(73)	(83)				-		
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva		132	1.201	9.705	11.038				-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás		28/03/2019		28/03/2019 a 01/04/2031								(15)	(123)	(138)				-		
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva		63	571	4.618	5.252				-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás		28/03/2019		28/03/2019 a 01/04/2031								(7)	(59)	(66)				-		
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva		69	633	5.174	5.876				-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás		09/04/2019		09/04/2019 a 01/05/2031								(8)	(65)	(73)				-		
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva		20	999	7.843	8.962				-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás		27/06/2019		27/06/2019 a 01/07/2031								(14)	(116)	(130)				-		
Total moeda nacional												56.568	74.324	734.404	1.934.957	2.800.253	41.487	56.428	566.954	2.015.821	2.880.490

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado											
											31/03/2022			31/12/2021								
											Encargos		Principal	Encargos		Principal	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante								
Moeda estrangeira																						
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,62% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final			525	85.298	85.823	463	100.303	100.766					
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Investimento no projeto	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,66% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final			321	77.180	77.501	228	90.728	90.956					
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual			2.427	688.154	690.581			-					
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final			1.362	301.758	303.120			-					
Total moeda estrangeira												4.635	-	162.478	989.912	1.157.025	691	-	191.031	-	191.722	
Derivativos																						
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank	Swap de variação cambial de USD + 0,62% a.a. para CDI + 0,79% a.a.		Em parcela única no final do contrato.							3.957	3.957					
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank	Swap de variação cambial de USD + 0,66% a.a. para CDI + 0,89% a.a.		Principal e Juros em parcela única no final					2.223	(5.261)	(3.038)						
Total derivativos												-	-	-	-	-	2.223	-	(1.304)	-	919	
Total geral												61.203	74.324	896.882	2.924.869	3.957.278	44.401	56.428	756.681	2.015.821	2.873.131	

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão apreendendo na nota 36.1.2.

(*) Conforme Alteração nº1 do Contrato de crédito junto ao MJFG, foi deliberada: (i) a prorrogação do vencimento para 22/07/2021; e (ii) alteração dos juros remuneratórios para CDI + 1,89% a.a. a partir de 22/07/2021.

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Equivalente ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.

(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.

(v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$100.741 (R\$98.591 em 31 de dezembro de 2020) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o Item 19 do CPC 39.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, exceto para as controladas Mata Grande Transmissora e EDP Smart Serviços, cujas dívidas em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor justo na data de 31 de março de 2022, sendo classificado tal devido ao fato de terem, no reconhecimento inicial, sido mensurados ao valor justo por meio do resultado, e o resultado líquido, incluindo juros, reconhecidos no resultado.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no período findo em 31 de março de 2021 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

As operações de empréstimos em moeda estrangeira, conjuntamente com as operações de *swap/hedge*, foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionados acima, em 31 de março de 2022 na Companhia é de R\$2.885.032 (R\$2.068.637 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.185.032 (R\$2.116.580 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2021	Juros provisionados	Valor líquido em 31/03/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Ajuste a valor de mercado	Aquisição de empresas	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/03/2022
Circulante														
Principal	100.000		100.000	759.267		(67.229)		220.313			10.793		(25.336)	898.134
Juros	5.305	2.580	7.885	42.178		(34.860)	53.427	254				527	203	61.202
Custo de Transação				(1.282)				(372)			(125)			(1.252)
	105.305	2.580	107.885	800.163	-	(102.089)	53.427	220.195	-	326	10.668	527	(25.133)	958.084
Não circulante														
Principal				2.018.056	1.249.870			(220.313)	848	(28.371)	85.267		(177.418)	2.927.939
Juros				56.428			17.701	(254)	449					74.324
Custo de Transação				(2.435)				372			(1.007)			(3.070)
				2.072.049	1.249.870	-	17.701	(220.195)	1.297	(28.371)	84.260	-	(177.418)	2.999.193

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão aprensetando na nota 36.1.2.

27.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Consolidado		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2022	380.137	167.113	547.250
2023	410.834		410.834
	790.971	167.113	958.084
Não circulante			
2023	823.482		823.482
2024	821.805	989.912	1.811.717
2025	192.819		192.819
2026	74.346		74.346
2027 até 2033	96.829		96.829
	2.009.281	989.912	2.999.193
Total	2.800.252	1.157.025	3.957.277

28 Benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (*) e Investco contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

Oriundo da aquisição da EDP Goiás (Notas 1.1.1, 4.7 e 18.3), em 31 de março de 2022 a referida controlada possui montante de R\$1.498 referente a benefícios de assistência médica e odontológica pagos diretamente pela controlada. A Administração da Companhia avaliou as premissas dos planos e não foram identificadas alterações em premissas relevantes no período de 2022.

A controlada EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o exercício de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

(*) A controlada Energest foi classificada para Ativo Mantido para Venda (Nota 17.2), porém para maior clareza, relevância, comparabilidade e transparência aos acionistas a Administração optou por não retirar as informações da subsidiária nesta nota.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
PSAP Bandeirante	12.687	12.687	251.237	254.025
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	168	167	3	
Assistência médica e seguro de vida	38.649	38.649	548.348	544.609
Contribuição definida	2	112		
	51.506	51.615	799.588	798.634

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

28.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante – Grupo de Custeio BPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é da EDP São Paulo; e

(ii) Plano PSAP Bandeirante – Grupos de Custeio BD e CV:

• Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é paritária entre a controlada e os participantes.

• Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo.

A EDP São Paulo contribuiu para estes grupos de custeio, no período, com o montante de R\$384 (R\$287 em 2021).

	31/12/2021	Despesa Operacional reconhecida no período	Despesa Financeira reconhecida no período	Contribuições pagas pela Companhia	31/03/2022
PSAP	266.712	55	7.549	(10.392)	263.924
	266.712	55	7.549	(10.392)	263.924

EDP Espírito Santo

• Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

EDP Espírito Santo e Energest (Nota 17.2)

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para as controladas.

Segue abaixo a movimentação do saldo no período para os Planos I e II da EDP Espírito Santo e da Energest:

	EDP Espírito Santo				Energest	
	Plano I		Plano II		Plano II	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertas	(129.099)	(129.099)	(65.847)	(65.847)	(580)	(580)
Valor justo dos ativos	193.771	193.771	132.853	132.853	1.316	1.316
Superávit	64.672	64.672	67.006	67.006	736	736
Restrição no reconhecimento do Ativo		(64.672)		(67.006)	(736)	(736)
Saldo inicial - Outros créditos - Benefícios pós-emprego	64.672	-	67.006	-	-	-
Despesa Operacional reconhecida no período			18	101	5	1
Despesa Financeira reconhecida no período			28	76	258	
Ganhos/(perdas) atuariais			(177)	(177)	(1)	(1)
Saldo final - Outros créditos - Benefícios pós-emprego	64.672	-	66.875	-	262	-

28.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar ao do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e assistidos do mesmo plano.

Em 25 de setembro de 2018, a Enerprev iniciou junto aos órgãos competentes processo para permitir a opção de migração que dispõe sobre a possibilidade dada a cada Participante e Assistido do referido Plano de transacionar seus direitos e obrigações a ele inerentes pelos direitos e obrigações do Plano Energias do Brasil e/ou do Plano Saldado PSAP. A possibilidade da ocorrência de migração para ambos os Planos decorre do fato de o Plano PSAP/Bandeirante possuir três submassas, assim denominadas: BD, CV e BPS.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Com base neste conceito, para a EDP São Paulo a avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2021 identificou que cada grupo de custeio do plano PSAP Bandeirante (BSPS, BD e CV) representaria uma submassa no plano e, por sua vez, deveriam ser controlados de forma segregada, resultando em uma posição superavitária para a submassa de custeio BD no montante de R\$166 e uma posição deficitária para as submassas de custeio CV e BSPS nos montantes de R\$8.955 e R\$235.135 respectivamente, resultando em um montante líquido deficitário atualizado de R\$263.924.

Para a EDP Espírito Santo e para a Energest, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de março de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresentava-se superavitário. Todavia, este superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas atuariais estabelecidas no CPC 33 (R1).

28.1.1.2 Confissão de dívida - EnerPrev e EDP São Paulo

A EDP São Paulo, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da sua submassa BSPS e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a EnerPrev decorrente de déficit atuarial, calculado conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações. O acordo original estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a EDP São Paulo e a EnerPrev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. A partir de dezembro de 2016, o saldo devedor e o valor da prestação mensal serão apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da EnerPrev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela EDP São Paulo atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela EnerPrev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.

Segue abaixo conciliação entre os dois métodos de avaliação atuarial:

	31/03/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações do plano	(1.116.303)	(1.116.303)
Valor justo dos ativos do plano	917.376	917.376
Superávit	(198.927)	(198.927)
Superávit irrecuperável	(75.334)	(67.785)
Total registrado submassa BSPS - CPC 33 (Nota 28.1.1.1)	(274.261)	(266.712)
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº 26/2008	(198.115)	(64.932)
Diferença entre premissas (*)	76.146	201.780

(*) O montante de R\$76.146 (R\$201.780 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela EDP São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/12 e aquelas utilizadas pela EnerPrev (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº 26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

28.1.2 Planos de Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela EnerPrev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feito adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadoras deste plano a Companhia contribuiu no período com R\$2 (R\$304 em 2021) e as controladas contribuíram no período com o montante de R\$131 (R\$1.748 em 2021).

Em 31 de março de 2022 este plano tem a adesão de 142 colaboradores (142 em 31 de dezembro de 2021) da Companhia e 1.730 (1.721 em 31 de dezembro de 2021) das suas controladas.

28.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA (EDP Espírito Santo): Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996;

- Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados (EDP Espírito Santo e Energest (Nota 17.2) - vigente aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1990 e aposentados nas controladas): Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial das controladas; e

- Assistência médica (Investco): De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos planos de assistência à saúde. O modelo de assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição.

28.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de março de 2022 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

Segue abaixo a movimentação do saldo no período:

	Investco		
	Despesa Operacional reconhecida no período	Despesa Financeira reconhecida no período	
	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2022
Assistência Médica	1.334	15	1.379
	1.334	15	1.379

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	EDP Espírito Santo					31/03/2022
	31/12/2021	Despesa Operacional reconhecida no período	Despesa Financeira reconhecida no período	Benefícios pagos diretamente pela Companhia	(Ganho)/ Perda Atuarial	
Assistência Médica e Odontológica	581.924	415	12.316	(10.490)	(45)	584.120
Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	167		4			171
	582.091	415	12.320	(10.490)	(45)	584.291

	Energest					31/03/2022
	31/12/2021	Despesa Operacional reconhecida no período	Despesa Financeira reconhecida no período	Benefícios pagos diretamente pela Companhia	(Ganho)/ Perda Atuarial	
Assistência Médica e Odontológica	12.077	5	258	(74)		12.266
	12.077	5	258	(74)		12.266

29 Provisões

Nota	Controladora		Consolidado				
	Não circulante		Circulante		Não circulante		
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	29.1	15.456	8.099	18.280	14.367	587.283	550.306
Licenças Ambientais	29.2			52.723	51.136	32.469	26.052
Desmantelamento	29.3					10.874	10.671
Total		15.456	8.099	71.003	65.503	630.626	587.029

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

29.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos vinculados à litígios

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

29.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue.

	Controladora							
	Passivo				Ativo			
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2022	Depósito Judicial	
Trabalhistas	1.619	625			(97)	2.147	1.230	
Cíveis	6.157	7.595	(2)	(576)	(166)	12.987	8.414	2.279
Outros	323	8	(1)	(8)		322		
Total Não circulante	8.099	8.228	(24)	(584)	(263)	15.456	9.644	2.279

	Consolidado									
	Passivo				Ativo					
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Aquisição de empresas	Saldo em 31/03/2022	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhistas	29.1.1.1	137.027	11.614	(4.450)	(4.834)	7.309	2.924	149.590	56.733	59.014
Cíveis	29.1.1.2	310.605	15.192	(6.057)	(2.075)	15.762	102	333.529	129.737	129.810
Fiscais	29.1.1.3	52.545	54	(130)	(406)	470	842	53.375	628	628
Regulatórios	29.1.1.4	12.051				687	3.232	15.970		
Outros	29.1.1.5	52.445	557	(431)	(116)	644		53.099		
Total		564.673	27.417	(11.068)	(7.431)	24.872	7.100	605.563	187.098	189.452
Circulante		14.367							18.280	
Não circulante		550.306						587.283	187.098	182.605

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia e consolidado é de R\$93.169 em 31 de março de 2022 (R\$91.564 em 31 de dezembro de 2021).

29.1.1.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Porto do Pecém, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passaria a ser o IPCA-E.

O novo índice deveria ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Todavia, em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em ato contínuo, em 05 de dezembro de 2017, a 2ª Turma do STF, por maioria dos votos, julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos – FENABAN contra a decisão do TST nos autos do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, que determinava a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos débitos trabalhistas. Na decisão questionada pela FENABAN, o TST declarou que o uso da TR como índice de correção na Justiça do Trabalho era inconstitucional, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, e determinou a adoção do IPCA-E determinado pelo IBGE, para calcular os débitos.

Em março de 2018 os Embargos Declaratórios foram julgados no TST e, neste sentido, a Companhia e suas controladas entenderam, por ora, que a decisão do STF deveria ser aplicada a partir de seus efeitos modulatórios e não sobre todo o processo, logo, a aplicação do IPCA-E deveria ocorrer a partir de 25 de março de 2015. Cabe recurso ao tema.

Desta forma, desde dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas passaram a atualizar todos os processos trabalhistas por meio do IPCA-E.

Em dezembro de 2020, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que a correção monetária de débitos trabalhistas deve ser feita pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, mais favoráveis aos trabalhadores. O entendimento firmado pela Corte abrange também os depósitos recursais realizados em conta judicial.

Os processos que ainda estejam na fase de conhecimento, independentemente da prolação de sentença, deverão observar, de forma retroativa, a aplicação dos dois índices da seguinte forma: a aplicação do IPCA-E na fase prejudicial e, a partir da citação do processo, a taxa SELIC. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal encerra discussões travadas nos TRTs e TST sobre o índice de correção aplicável na Justiça do Trabalho, e tais índices devem ser aplicados enquanto não for aprovado projeto de Lei pelo Congresso Nacional sobre o tema.

Neste sentido, a Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2021 passaram a aplicar os referidos índices de correção das seguintes formas: (i) processos em andamento com atualização da nova forma de cálculos em fase de liquidação do processo; e (ii) processos novos com aplicação dos índices desde o cadastramento no sistema EDP Legal, o qual deverá ser incluído já com o correto valor atualizado pelo índice IPCA-E para que o sistema realize as atualizações mensais pós citação pela taxa SELIC.

29.1.1.2 Cíveis

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de março de 2022 para a EDP São Paulo é de R\$73.631 (R\$71.426 em 31 de dezembro de 2021) e para a EDP Espírito Santo é de R\$6.688 (R\$6.339 em 31 de dezembro de 2021), destacando-se o seguinte processo para a EDP São Paulo:

• Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP São Paulo cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e, em junho de 2011, foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A EDP São Paulo apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.806. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. Atualmente, foi realizada nova perícia no âmbito do cumprimento de sentença. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial em contrapartida de uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de março de 2022 é de R\$59.716 (R\$57.960 em 31 de dezembro de 2021).

EDP São Paulo

Ação De Cobrança nº 0002000-33.2001.8.26.0100, promovida pela Fundação CESP em face das empresas cindidas da Eletropaulo, para haver a importância total de R\$ 1.642 de 30 de outubro de 2000, referente à parte que lhes caberia em face do plano de suplementação de aposentadorias e pensão para os empregados da Funesp - o valor refere-se à reavaliação atuarial anual do plano referido encerrado em 31 de dezembro de 1997. O montante estimado em 31 de março de 2022 é de R\$29.989 (R\$28.426 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente a EDP São Paulo aguarda julgamento do recurso.

EDP Espírito Santo

A controlada é parte em causas referente a pedidos de responsabilidade civil por eletroplessão, onde ocorreu acidentes provocados pela exposição acidental a carga elétrica. O montante estimado em 31 de março de 2022 é de R\$ 15.638 (R\$ 14.863 em 31 de dezembro de 2021). Aguarda-se julgamento dos processos.

Processos relacionados a desapropriação e constituição de servidão administrativa para a construção de empreendimentos no Estado. Na grande maioria dos processos discute-se apenas o valor indenizatório decorrente da desapropriação e permanecem aguardando julgamento ou decisão final. O montante estimado em 31 de março de 2022 é de R\$ 19.989 (R\$ 18.771 em 31 de dezembro de 2021).

Investco

A Investco possui provisionado em 31 de março de 2022 o montante de R\$16.109 (R\$15.281 em 31 de dezembro de 2021) que refere-se:

(i) Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco, cujo montante provisionado em 31 de março de 2022 é de R\$2.607 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de março de 2022 é de R\$13.503 (R\$12.807 em 31 de dezembro de 2021). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.138 e estão registrados no Imobilizado em curso - Outros (Nota 23).

EDP Transmissão Aliança

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos à indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 31 de março de 2022 é de R\$ 26.560 (R\$ 25.500 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Transmissão SP-MG

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 31 de março de 2022 é de R\$ 43.713 (R\$ 41.533 em 31 de dezembro de 2021).

29.1.1.3 Fiscais

Enerpeixe

Referem-se a processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 31 de março de 2022 é de R\$2.173 (R\$2.140 em 31 de dezembro de 2021). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

EDP São Paulo

Em 31 de março de 2022, o valor total da contingência é de R\$10.866 (R\$10.730 em 31 de dezembro de 2021), em razão da reavaliação de provas do processo judicial, no qual discute-se o direito aos créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica". Foi efetuada a provisão parcial do valor total da contingência, e a segregação da classificação de risco. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

Mandado de Segurança em face da Receita Federal, objetivando o afastamento da base de cálculo da COFINS prevista pela Lei nº 9.718/98. Em 2009 foi feita adesão ao REFIS, para liquidação parcial dos débitos (1999), mantendo a discussão dos demais temas relativos aos períodos de 2000 e 2001, entretanto, a EDP São Paulo obteve decisão parcialmente favorável, restando devido a União o valor relativo a discussão da majoração da alíquota no montante de R\$6.538 em 31 de março de 2022 (R\$ 6.486 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda decisão sobre a conversão parcial do depósito em favor da União, para quitação dos débitos.

EDP Espírito Santo

Refere-se a ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, ocasionando o provisionamento da contingência no valor de R\$27.774, já atualizados, em 31 de março de 2022 (R\$27.560 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou recurso e aguarda julgamento.

Processo judicial entre a Companhia e a Receita Federal, o qual discute, dentre demais assuntos, a multa aplicada pela entrega em atraso da DCTF relativo ao primeiro trimestre de 2003. O valor em 31 de março de 2022 é de R\$2.934 (R\$2.905 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, o processo aguarda o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

29.1.1.4 Regulatórios

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pelas controladas de distribuição.

29.1.1.5 Outros

Porto do Pecém

Como consequência da combinação de negócios relativa à aquisição da Porto do Pecém, é considerado em 31 de março 2022 o montante de R\$21.745 (R\$21.745 em 31 de dezembro de 2021) resultante de processo judicial, o qual a Porto do Pecém é litisconsorte, promovido por prestador de serviços na construção da usina que questiona suposto descumprimento contratual. Atualmente aguarda-se início da fase de produção de provas.

29.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Saldo em		Ativo		Saldo em		Ativo	
		31/03/2022	31/12/2021	Depósito Judicial	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Depósito Judicial	31/12/2021
Trabalhistas	29.1.2.1	1.408	1.540	32	54	110.811	111.988	5.934	6.104
Cíveis	29.1.2.2	140.985	107.153	986	307	1.400.758	1.341.280	15.698	14.991
Fiscais	29.1.2.3	47.348	46.885	1.013	995	2.173.043	2.132.095	105.592	131.504
Regulatórios	29.1.2.4					12.298	12.298	552	552
Total		189.741	155.578	2.031	1.356	3.696.910	3.597.661	127.776	153.151

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$658.421 em 31 de março de 2022 (R\$725.666 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$669.171 em 31 de março de 2022 (R\$736.225 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

29.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Porto do Pecém e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

29.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

- Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A., Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A.. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de março de 2021 é de R\$63.963 (R\$60.630 em 31 de dezembro de 2021).

Investco

- Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 29.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de março de 2022 de R\$115.029 (R\$109.146 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

- Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de março de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$112.820 (R\$106.941 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$253.521 (R\$240.310 em 31 de dezembro de 2021).

- Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADÉE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de março de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$21.058 (R\$19.960 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$23.349 (R\$22.132 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Enerpeixe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de março de 2022 é de R\$30.797 (R\$29.192 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo

• Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce – CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela Companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da Companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A Companhia Vale do Rio Doce então interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de março de 2022 é de R\$24.704 (R\$23.416 em 31 de dezembro de 2021).

• Ação de indenização nº 0000526-91.2003.8.08.0024, ora em fase de cumprimento de sentença, em trâmite perante a 6ª Vara Cível da Comarca de Vitória/ES, na qual pretendeu a Transalfa a condenação da EDP Espírito Santo ao pagamento (i) dos valores constantes nos contratos para cada viagem contratada e não fornecida pela concessionária e, (ii) lucros cessantes, devidos em razão da rescisão unilateral imotivada do contrato, em quantia a ser arbitrada pelo Juízo. Iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Transalfa em 10 de fevereiro de 2014, o qual se encontra em fase pericial. O Valor estimado em 31 de março de 2022 é de R\$22.542 (R\$21.367 em 31 de dezembro de 2021).

EDP São Paulo

• Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,5 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 31 de março de 2022 é de R\$102.963 (R\$97.598 em 31 de dezembro de 2021).

• Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretendeu a EDP São Paulo a anulação dos autos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §3º e §4º, da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correlatas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos autos de infração mencionados na inicial e do julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Irresignados a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra arrazoados. Ato contínuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advocatícios.

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram inadmitidos, razão pela qual interpussemos os competentes Agravos de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguem conclusos com o Ministro Relator para julgamento. O valor estimado em 31 de março de 2022 é de R\$93.096 (R\$88.245 em 31 de dezembro de 2021).

Porto do Pecém

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de março de 2022 a ação possui o valor estimado total de R\$153.692 (R\$145.684 em 31 de dezembro de 2021). No decorrer de 2020 houve a revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

29.1.2.3

Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de março de 2022 o valor de R\$23.202 (R\$23.007 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 31 de março de 2022 de R\$35.950 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021) para a EDP São Paulo e R\$145.531 para a EDP Espírito Santo (R\$143.55 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguardam o julgamento.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

EDP São Paulo

- Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de março de 2022 é de R\$119.362 (R\$116.957 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente em fase de elaboração das defesas.
- Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de março de 2022 de R\$126.568 (R\$125.000 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e creditamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2021 houve nova adição de auto de infração, objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de credimento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$163.116 em 31 de março de 2022 (R\$160.730 em 31 de dezembro de 2021). A controlada apresentou as defesas e aguarda o julgamento.
- Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$28.980 em 31 de março de 2022 (R\$28.867 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo aguarda o julgamento da ação judicial.
- Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de março de 2022 de R\$40.259 (R\$39.957 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de março de 2022 de R\$108.102 (R\$107.314 em 31 de dezembro de 2021), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A redução do valor se deu em razão do êxito obtido em um dos processos administrativos, cancelando a cobrança do débito. A EDP São Paulo apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.
- Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de março de 2022 é de R\$77.777 (R\$77.408 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.
- Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor da contingência em 31 de março de 2022 é de R\$156.564 (R\$102.378 em 31 de dezembro de 2021). No primeiro trimestre de 2022 houve um aumento expressivo no valor da contingência, em razão da alteração de risco para possível de um dos processos, que discute taxa de fiscalização de obras. A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 31 de março de 2022 de R\$13.657 (R\$13.415 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior nos períodos de 2015 e 2016, envolvendo o montante em 31 de março de 2022 de R\$16.905 (R\$16.550 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$35.950 em 31 de março de 2022 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021). A EDP São Paulo aguarda o julgamento.

EDP Espírito Santo

- Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de março de 2022 é de R\$187.264 (R\$184.042 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a EDP Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de março de 2022 importam em R\$8.738 (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2021) e atualmente aguardam decisão administrativa.
- Diversas Prefeituras: A EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de março de 2022 totalizam o montante de R\$117.706 (R\$116.642 em 31 de dezembro de 2021). Deste montante, destaca-se o valor de R\$95.847 (R\$94.843 em 31 de dezembro de 2021) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de março de 2022 o valor de R\$103.276 (R\$111.235 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$145.531 em 31 de março de 2022 (R\$143.550 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo aguarda o julgamento.
- Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado em 31 de março de 2022 é de R\$4.220 (R\$4.171 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Adicionalmente, o saldo apresentado em Depósito Judicial em 31 de março de 2021 deve-se, principalmente, ao processo nº 2009.50.01.010131-6, no valor de R\$58.474 (R\$57.291 em 31 de dezembro de 2021), referente à execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

EDP Trading

- Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de março de 2022 é de R\$14.608 (R\$14.494 em 31 de dezembro de 2021). A EDP Trading apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$24.804 em 31 de março de 2022 (R\$24.294 em 31 de dezembro de 2021).

Lajeado

- Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de março de 2022 é de R\$147.132 (R\$145.323 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, aguarda-se o julgamento da cobrança da multa majorada na esfera administrativa e na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).

- Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31 de março de 2022 de R\$8.028 (R\$7.894 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Enerpeixe

- Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de março de 2022 o valor de R\$156.447 (R\$151.173 em 31 de dezembro de 2021). O acréscimo no valor é devido ao ingresso de novos casos. A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

- Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de março de 2022 é de R\$62.029 (R\$60.886 em 31 de dezembro de 2021). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

- Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 31 de março de 2022 é de R\$5.102 (R\$5.003 em 31 de dezembro de 2021). A Enerpeixe apresentou defesa e aguarda julgamento.

Porto do Pecém

Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 31 de março de 2022 de R\$94.889 (R\$93.708 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. Aguardando o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

29.1.2.4 Regulatórias

EDP Espírito Santo

Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo encontra-se judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito.

29.1.3

Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 31 de março de 2022 na Controladora é de R\$23 (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2021) e nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Enerpeixe, Porto do Pecém, Lajeado, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Smart Serviços, Investco e EDP Goiás é de R\$76.546 (R\$60.032 em 31 de dezembro de 2021).

29.2

Licenças Ambientais

O montante em 31 de março de 2022 no Circulante e Não circulante de R\$85.192 (R\$77.188 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, UTE e LT, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. As controladas efetuaram alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado. As controladas realizaram o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto as taxas compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação dos empreendimentos, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulatórios, além de permitirem ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

A Companhia mantém compromisso e processos de melhoria contínua no que diz respeito às questões ambientais, buscando excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações, estando alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. A EDP mantém, ainda, metas nos horizontes 2022 e 2025 com relação direta com 9 dos 17 ODS, incluindo objetivos diretamente ligados a temática ambiental, como o ODS 13 que trata de alterações climáticas e o ODS 15, sobre proteção da vida terrestre. Para fazer a gestão do tema, contamos com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), em linha com a Norma ISO 14.001, com atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio.

A Companhia e suas controladas desenvolvem projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

(i) Água e fluentes: Com foco na preservação e uso eficiente de recursos hídricos, a Companhia e suas controladas contam com sistema de captação de água pluvial nos telhados no prédio administrativo da controlada Porto do Pecém, nos Centros de Serviços da Distribuição (CSD), Poá (SP), Carapina (ES), São Mateus (ES), Linhares (ES), Cachoeiro (ES) e na sede da EDP São Paulo em São José dos Campos. Além disso, a UTE Pecém possui, ainda, o reaproveitamento de parte dos efluentes no processo de produção de energia.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) Resíduos: Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia e suas controladas segregam, armazenam, tratam e descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada, respeitando os requisitos legais aplicáveis. Na controlada Porto do Pecém, são reaproveitadas as cinzas produzidas na geração de energia, enviadas para processamento na indústria cimenteira, diminuindo o montante de resíduos não perigosos enviados para aterro. As distribuidoras utilizam óleo vegetal nos transformadores de distribuição que são adquiridos e reformados, e possuem contrato de recuperação de transformadores que ajudam na redução do consumo de recursos naturais para a fabricação de novos equipamentos, incentivando a economia circular.

(iii) Biodiversidade: A Companhia e suas controladas estabelecem, em sua política ambiental, os compromissos relativos à biodiversidade e serviços ecossistêmicos e à gestão dos impactos de suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. As principais iniciativas desenvolvidas continuamente envolvem o acompanhamento aéreo e fluvial das represas das usinas, monitoramento de fauna e flora das áreas de usina e das faixas de servidão (linhas e redes) em zona rural da distribuição e transmissão. Na Distribuição são realizadas análises durante o planejamento de projetos, a partir de geoprocessamento e visitas em campo, para que seja avaliada a presença de unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação permanente e vegetação nativa nos processos de implantação de linhas. As análises têm como objetivo encontrar alternativas com o menor impacto possível ou soluções para mitigá-los.

(iv) Atualmente a Companhia mantém o Plano Estratégico Climático 2021-2025 (PEC 21-25). Esse plano visa dar maior clareza sobre as ações de mitigação que serão feitas para cumprir as metas climáticas do Grupo, um aprofundamento nos cenários climáticos e estratégicos para gestão dos riscos e oportunidades climáticas e planos de ação para melhoria da performance em índices de sustentabilidade relacionados com o tema. A Companhia possui metas de redução das emissões aprovadas pela ciência (SBTi targets).

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no período foram de R\$54.138 (R\$36.493 em 2021). Deste montante, já haviam sido provisionados e capitalizados nas rubricas de Imobilizado, Intangível e Ativos da concessão o valor de R\$52.203 (R\$7.374 em 2021), relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida do resultado do período, na rubrica de Serviços de terceiros, foram registrados R\$1.956 (R\$29.119 em 2021), relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações e gestão de resíduos.

29.3 Desmantelamento

O montante em 31 de março de 2022 de R\$10.874 (R\$10.671 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à controlada Porto do Pecém. O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 23). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

30 Patrimônio Líquido

30.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.502.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

Acionista	31/03/2022		31/12/2021		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	183.141.323	31,51	180.209.523	31,01	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	24,53	142.584.671	24,53	Sim
Conselheiros e Diretores	140.572	0,02	165.005	0,03	
Ações em tesouraria (2)	9.270.518	1,60	4.435.100	0,76	
Ações em circulação	246.028.184	42,33	253.770.969	43,67	
Total	581.165.268	100,00	581.165.268	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

30.2 Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução no patrimônio líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital.

Em 28 de agosto de 2020 a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, nesta data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão. O objetivo da recompra foi adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Em RCA realizada em 25 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de ações atualmente mantidas em tesouraria e o lançamento de novo programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão.

Companhia cancelou o total de 25.685.126 ações ordinárias de sua emissão mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em decorrência do Cancelamento de Ações, o capital social da Companhia, de R\$ 5.502.715.947,12, passou a ser dividido em 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mantendo-se em tesouraria a quantidade de 200.000 ações ordinárias.

De modo maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia, e capturar o potencial de valorização das ações da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a realização de um novo Programa de Recompra. Serão adquiridas no âmbito do Programa de Recompra até 23.558.500 ações ordinárias de emissão da Companhia, tendo em vista o limite de manutenção de ações em tesouraria disposto no artigo 8º da ICVM 567/15, qual seja, de 10% das ações de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Programa de Recompra terá o objetivo de adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

A Administração entende que esta deliberação faz parte do processo contínuo da Companhia em maximizar valor aos seus acionistas e que sua situação financeira atual é compatível com a possível execução do Programa de Recompra nas condições aprovadas, não sendo vislumbrado nenhum impacto ao cumprimento das obrigações assumidas aos credores e demais compromissos. Ainda em 25 de outubro de 2021 a Companhia divulgou ao mercado as características do Programa de Recompra de Ações:

Prazo da realização das operações	Máximo de ações que poderão ser recompradas	Quantidade recomprada de ações	Preço médio de aquisição	Recursos disponíveis		Instituições financeiras intermediárias
				Reservas de Lucros ou capital da Companhia, com exceção das reservas descritas no parágrafo primeiro do artigo 7º da Instrução CVM nº 567/15.		
18 meses após a realização da RCA	23.558.500	9.270.518	20,43			BTG Pactual CTVM S.A.; Itaú; Santander CCVM S.A.; Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.; e XP Investimentos CCTVM S/A

30.3 Participações de não controladores

O saldo em 31 de março de 2022 de R\$1.171.655 (R\$1.142.615 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 18.4).

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de março de 2022 é composta por: (i) R\$491.556 correspondente à Lajeado; (ii) R\$381.028 correspondente à Investco; (iii) R\$264.979 correspondente à Enerpeixe; (iv) R\$34.025 correspondente à EDP Transmissão Aliança; e (v) R\$67 correspondente à EDP Goiás.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	EDP Transmissão					Total
	Investco	Enerpeixe	Lajeado	Aliança	EDP Goiás	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	32.316	57.494	(20.213)	6.614	31.486	107.697
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(92)	(754)	(2)	(9.564)	192.362	181.950
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(64)	(13.880)	(24)	89	(38.974)	(52.853)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	32.160	42.860	(20.239)	(2.861)	184.874	236.794

31 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

• **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.

• **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

• **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 32).

• **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Geração

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Transmissão

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de março de 2022 está entre -23,72% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do período da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de março de 2022 equivalem a 5,00% a 218,00%.

Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de *mark up* para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5% a 13,65% a.a para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do período em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

Comercialização

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro, são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 15).

Clientes

• Vendas à vista e vendas financiadas

A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.

• Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada

As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

• Arrendamentos financeiros e operacionais

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do período no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado						
		R\$		Períodos de 3 meses findos em 31 de março				R\$		
		2022	2021	Nº de consumidores		MWh		2022	2021	
Fornecimento	7.2									
Residencial				3.173.844	3.094.794	1.804.505	1.748.982	940.226	634.374	
Industrial				16.453	22.936	313.945	356.927	150.751	97.159	
Comercial				275.657	268.942	814.223	765.951	387.383	247.316	
Rural				200.844	200.621	227.193	249.110	73.062	55.633	
Poder público				21.591	20.920	148.619	130.413	75.680	39.033	
Iluminação pública				3.888	4.094	161.485	163.769	54.331	22.765	
Serviço público				3.271	3.222	112.987	117.564	56.434	29.630	
Consumo próprio				382	382	3.579	3.562			
				-	-	-	-	-	-	
				3.695.930	3.615.911	3.586.535	3.536.278	1.737.867	1.125.910	
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado										
Consumidores cativos										
Residencial								841.622	663.577	
Industrial								111.589	75.153	
Comercial								369.151	256.376	
Rural								89.205	67.105	
Poder público								57.194	32.436	
Iluminação pública								51.429	23.818	
Serviço público								37.416	20.383	
Consumidores livres				1.711	1.480	3.123.338	3.055.903	560.607	540.933	
				-	-	-	-	2.118.213	1.679.781	
Não faturado	31.1									
Fornecimento								36.747	94.370	
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição								36.336	59.647	
								-	-	
								73.083	154.017	
Resultados de ativos financeiros setoriais	8									
CVA								(121.202)	69.459	
Itens financeiros - RTE								(463.879)	(14.803)	
Itens financeiros - Outros								131.005	2.681	
PIS/COFINS								108.798	39.616	
								-	-	
								(345.278)	96.953	
Suprimento - Faturado						3.471.383	2.999.714	574.603	595.516	
Energia de curto prazo	31.2					310.414	243.900	38.641	145.866	
Comercialização	31.3							833.172	604.751	
Receita de construção	21							424.892	568.624	
Remuneração dos Ativos da concessão	21							160.767	118.627	
Atualização do ativo financeiro indenizável	20							119.382	73.013	
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	31.4							28.296	(16.368)	
Serviços cobráveis								4.808	7.776	
Subvenções vinculadas ao serviço concedido								160.864	129.126	
Arrendamentos e aluguéis								47.717	39.907	
Compromissos futuros	15							25.019	66.149	
Outras receitas operacionais		1.711	744					36.980	31.063	
Receita operacional bruta		1.711	744	3.697.641	3.617.391	10.491.671	9.835.795	6.039.026	5.420.711	
(-) Deduções à receita operacional										
Tributos sobre a receita										
ICMS								(909.917)	(684.631)	
PIS/COFINS		(97)	(6)					(444.030)	(367.069)	
ISS		(51)	(3)					(668)	(588)	
								-	-	
								(1.354.615)	(1.052.288)	
Encargos do consumidor										
P&D								(31.071)	(24.052)	
CDE								(488.494)	(305.243)	
RGR								(937)	(1.087)	
PROINFA - Consumidores Livres								(34.437)	(18.468)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH								(11.829)	(9.065)	
Outros encargos								(6.532)	(4.289)	
								-	-	
								(573.300)	(362.204)	
								-	-	
								(1.927.915)	(1.414.492)	
Receita		1.563	735	3.697.641	3.617.391	10.491.671	9.835.795	4.111.111	4.006.219	

31.1 Fornecimento não faturado

A variação observada na rubrica em relação ao mesmo período em 2021 ocorreu devido a aplicação da Resolução ANEEL nº 863/2019, a partir de janeiro do mesmo ano, que alterou o ciclo de faturamento das distribuidoras energia, onde os consumidores do grupo A, Livres e avançados incluindo o grupo B4 de iluminação pública, passaram a serem medidos no período do mês civil e toda a energia medida passou a ser contabilizada como não faturada, e reconhecida como energia faturada no mês seguinte. Com a aplicação da citada REN em janeiro de 2021, o saldo de energia não faturada no primeiro trimestre do ano anterior ainda incluía o ciclo não faturado do mês de dezembro de 2020, o que causou uma distorção no comparativo com período atual. Adicionalmente, o aumento também ocorre devido ao impacto do último reajuste tarifário com aumento da parcela B, conforme nota 7.2.

31.2 Energia de curto prazo

A redução de R\$107.225 observada na rubrica de energia de curto prazo é decorrente substancialmente:

- redução de R\$15.142 na controlada EDP São Paulo, refere-se às transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada na Companhia, os quais foram impactados pelo redução da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits – MCSD.
- redução de R\$66.040 na controlada Porto do Pecém, ocorreu pois no período de 2021 foram realizadas operações de recomposição de lastro (energia comprada para liquidação no curto prazo, com finalidade de suprir o consumo interno) maior do que no período de 2022. Em 2022 foi operacionalizado o montante de 90MWh, enquanto no mesmo período de 2021 o montante foi de 256MWh.
- redução de R\$35.351 na controlada EDP Trading, ocorreu devido diminuição do PLD médio em vista da melhora no cenário hidrológico do país.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31.3 Comercialização

O aumento ocorrido nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, é reflexo da melhora do cenário hidrológico no período de 2022 quando comparado ao mesmo período do ano anterior, ocorrido pela retomada e avanço operacional no país, considerando também a diminuição da volatilidade dos preços do mercado.

31.4 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O montante de R\$28.296 observado na rubrica de Receita de Operação e Manutenção O&M refere-se às transmissoras EDP Transmissão Litoral Sul, no montante de R\$4.520; à EDP Transmissão Aliança, no montante de R\$7.635; e à EDP Transmissão SP-MG no montante de R\$6.060. As três controladas de transmissão entraram em operação parcial em 19 de maio de 2021, 14 de junho de 2021 e 27 de janeiro de 2022 (Nota 4.6), respectivamente. Adicionalmente, com a aquisição da EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.3) houve um reconhecimento de receitas de O&M no montante total de R\$10.081 no período analisado.

32 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		Controladora							
		Períodos de 3 meses findos em 31 de março							
		2022			2021				
		Despesas Operacionais			Despesas Operacionais				
		Gerais e administrativas		Total	Gerais e administrativas		Total		
Nota			Outras			Outras			
	Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.3	15.938	15.938	13.202		13.202		
	Material		49	49	559		559		
	Serviços de terceiros		5.935	5.935	7.136		7.136		
	Depreciação - Imobilizado em serviço		1.003	1.003	669		669		
	Depreciação - Ativos de direito de uso		623	623	487		487		
	Amortização		2.603	2.603	2.980		2.980		
	Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					270	270		
	Arrendamentos e aluguéis		(1.251)	(1.251)	569		569		
	Outras		148	1.629	1.777	2.809	2.809		
	Total		25.048	1.629	26.677	28.411	28.681		
		Consolidado							
		Períodos de 3 meses findos em 31 de março							
		2022							
		Custos			Despesas operacionais				
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Nota									
	Não gerenciáveis								
	Energia elétrica comprada para revenda	32.1	1.719.619						1.719.619
	Encargos de uso da rede elétrica		306.876						306.876
	Custo da matéria prima consumida	32.2		6.553					6.553
			2.026.495	6.553	-	-	-	-	2.033.048
	Gerenciáveis								
	Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.3			101.989	1.444		47.253	150.686
	Material				12.927	1.685		1.485	16.097
	Serviços de terceiros				69.178	2.219		43.205	114.602
	Depreciação - Imobilizado em serviço				70.982			6.951	77.933
	Depreciação - Ativos de direito de uso				437			2.794	3.231
	Amortização				67.490			21.097	88.587
	PECLD / perdas líquidas						42.489		42.489
	Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							11.287	11.287
	Arrendamentos e aluguéis				1.151	57		684	1.892
	Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							26.898	26.898
	Custo com construção da infraestrutura	21				419.688			419.688
	Outras		1.300		9.651	544		14.884	27.880
			1.300	-	333.805	425.637	42.489	138.353	39.686
	Total		2.027.795	6.553	333.805	425.637	42.489	138.353	39.686
									3.014.318

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado								
		Períodos de 3 meses findos em 31 de março								
		2021								
		Custos			Despesas operacionais					
Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total		
Não gerenciáveis										
	Energia elétrica comprada para revenda	32.1	1.663.393					1.663.393		
	Encargos de uso da rede elétrica		323.017					323.017		
	Custo da matéria prima consumida	32.2		141.562				141.562		
	Prêmio de risco - GSF		(23.296)					(23.296)		
	Compromissos futuros		13.426					13.426		
			1.976.540	141.562	-	-	-	2.118.102		
Gerenciáveis										
	Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	32.3		87.694	1.264	41.633		130.591		
	Material			11.374	3.138	957		15.469		
	Serviços de terceiros			62.856	612	52.434		115.902		
	Depreciação - Imobilizado em serviço			70.083		13.291		83.374		
	Depreciação - Ativos de direito de uso					5.432		5.432		
	Amortização			64.218		15.633		79.851		
	PECLD / perdas líquidas					24.931		24.931		
	Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						14.500	14.500		
	Arrendamentos e aluguéis			(797)	(1)	483		(315)		
	Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						9.884	9.884		
	Custo com construção da infraestrutura	21			500.771			500.771		
	Outras		1.782	9.212	33	16.762	(56)	27.733		
	Total		1.978.322	141.562	304.640	505.817	24.931	146.625	24.328	3.126.225

32.1 Energia elétrica comprada para revenda

		Consolidado		
		Períodos de 3 meses findos em 31 de março		
Nota	2022	2021		
	Contratos de compra de energia por disponibilidade	32.1.1	191.455	218.732
	Contratos de compra de energia por quantidade	32.1.2	202.545	157.243
	PROINFA		44.465	30.914
	Contratos de compra de energia por cotas	32.1.1	140.998	177.245
	Energia de curto prazo	32.1.3	32.870	62.082
	Energia de Itaipu Binacional	32.1.4	221.216	301.768
	Encargo de Energia de Reserva - EER	32.1.5	47.278	1.226
	Encargos de Serviço do Sistema - ESS		162.095	168.937
	Contratos de comercialização de energia	32.1.6	779.528	657.786
	Outros	32.1.7	66.607	(3.307)
	(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		97	(5.856)
	(-) Créditos de PIS/COFINS		(169.535)	(153.055)
			1.719.619	1.613.715

32.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade e por cotas

A variação dos valores de compra de energia por disponibilidade e por cotas refere-se substancialmente as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e deve-se as condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas no período, consequentemente acarretando na redução expressiva da geração termoeletrica.

32.1.2 Contratos de compra de energia por quantidade

O aumento do montante da rubrica de Compra de energia por quantidade no período refere-se as controladas de distribuição e deve-se aos reajustes de preços dos CCEAR e Contratos Bilaterais Regulados - CBR, realizados pela taxa IPCA que acumulada em 2022 é de 3,17%, enquanto no mesmo período de 2021 foi de 2,04%.

32.1.3 Energia de curto prazo

A redução de R\$29.212 observada na rubrica de energia de curto prazo decorre substancialmente:

- redução de R\$14.906 da controlada EDP São Paulo, devido a exposição associada à contratação regulada, provocando exposições financeiras em relação à diferença entre os PLDs dos submercados envolvidos, sendo no período de 2022 PLD médio de R\$ 58,10/MWh (Submercado SE/CO), quando no mesmo período de 2021, para o mesmo submercado, alcançou a média de R\$279,61/MWh;
- redução de R\$18.759 da controlada Lajeado, devido ao maior desvio no GSF médio no período de 2022, além do impacto da redução do PLD médio em 2022 de R\$ 58,10/MWh (Submercado SE/CO), quando no mesmo período de 2021, para o mesmo submercado, alcançou a média de R\$279,61/MWh.

32.1.4 Energia de Itaipu Binacional

A redução decorre substancialmente das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, pois houve uma diminuição dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica referentes a Itaipu quando comparado ao mesmo período de 2021.

32.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER

O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. No período de 2022, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à Conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas de distribuição.

32.1.6 Contratos de comercialização de energia

A variação da rubrica refere-se as controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, as quais tiveram aumento dos contratos de comercialização de energia, motivado pelo aumento dos montantes de energia negociados (em MWh) em razão do avanço das operações das controladas (Nota 31.3).

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32.1.7 Outros

O aumento do saldo observado na rubrica refere-se as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo e decorrem, principalmente, da Cobrança dos valores da Redução Voluntária de Consumo, conforme DSP ANEEL nº 397/22 (Nota 16.1.1).

32.2 Custo da matéria prima consumida

A diminuição na rubrica refere-se substancialmente a controlada Porto do Pecém, que deixou de ser despachada pela ONS ao final de 2021 que assim permanece no período de 2022. Adicionalmente, houve a reversão de R\$3.427 da provisão de perda estimada na realização dos estoques da controlada Porto do Pecém (Notas 4.9 e 12.1).

32.3 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	2022	2021	2022	2021
Pessoal				
Remuneração	6.256	4.895	68.271	58.979
Encargos	2.062	1.797	24.224	21.296
Previdência privada - Corrente	64	266	1.959	3.429
Despesas rescisórias	274	34	4.625	4.413
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.244	1.048	12.072	10.479
Outros benefícios - Corrente	1.947	1.815	28.719	22.336
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(23)		433	623
(-) Créditos de tributos recuperáveis			326	
Outros	204	9	1.544	848
	<u>12.028</u>	<u>9.864</u>	<u>142.173</u>	<u>122.403</u>
Administradores				
Honorários e encargos	2.926	2.690	7.354	6.982
Benefícios dos administradores	984	648	1.159	1.206
	<u>3.910</u>	<u>3.338</u>	<u>8.513</u>	<u>8.188</u>
	<u>15.938</u>	<u>13.202</u>	<u>150.686</u>	<u>130.591</u>

33 Resultado financeiro

Nota	Controladora		Consolidado	
	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras e cauções	5 e 6	15.705	3.566	68.091
Energia vendida			49.483	55.094
Energia comprada			922	
Depósitos judiciais		116	44	1.619
Contratos de mútuo	11	7.614	2.479	3
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8		2.602	1.256
Juros e multa sobre tributos	9	606	25.941	6.267
Remuneração das ações preferenciais		1.136	548	
Arrendamentos e aluguéis	16.6			2
Outros juros e variações monetárias			1.472	
Operações de swap e hedge	26.2 e 27.2		6.449	38.441
Variações em moeda estrangeira		9.228	11.044	
Ajustes a valor presente	7.5		239	248
(-) Juros capitalizados	21		(87)	(31.262)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(6.469)	(283)	(13.284)
Outras receitas financeiras		764	2.282	1.378
		<u>27.936</u>	<u>7.118</u>	<u>156.773</u>
			<u>83.404</u>	

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	27.2	(2.580)	(498)	(84.114)	(62.411)
Debêntures	26.2	(8.484)	(20.140)	(278.755)	(164.571)
Variações em moeda estrangeira	36.1.2				(29.545)
Operações de swap e hedge	26.2 e 27.2			(29.094)	
Ajustes a valor presente				(729)	(1.272)
(-) Juros capitalizados	21			3.581	133.343
Juros e variações monetárias					
Energia comprada					(5)
Juros e multa sobre tributos	9	(192)	(50)	(11.549)	(1.676)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8			(9.454)	(4.612)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	29.1.1	263	(585)	(25.171)	(21.854)
Uso do bem público				(32.574)	(39.456)
Generation Scaling Factor - GSF					(52.408)
Benefícios pós-emprego	28.1.1 e 28.2.1			(20.184)	(16.421)
Arrendamentos e alugueis	16.6	(419)	(11)	(3.036)	(3.712)
Energia Livre				(2.106)	(2.693)
Outros juros e variações monetárias				(3.259)	(6.959)
Variações em moeda estrangeira			(4.219)		(11.023)
Operações de swap e hedge				(597)	
Ajustes a valor presente				(774)	(420)
(-) Juros capitalizados					784
Outras despesas financeiras		(592)		(7.342)	(8.475)
		(12.004)	(25.503)	(505.157)	(293.386)
Total		15.932	(18.385)	(348.384)	(209.982)

34 Imposto de renda e contribuição social

Nas controladas EDP Smart Soluções, EDP Smart Energia, UFV SP V Equipamentos, Mata Grande Transmissora e EDP Transmissão Litoral Sul o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado referem-se ao regime de tributação de lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente.

Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido. Em 2022, houve alteração do regime de apuração de Lucro Real anual para trimestral nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo (Nota 4.7).

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	536.660	495.221	788.756	738.362
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(182.464)	(168.375)	(268.176)	(251.044)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações			(124)	(317)
Perdas indedutíveis	(9)	(3)	(9)	(3)
Resultados de equivalência patrimonial	185.429	184.704	13.580	23.239
Juros sobre o capital próprio	(19.475)		(3.495)	
Juros sobre as ações preferenciais			(664)	
Outras	(215)	(273)	(619)	(714)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	2.866	(15.492)	1.115	(17.464)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	34.1		677	28.895
Ajuste lucro presumido			(1.730)	(19.095)
SUDAM / SUDENE			28.315	21.455
Outras	6		2.485	1.988
Despesa de IRPJ e CSLL	(13.862)	561	(228.645)	(213.060)
Alíquota efetiva	2,58%	0,11%	28,99%	28,86%

34.1 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

A redução na rubrica em relação ao período anterior refere-se às anteriormente controladas de transmissão Horizon Transmissão ES (Nota 17.1), Horizon Transmissão MA I (Nota 17.1) e Horizon Transmissão MA II (Nota 17.1), que foram alienadas no final do exercício de 2021, e que figuravam nos montantes do período findo em 31 de março de 2021 devido a alteração em seu regime de tributação para o lucro presumido.

35 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação.

A Companhia instituiu Plano de Remuneração Baseado em Ações, plano este que concede outorga futura de ações da Companhia aos seus beneficiários. Assim, para o cálculo do resultado por ação diluído, foram considerados os valores estimados destas outorgas na data de encerramento destas informações contábeis intermediárias.

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Resultado básico		
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	522.798	495.782
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) (*)	574.485	594.111
Resultado básico por ações (reais/ação)	0,91003	0,83449
Resultado diluído		
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	522.798	495.782
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do período disponível para as ações considerando o potencial incremento das ações ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção	(2.769)	(2.437)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ajustado	520.029	493.345
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) (*)	574.485	594.111
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	1.137	1.085
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores ajustado (mil) (*)	575.622	595.196
Resultado diluído por ações (reais/ação)	0,90342	0,82888

(*) O número de ações ordinárias não contempla as ações em tesouraria.

36 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

36.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

36.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Níveis	Controladora			
		Valor justo		Valor contábil	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	5				
Aplicações financeiras	Nível 2	491.380	930.122	491.380	930.122
Obrigatórios					
Derivativos	Nível 2	17.174		17.174	
		508.554	930.122	508.554	930.122
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5				
Bancos conta movimento	Nível 2	3.506	2.581	3.506	2.581
Títulos a receber	Nível 2	29.280	28.145	29.280	28.145
Empréstimos a receber	11	318.633	310.738	318.633	310.738
Cauções	13	392	392	392	392
Outros créditos - Partes relacionadas	11	28.980	19.850	28.980	19.850
		380.791	361.706	380.791	361.706
		889.345	1.291.828	889.345	1.291.828
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos	Nível 2	17.174		17.174	
Custo amortizado					
Fornecedores	25	17.213	50.834	17.213	50.834
Debêntures	26	245.335	237.212	245.113	236.629
Empréstimos e financiamentos					
Contratos de mútuo	Nível 2	107.885	105.305	107.885	105.305
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	53.584	52.728	53.584	52.728
Arrendamentos e aluguéis	16.6	14.118	8.156	14.433	8.154
		455.309	454.235	455.402	453.650

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Níveis	Consolidado			
			Valor justo		Valor contábil	
			31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	2.460.442	2.568.528	2.460.442	2.568.528
Ativo financeiro indenizável	20	Nível 2	4.772.345	4.362.393	4.772.345	4.362.393
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	175.881	11.722	175.881	11.722
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	1.032.901	868.261	1.032.901	868.261
Derivativos		Nível 2	17.175	3.227	17.175	3.227
			<u>8.458.744</u>	<u>7.814.131</u>	<u>8.458.744</u>	<u>7.814.131</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	5	Nível 2	85.277	130.962	85.277	130.962
Contas a receber	7	Nível 2	3.046.139	2.960.267	3.046.139	2.960.267
Rendas a receber		Nível 2	5.217	2.927	5.217	2.927
Empréstimos a receber	11	Nível 2	12.348	12.713	12.348	12.713
Cauções	13	Nível 2	29.916	16.295	29.916	16.295
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	2.500	2.500	2.500	2.500
Ativos financeiros setoriais	8	Nível 2	1.016.718	1.429.437	1.016.718	1.429.437
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	12.182	10.842	12.182	10.842
			<u>4.210.297</u>	<u>4.565.943</u>	<u>4.210.297</u>	<u>4.565.943</u>
			<u>12.669.041</u>	<u>12.380.074</u>	<u>12.669.041</u>	<u>12.380.074</u>
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda estrangeira		Nível 2	1.156.475	192.641	1.157.024	192.641
Derivativos		Nível 2	268.461		268.461	
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	605.264	215.642	605.264	215.642
Debêntures		Nível 2	1.254.683	1.228.288	1.254.683	1.228.288
Derivativos		Nível 2	(22.789)	18.313	(22.789)	18.313
Mantidos para negociação						
Derivativos		Nível 2	146.312		146.312	
			<u>3.408.406</u>	<u>1.654.884</u>	<u>3.408.955</u>	<u>1.654.884</u>
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	1.409.470	1.960.429	1.409.470	1.960.429
Debêntures	26	Nível 2	7.280.238	6.409.151	7.335.823	6.602.502
Uso do bem público		Nível 2	484.912	464.934	527.663	506.134
Ressarcimento por indisponibilidade		Nível 2	2.933	2.945	2.933	2.945
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda nacional		Nível 2	2.824.563	2.696.841	2.800.253	2.680.489
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	49.233	53.342	48.856	53.342
Arrendamentos e aluguéis	16.6	Nível 2	117.710	110.844	119.170	110.410
Licenças ambientais		Nível 2	85.121	81.236	85.283	81.193
Passivos financeiros setoriais	8	Nível 2	2.062.761	2.123.350	2.062.761	2.123.350
			<u>14.316.941</u>	<u>13.903.072</u>	<u>14.392.212</u>	<u>14.120.794</u>
			<u>17.725.347</u>	<u>15.557.956</u>	<u>17.801.167</u>	<u>15.775.678</u>

36.1.2 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, sendo reavaliado a valor justo na data do balanço. A Controlada não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no período.

Durante o período de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo registrado por meio de seu valor justo no resultado, com a finalidade de proteção cambial sobre investimento em projetos solares em parceria com a EDP Renováveis. Simultaneamente à contratação, a Companhia realizou transferência da operação junto às companhias detentoras dos projetos solares através de contrato específico em condições análogas ao contrato de derivativo (Nota 11).

Em 31 de março de 2022, as operações com derivativos no consolidado referem-se a Controladora e às controladas EDP Smart Serviços, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Mata Grande Transmissora, Porto do Pecém e Santa Leopoldina. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição	Controlada	Contraparte	Vigência	Posição	Controladora							
					31/03/2022	31/03/2022	31/03/2022	3 meses findos em 31 de março 2022				
					Nocional USD/EUR	Nocional R\$	Valor justo	Efeitos no Resultado				
NDF												
Compra	EDP - Energias do Brasil	Itaú	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278	(17.174)	(17.174)				
Venda					79.094	454.278	(17.174)	(17.174)				
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(12.655)	(72.685)	2.748	2.748				
Venda					(12.655)	(72.685)	2.748	2.748				
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(12.655)	(72.685)	2.748	2.748				
Venda					(12.655)	(72.685)	2.748	2.748				
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(12.655)	(72.685)	2.748	2.748				
Venda					(12.655)	(72.685)	2.748	2.748				
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(12.655)	(72.685)	2.748	2.748				
Venda					(12.655)	(72.685)	2.748	2.748				
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(14.237)	(81.770)	3.091	3.091				
Venda					(14.237)	(81.770)	3.091	3.091				
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(14.237)	(81.770)	3.091	3.091				
Venda					(14.237)	(81.770)	3.091	3.091				
							-	-				
							-	-				
					Consolidado							
					31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Períodos de 3 meses findos em 31 de março 2022	2021
Descrição	Controlada	Contraparte	Vigência	Posição	Nocional USD/EUR	Nocional R\$	Valor justo	Efeitos no Resultado				
Swap (Nota 26)												
Ativo	EDP São Paulo	Safra	12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a.		700.000	700.000	740.896	725.195	17.689	14.733	
Passivo				CDI + 1,50% a.a.		(700.000)	(700.000)	(724.466)	(732.207)	(13.505)	(8.874)	
					-	-	-	16.430	(7.012)	4.184	5.859	
Ativo	EDP Espírito Santo	Itaú	12/02/2021 a 15/07/2025	IPCA + 3,26% a.a.		500.000	500.000	522.098	510.680	12.851	16.219	
Passivo				CDI + 1,15% a.a.		(500.000)	(500.000)	(515.739)	(521.981)	(10.586)	(12.534)	
					-	-	-	6.359	(11.301)	2.265	3.685	
				Total Swap Debêntures				22.789	(18.313)	6.449	9.544	
Ativo	EDP Transmissão SP-MG	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo	23/12/2020 a 10/12/2021	USD + 0,95% a.a.							30.351	
Passivo				CDI + 0,45% a.a.							(1.454)	
					-	-	-	-	-	-	28.897	
Ativo	EDP Smart Serviços	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo	07/04/2021 a 12/04/2022	USD + 0,62% a.a.	17.986	17.986		86.114	100.766	62		
Passivo				CDI + 0,79% a.a.			100.000	100.000	(107.222)	(104.723)	(2.561)	
					17.986	17.986	100.000	100.000	(21.108)	(3.957)	(2.499)	-

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição	Controlada	Contraparte	Vigência	Posição	Consolidado							
					31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022		31/12/2021	
					Nocional USD/EUR	Nocional R\$	Valor justo	Efeitos no Resultado	2022	2021		
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	28/10/2021 a 17/12/2021	BRL/USD 5,6717		103		582				
Venda					-	103	-	582	-	-	-	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	03/11/2021 a 30/12/2021	BRL/USD 5,7428		29		166				
Venda					-	29	-	166	-	-	-	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	03/11/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,9978	190	190	1.139	1.139	(217)	(36)		
Venda					190	190	1.139	1.139	(217)	(36)	-	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	15/12/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 6,0186	460	460	2.767	2.767	(510)	(72)		
Venda					460	460	2.767	2.767	(510)	(72)	-	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8100		57		329		(6)		
Venda					-	57	-	329	-	(6)	-	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8600	85	85	497	497	(91)	(9)	(90)	
Venda					85	85	497	497	(91)	(9)	(90)	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,9100	122	122	721	721	(129)	(13)		
Venda					122	122	721	721	(129)	(13)	-	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	27/12/2021 a 29/06/2022	BRL/USD 5,9600	141	141	841	841	(149)	(14)		
Venda					141	141	841	841	(149)	(14)	-	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,8591	29	29	169	169	(31)	(3)		
Venda					29	29	169	169	(31)	(3)	-	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	19/01/2022 a 29/08/2022	BRL/USD 5,8143	1.093		6.356		(888)		(507)	
Venda					1.093	-	6.356	-	(888)	-	(507)	-
Compra	EDP Smart Serviços	Citibank	19/01/2022 a 28/07/2022	BRL/USD 5,7602	133		767		(108)			
Venda					133	-	767	-	(108)	-	-	-
Compra	EDP - Energias do Brasil	Itaú	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094		454.278		(17.174)		(17.174)	
Venda					79.094	-	454.278	-	(17.174)	-	(17.174)	-
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(12.655)		(72.685)		2.748		2.748	
Venda					(12.655)	-	(72.685)	-	2.748	-	2.748	-
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(12.655)		(72.685)		2.748		2.748	
Venda					(12.655)	-	(72.685)	-	2.748	-	2.748	-
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(12.655)		(72.685)		2.748		2.748	
Venda					(12.655)	-	(72.685)	-	2.748	-	2.748	-
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	(12.655)		(72.685)		2.748		2.748	
Venda					(12.655)	-	(72.685)	-	2.748	-	2.748	-

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição	Controlada	Contraparte	Vigência	Posição	Consolidado							
					31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022		31/12/2021	
					Nocional USD/EUR	Nocional R\$	Valor justo	Efeitos no Resultado	2022	2021		
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435								
Venda					(14.237)	(81.770)	3.091	3.091				
					(14.237)	-	(81.770)	-	3.091	-	3.091	
Compra	EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435								
Venda					(14.237)	(81.770)	3.091	3.091				
					(14.237)	-	(81.770)	-	3.091	-	3.091	
Total NDF							(129.427)	308	(597)	(766)		
Total Derivativos							(397.599)	(18.924)	(23.242)	37.675		
Ativo Circulante							17.174					
Passivo Circulante							(201.996)					
Passivo Não Circulante							(212.777)					

Os impactos dos ganhos e perdas no período findo em 31 de março de 2022 foram os seguintes:

	Consolidado			
	Patrimônio líquido		Resultado	
	31/03/2022	31/03/2021	2022	2021
Derivativos com propósito de proteção				
Riscos cambiais	(129.137)	2.213	(597)	766
Riscos de taxas de juros e moeda			(22.645)	38.441
Total	(129.137)	2.213	(23.242)	39.207

36.1.2.1 Contratos de swap

Os contratos de *swap* são utilizados como seguro ou *hedge*, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.

Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina

Em 16 de agosto de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, as controladas Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina contrataram respectivamente instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26).

EDP Smart Serviços

Em 12 de abril de 2021, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

36.1.2.2 Non-Deliverable Forward - NDF

Os contratos de NDFs garantem ao seu comprador/vendedor ou titular o direito de pagar/receber uma determinada moeda/ação/índice/mercadoria a um preço pré-determinado em uma data de vencimento definida.

36.1.2.3 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting

Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

EDP Smart Serviços

Desde de 2020, a controlada adotou metodologia de *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Porto do Pecém

A controlada contratou em 16 de abril de 2021 operações de derivativos no montante de USD10.300, envolvendo venda de NDF de câmbio e de API2(*). Em 6 de janeiro de 2022, realizou novas operações de derivativos no montante de USD24.600.

O objetivo dos derivativos foram de mitigar o risco de descasamento do *pass-through* entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão. A receita variável foi mensurada, dentre outros fatores pelo CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio. A estratégia da Companhia foi reduzir a exposição da variável de câmbio, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador, a valorização do real frente ao dólar diminui o valor do CVU e, por consequência, reduz o valor da Receita Variável. Os prazos e montantes foram alinhados com a previsão de despacho da usina.

36.1.2.4 Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e
- em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido – na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

36.2

Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP – Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui uma área de Gestão de Riscos e Segurança, responsável por gerências Executivas de Riscos e Crise, Cyber Segurança e Segurança do Trabalho, a qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios. As atividades de gestão de risco, Controles Internos, *Compliance* e Auditoria Interna da EDP Brasil seguem o conceito das três linhas de defesa.

A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma de Riscos Corporativos, documentos esses atualizados no exercício de 2021 e aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns a quaisquer tipos de riscos.

O Grupo EDP - Energias do Brasil atualiza anualmente seu Mapa de Riscos atualizado, de forma colegiada pela Liderança e aprovado no Comitê de Auditoria. Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro grupos: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro; (4) Operacional e desdobrados em 50 categorias de risco.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

36.2.1

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 26 e 27, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.

Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas EDP Transmissão MG-SP, Mata Grande Transmissora, Porto do Pecém e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de *swap* e NDF com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.

A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 15). Para o período findo em 31 de março de 2022, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP - Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações.

Esta gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP - Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança (Value at Risk) que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota 36.1 que estão expostos a indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) e adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Controladora						
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	491.380	42.969	3.029	45.998	11.397	22.759	(11.435)	(22.912)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	392	1	1	2	1	1		(1)
Empréstimos a receber	CDI	318.633	28.043	18.069	46.112	12.101	24.441	(11.867)	(23.504)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	810.405	71.013	21.099	92.112	23.499	47.201	(23.302)	(46.417)
Debêntures	IPCA	(245.308)	(11.467)	(3.675)	(15.142)	(15.142)	(1.079)	(2.174)	1.065
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(245.308)	(11.467)	(3.675)	(15.142)	(15.142)	(1.079)	(2.174)	1.065

Operação	Risco	Saldo da exposição	Consolidado							
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.362.996	256.828	3.029	-	259.857	65.986	132.340	(65.732)	(131.205)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	96.420	2.257	-	-	2.257	553	1.102	(557)	(1.119)
Fundos de investimento	CDI	1.026	96	-	-	96	23	47	(24)	(47)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	29.165	2.082	2.590	-	4.672	1.262	2.563	(1.223)	(2.410)
Títulos e valores mobiliários	CDI	178.381	18.946	-	-	18.946	4.687	9.356	(4.706)	(9.432)
Empréstimos a receber	CDI	(12.348)	328	80	-	408	57	115	(57)	(113)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.655.640	280.537	5.699	-	286.236	72.568	145.523	(72.299)	(144.326)
Debêntures	CDI	(2.778.028)	(514.186)	(573.529)	-	(1.087.715)	(234.700)	(473.838)	247.772	491.694
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(50.401)	(77.704)	(49.851)	-	(127.555)	(27.413)	(55.748)	29.632	58.353
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI	(1.009.575)	(127.340)	(91.391)	-	(218.731)	(35.676)	(87.839)	65.400	114.333
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(3.838.004)	(719.230)	(714.771)	-	(1.434.001)	(297.789)	(617.425)	342.804	664.380
Swap - Ponta Passiva - Itaú	CDI	(1.240.207)	(163.512)	(299.176)	-	(462.688)	(96.007)	(192.345)	100.267	200.298
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(1.240.207)	(163.512)	(299.176)	-	(462.688)	(96.007)	(192.345)	100.267	200.298
		(2.422.571)	(602.205)	(1.008.248)	-	(1.610.453)	(321.228)	(664.247)	370.772	720.352
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(121.859)	(52.278)	(59.960)	-	(112.238)	(18.506)	(36.767)	18.758	37.775
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(121.859)	(52.278)	(59.960)	-	(112.238)	(18.506)	(36.767)	18.758	37.775
Compromissos futuros	PLD	1.032.901	562.634	470.268	-	1.032.902	(629.084)	(699.602)	449.718	423.924
Instrumentos financeiros ativos	PLD	1.032.901	562.634	470.268	-	1.032.902	(629.084)	(699.602)	449.718	423.924
Compromissos futuros	PLD	(605.264)	(501.156)	(104.107)	-	(605.263)	593.127	629.621	(417.509)	(357.651)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	(605.264)	(501.156)	(104.107)	-	(605.263)	593.127	629.621	(417.509)	(357.651)
		427.637	61.478	366.161	-	427.639	(35.957)	(69.981)	32.209	66.273
Principal	Dólar	397.873	545.589	-	-	545.589	136.397	272.794	(136.397)	(272.794)
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	397.873	545.589	-	-	545.589	136.397	272.794	(136.397)	(272.794)
Swap - Ponta Ativa - Scotiabank	Dólar	(397.873)	(545.589)	-	-	(545.589)	(136.397)	(272.794)	136.397	272.794
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	(397.873)	(545.589)	-	-	(545.589)	(136.397)	(272.794)	136.397	272.794
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	IPCA	(4.663.872)	(809.970)	(936.639)	(743.568)	(2.490.177)	(338.698)	(711.726)	308.519	590.440
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	(223.162)	(32.184)	650	-	(31.534)	(3.649)	(7.378)	3.570	7.064
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(4.887.034)	(842.154)	(935.989)	(743.568)	(2.521.711)	(342.347)	(719.104)	312.089	597.504
Swap - Ponta Ativa - Safra	IPCA	1.262.994	111.438	202.695	-	314.133	43.883	89.058	(42.627)	(84.034)
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	1.262.994	111.438	202.695	-	314.133	43.883	89.058	(42.627)	(84.034)
		(3.624.040)	(730.716)	(733.294)	(743.568)	(2.207.578)	(298.464)	(630.046)	269.462	513.470

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 12,6% e 7,0% a.a.; TJLP entre 7,1% e 5,4% a.a.; Dólar entre 5,17 e 4,54 reais e IPCA entre 10,9% e 3,6% a.a..

Para a análise de sensibilidade do PLD das controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

36.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 26 e 27.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não prevêem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica nº109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem descontratar energia no mercado regulado. Em 2018 mediante a Resolução Normativa nº 824 de 10 de julho e a Resolução nº 833 de 10 de dezembro do mesmo ano (revogada pela Resolução nº 869 de 28 de janeiro de 2020), foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobra de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais. Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência.

Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2016 em diante.

Conforme mencionado na nota 8.1, em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021–SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária que passará pela avaliação da Diretoria da ANEEL.

A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras.

No período de 2022, a Companhia participou do MVE, em julho e em dezembro de 2021, negociando os montantes de 119,07 MWm ao preço médio de R\$280,45/MWh para controladas EDP Espírito Santo e os montantes de 158 MWm ao preço médio de R\$286,93/MWh para controlada EDP São Paulo.

36.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants* normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 26 e 27. Até 31 de março de 2022 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 37.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

36.2.3 Risco hidrológico

Geração

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% (válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado)) e 94% (válidos para a UHE Mascarenhas (Energest) (Nota 17.2)) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 16.4).

Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

Distribuição

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as controladas de distribuição utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

36.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• Contas a receber

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções, Títulos e Valores Mobiliários

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Classificação da instituição financeira	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
AAA	460.598	806.998	2.366.647	2.293.096
AA	30.782	123.124	92.769	273.728
	491.380	930.122	2.459.416	2.566.824

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

• Ativos da concessão - Transmissão

As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas das controladas de distribuição e incorpora tais ativos nas mesmas. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados às controladas de distribuição os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

• Compromissos Futuros

As controladas EDP Trading e EDP Smart Energia mantêm contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

36.2.5 Riscos regulatórios

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS, etc.). O Grupo EDP – Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia. O Grupo EDP – Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos *stakeholders*.

36.2.6 Riscos ambientais

A EDP - Energias do Brasil atua em todos os segmentos do setor elétrico e reconhece que o meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a sustentabilidade das operações do Grupo EDP - Energias do Brasil. Por isso, atua promovendo o respeito ao meio ambiente, em busca de um desenvolvimento sustentável, e estabelece os seguintes compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental e a diminuição dos impactos de suas atividades:

- (i) Garantir o atendimento aos requisitos legais quanto à legislação ambiental vigente e a não autorização de realização de quaisquer atividades potencialmente poluidoras sem as devidas autorizações e controles necessários;
- (ii) Identificar e monitorar os aspectos e impactos ambientais e estabelecer controles para aspectos e riscos significativos;
- (iii) Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação;
- (iv) Identificar riscos e oportunidades e implementar medidas com vista melhoria da qualidade ambiental dos locais onde está inserida, a minimização e a mitigação dos impactos ao meio ambiente;

Como medidas de controle de risco, as empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil possuem:

- (v) Política de sistemas de gestão e sustentabilidade aplicável a todas as empresas;

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(vi) 100% da energia distribuída pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e 91% da energia gerada nas Usinas controladas Termoeletrica e Hidroeletricas, estão em ativos certificados pela norma ISO 14.001, realizando uma gestão ambiental sistêmica, que garante o atendimento de requisitos legais, e a existência de procedimentos e formas de gerenciamento dos riscos;

36.2.7 Riscos climáticos

Os riscos relacionados com a Emergência Climática foram caracterizados como estratégicos sobre a ótica de Meio Ambiente do Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliado a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos climáticos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climáticos). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia.

Neste sentido, para mitigação de qualquer impacto financeiro e social, a Companhia possui um Comitê de Sustentabilidade que supervisiona as questões de mudanças climáticas no Grupo. Este Comitê é responsável por aprovar as políticas e diretrizes relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social e preservação ambiental.

Em seus planos de atividades, incluem temas como mudança do clima, englobando impactos da precificação de carbono, vulnerabilidade climática e melhoria da performance no *Carbon Disclosure Project* (CDP) Clima que passou a ser incorporado pelo ISE. No exercício de 2021 a Companhia alcançou a pontuação máxima no CDP Clima, tendo como destaque a Gestão de Riscos Climáticos (Nota 4.2).

Em 2021 a Companhia revisou a metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com ciência e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Foram feitos estudos de cenários climáticos para verificação da exposição da Companhia a diferentes tipos de riscos onde, dentre outros itens, identificou-se que as usinas hídricas podem estar mais expostas caso haja aquecimento global a níveis elevados, além de, em cenários de temperaturas menos elevadas, em linha com o aquecimento global limitado a 1,5°C, a UTE de Pecém apresentou um risco de precificação de carbono. Segundo os cenários climáticos estudados, as Distribuidoras não experimentarão, de maneira geral, um aumento de riscos relacionados com as tempestades e ciclones. A Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil assumiu o compromisso de criar Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio até 2022, onde serão estabelecidos planos de resposta para os principais riscos climáticos do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil participa ativamente no compartilhamento de experiências que contribuem para aumentar e construir conhecimento sobre o setor energético e questões relacionadas às mudanças climáticas. Desta forma, desde 2020 a coordenação integra a plataforma Ação pelo Clima do Pacto Global criada pela ONU, participando ativamente no compartilhamento de experiências e conhecimento sobre boas práticas na gestão climática.

No período de 2022, foi anunciada a carteira atualizada do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70), que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a Companhia está presente, sendo uma das duas empresas com score A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional, com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono (Nota 1.2).

36.2.8 Risco operacional - Porto do Pecém

A controlada Porto do Pecém apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevenindo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Além disso, a controlada faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

Outro risco que a Porto do Pecém pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende principalmente das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500l/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

O referido contrato poderá ser sobrescrito, conforme Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos em seu artigo 1º inc. III, a qual estabelece em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. Desta forma, mediante ao cenário hídrico do Estado Ceará que vem sendo impactado por sucessivos períodos de estiagem ocorridos nos últimos 8 anos, que reduziram os níveis dos reservatórios, algumas sanções no abastecimento foram impostas como também a implicação de uma sobretaxa em caráter contingencial na tarifa de água cobrada pela concessionária.

Desde então várias ações de mitigação foram tomadas pela Porto do Pecém, visando a redução do consumo de água como também o favorecimento do reuso do efluente gerado pelas unidades geradoras. Tais ações resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

36.2.9 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Dívida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 31 de março de 2022 este índice foi de 2,2 vez.

	Nota	Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	26 e 27	12.793.456	10.597.514
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(2.545.719)	(2.699.490)
(-) Títulos e valores mobiliários	6	(175.881)	(11.722)
(-) Cauções vinculados à dívida		(19.181)	(5.798)
Dívida líquida		10.052.675	7.880.504
Total do Patrimônio Líquido		12.726.785	12.258.818
Total do capital		22.779.460	20.139.322
Índice de alavancagem financeira - %		44,13	39,13

37 Compromissos contratuais e Garantias

37.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2022 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora					31/12/2021
	31/03/2022				Total	
	Abril/2022 a Março/2023	Abril/2023 a Março/2025	Abril/2025 a Março/2027	A partir de 2028		
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	108.597	60.929	1.326	100	170.952	201.852
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.654	2.780			10.434	24.838
	116.251	63.709	1.326	100	181.386	226.690
	Consolidado					31/12/2021
	31/03/2022				Total	
	Abril/2022 a Março/2023	Abril/2023 a Março/2025	Abril/2025 a Março/2027	A partir de 2028		Total
Responsabilidades com locações operacionais	2.827	759	257		3.843	4.558
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.391.434	9.894.742	7.514.087	27.048.389	49.848.652	47.980.511
Encargos de conexão e Transporte de Energia	643.732	1.316.894	1.113.780	899.174	3.973.580	4.139.154
Materiais e serviços	2.087.321	1.816.819	439.322	46.493	4.389.955	4.484.063
Prêmio de risco - GSF				25.605	25.605	24.660
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.240.024	1.198.248	484.019	1.267.136	4.189.427	3.090.752
	9.365.338	14.227.462	9.551.465	29.286.797	62.431.062	59.723.698

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					31/12/2021
	31/03/2022				Total	
	Abril/2022 a Março/2023	Abril/2023 a Março/2025	Abril/2025 a Março/2027	A partir de 2028		
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	102.344	64.489	1.621	156	168.610	201.336
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	10.761	5.434			16.195	29.719
	113.105	69.923	1.621	156	184.805	231.055
	Consolidado					31/12/2021
	31/03/2022				Total	
	Abril/2022 a Março/2023	Abril/2023 a Março/2025	Abril/2025 a Março/2027	A partir de 2028		Total
Responsabilidades com locações operacionais	2.654	825	310		3.789	4.607
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.262.649	10.686.943	9.303.222	46.354.348	71.607.162	71.532.960
Encargos de conexão e Transporte de Energia	643.761	1.483.102	1.425.193	1.247.564	4.799.620	5.030.678
Materiais e serviços	1.968.284	1.955.022	543.931	69.854	4.537.091	4.687.031
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	50.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.571.986	2.113.198	800.095	2.612.320	7.097.599	5.581.149
	9.449.334	16.239.090	12.072.751	50.334.137	88.095.312	86.886.476

37.2

Garantias

Garantias	Tipo de garantia	Limite máximo garantido			
		Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval de acionista	355.742	336.751	352.931	333.940
Ações judiciais	(i) Depósito Caucionado, (ii) Fiança Bancária e (iii) Seguro garantia.	277.422	191.502	277.422	191.502
Contrato de Arrendamento				30.675	33.839
Executante construtor	Seguro garantia	343.807	305.483	301.797	264.416
Outros	Seguro garantia	1.611	1.611	89.311	85.796
		978.582	835.347	1.052.136	909.493

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 25), Debêntures (Nota 26) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27), estão demonstrados em suas respectivas notas.

38

Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

38.1

Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "Holding", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

A visão de segmento da Companhia foi alterada no período de 2022 afim de demonstrar adequadamente a consolidação de seus esforços no Plano Estratégico 2021-2025. Para fins de comparabilidade, os saldos de 2021 também estão demonstrando esta nova visão.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

38.1.1 Demonstração do Resultado

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março								
	2022								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	2.697.315	545.816	790.599	91.284	230.979	1.563	-	(246.445)	4.111.111
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(1.374.607)	(89.501)	(746.631)	(62.327)	-	-	-	245.271	(2.027.795)
Custo da produção da energia elétrica	-	(391)	-	(6.162)	-	-	-	-	(6.553)
Custo de operação	(205.444)	(108.962)	(3.223)	(10.448)	(6.902)	-	-	1.174	(333.805)
Custo do serviço prestado a terceiros	(358.456)	-	(44)	(5.207)	(61.930)	-	-	-	(425.637)
	(1.938.507)	(198.854)	(749.898)	(84.144)	(68.832)	-	-	246.445	(2.793.790)
Lucro bruto	758.808	346.962	40.701	7.140	162.147	1.563	-	-	1.317.321
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(42.187)	-	(154)	(148)	-	-	-	-	(42.489)
Despesas gerais e administrativas	(68.185)	(25.392)	(2.357)	(6.152)	(4.977)	(25.048)	(1.475)	(4.767)	(138.353)
Ganho na alienação de investimento	-	-	-	-	-	410	-	-	410
Outras Despesas e Receitas operacionais	(38.502)	209	(1)	(167)	404	(1.629)	-	-	(39.686)
	(148.874)	(25.183)	(2.512)	(6.467)	(4.573)	(26.267)	(1.475)	(4.767)	(220.118)
Resultado das participações societárias			3.274			545.432	18.002	(526.771)	39.937
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	609.934	321.779	41.463	673	157.574	520.728	16.527	(531.538)	1.137.140
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	100.912	16.490	2.159	1.652	11.688	27.936	7.455	(11.519)	156.773
Despesas financeiras	(214.739)	(88.575)	(17.874)	(5.017)	(134.232)	(12.004)	(44.235)	11.519	(505.157)
	(113.827)	(72.085)	(15.715)	(3.365)	(122.544)	15.932	(36.780)	-	(348.384)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	496.107	249.694	25.748	(2.692)	35.030	536.660	(20.253)	(531.538)	788.756
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(108.164)	(64.608)	(2.761)	(3.646)	(4.596)	(13.822)	-	-	(197.597)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.480)	885	(4.833)	3.195	(7.136)	(40)	11.452	3.909	(31.048)
	(146.644)	(63.723)	(7.594)	(451)	(11.732)	(13.862)	11.452	3.909	(228.645)
Resultado líquido do período	349.463	185.971	18.154	(3.143)	23.298	522.798	(8.801)	(527.629)	560.111
Atribuível aos acionistas controladores	349.463	148.367	18.154	(3.143)	23.590	522.798	(8.801)	(527.629)	522.799
Atribuível aos acionistas não controladores	-	37.604	-	-	(292)	-	-	-	37.312

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março								
	2021								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	2.332.777	779.348	876.813	40.635	439.670	735	-	(463.759)	4.006.219
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(1.405.171)	(199.904)	(812.934)	(22.309)	-	-	-	461.996	(1.978.322)
Custo da produção da energia elétrica	-	(137.417)	-	(4.985)	-	-	-	840	(141.562)
Custo de operação	(192.249)	(101.892)	(3.224)	(6.069)	(1.206)	-	-	-	(304.640)
Custo do serviço prestado a terceiros	(224.642)	-	-	(5.849)	(276.249)	-	-	923	(505.817)
	(1.822.062)	(439.213)	(816.158)	(39.212)	(277.455)	-	-	463.759	(2.930.341)
Lucro bruto	510.715	340.135	60.655	1.423	162.215	735	-	-	1.075.878
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(30.157)	-	5.051	175	-	-	-	-	(24.931)
Despesas gerais e administrativas	(66.304)	(26.562)	(3.132)	(4.899)	(5.406)	(28.411)	(408)	(11.503)	(146.625)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(23.557)	(282)	(57)	(162)	-	(270)	-	-	(24.328)
	(120.018)	(26.844)	1.862	(4.886)	(5.406)	(28.681)	(408)	(11.503)	(195.884)
Resultado das participações societárias			(16.870)			541.552		(456.332)	68.350
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	390.697	313.291	45.647	(3.463)	156.809	513.606	(408)	(467.835)	948.344
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	66.866	10.337	1.911	139	498	7.118	97	(3.562)	83.404
Despesas financeiras	(120.580)	(133.269)	(2.009)	(1.130)	(14.457)	(25.503)	-	3.562	(293.386)
	(53.714)	(122.932)	(98)	(991)	(13.959)	(18.385)	97	-	(209.982)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	336.983	190.359	45.549	(4.454)	142.850	495.221	(311)	(467.835)	738.362
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(88.575)	(47.672)	(2.715)	(723)	(558)	-	-	-	(140.243)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.447)	(1.387)	(18.480)	671	(36.646)	561	-	3.911	(72.817)
	(110.022)	(49.059)	(21.195)	(52)	(37.204)	561	-	3.911	(213.060)
Resultado líquido do período	226.961	141.300	24.354	(4.506)	105.646	495.782	(311)	(463.924)	525.302
Atribuível aos acionistas controladores	226.961	114.239	24.354	(4.506)	103.186	495.782	(311)	(463.924)	495.781
Atribuível aos acionistas não controladores	-	27.061	-	-	2.460	-	-	-	29.521

38.1.2 Balanço Patrimonial

	31/03/2022								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
	Ativo circulante	5.198.049	1.435.088	1.679.661	243.160	955.975	2.564.379	32.752	(1.485.720)
Ativo não circulante	8.568.795	6.632.254	1.017.109	532.824	6.040.363	10.277.084	2.184.928	(9.350.941)	25.902.416
Passivo circulante	3.916.711	1.472.941	1.362.912	333.807	614.718	976.059	26.821	(1.424.657)	7.279.312
Passivo não circulante	6.874.213	1.859.345	966.887	303.279	4.521.610	310.274	2.181.449	(497.394)	16.519.663
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.975.920	4.735.056	366.971	138.898	1.860.010	11.555.130	9.410	(8.914.610)	12.726.785

	31/12/2021								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
	Ativo circulante	4.967.229	1.452.657	1.248.495	166.505	338.809	2.887.990	2.940	(1.193.322)
Ativo não circulante	8.836.619	6.676.158	1.043.570	541.770	4.905.010	9.613.925	38.233	(8.147.849)	23.507.436
Passivo circulante	3.412.177	1.622.092	1.144.295	285.088	624.548	1.074.089	767	(1.173.472)	6.989.584
Passivo não circulante	7.718.245	1.866.004	798.953	278.816	3.857.761	276.429	22.195	(723.260)	14.095.143
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.673.426	4.640.719	348.817	144.371	761.510	11.151.397	18.211	(7.444.439)	12.294.012

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

39.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a receber		15.560	5.814	15.560
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	5.644		13.610	6.578
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão			3.581	102.865
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências			1.055	(10.480)
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão			5.130	6.491
Constituição do direito de concessão - GSF				23.296
Constituição de arrendamentos e atuguéis no Imobilizado	6.406	7.840	14.471	54.138
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão			11.317	70.613
Total	12.050	23.400	54.978	269.061

40 Eventos subsequentes

40.1 Destinação de lucro, distribuição de dividendos e JSCP

Em 05 de abril, foi realizada a AGOE, onde a Companhia deliberou a destinação de lucro líquido e a distribuição de JSCP e dividendos referente ao exercício de 2021. Irão ser distribuídos na forma de JSCP o montante de R\$ 454,8 milhões, correspondente a R\$0,79 por ação, e na forma de dividendos o valor de R\$803 milhões, equivalente a R\$1,40 por ação, totalizando R\$2,19 por ação.

40.2 Captação de recursos - controlada EDP Smart Serviços

Em 8 de abril de 2022 a controlada EDP Smart Serviços realizou a contratação de empréstimo externo junto à Instituição Financeira Itau Bahamas., sob amparo da Lei nº 4131/1962, no valor total de R\$120.000, pelo prazo de 1 ano, mediante a celebração do instrumento "Credit Agreement", ao custo de CDI + 1,59% a.a. A referida emissão tem por objetivo o refinanciamento e alongamento do prazo médio da dívida e reforço do capital de giro.

40.3 Desenvolvimento de projeto de energia solar larga escala - Novo Oriente Solar ("Novo Oriente" ou "Projeto")

Em 20 de abril de 2022, a Companhia comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, irá investir no desenvolvimento da usina fotovoltaica Novo Oriente, com capacidade instalada de 254 MWac, em conjunto com a EDP Renováveis S.A. em co-investimento em partes iguais. Novo Oriente está localizado no estado de São Paulo, no município de Ilha Solteira, já está outorgado e tem previsão de início de operação em 2024. O Projeto possui um contrato de venda de energia ("PPA") de 120MWac. Este investimento reforça a orientação estratégica da EDP Brasil, que foi apresentada ao mercado no Plano Estratégico 2021-2025, sendo o maior projeto de larga escala na ampliação da sua participação no segmento Clientes, especificamente geração solar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Vice-Presidente

Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro
Conselheira

Ana Paula Garrido de Pina Marques
Conselheira

Modesto Souza Barros Carvalhosa
Conselheiro

Pedro Sampaio Malan
Conselheiro

Francisco Carlos Coutinho Pitella
Conselheiro

Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira
Conselheiro

Juliana Rozenbaum Munemori
Conselheira

CONSELHO FISCAL

Adir Pereira Keddi
Conselheiro

Arnaldo José Vollet
Conselheiro

João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Diretor-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Vice-Presidente de Clientes

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

Fernanda Nascimento Pires Carsughi
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Carla Renata Baptista
Contadora - CRC 1SP328362/O-5

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTE

Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EDP Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EDP – Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 27 de abril de 2022 às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2022, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 27 de abril de 2022.

ADIR PEREIRA KEDDI
Conselheiro efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro efetivo

ARNALDO JOSÉ VOLLET
Conselheiro efetivo

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Nós, membros efetivos do Comitê de Auditoria, por unanimidade, emitimos parecer favorável à aprovação das contas da Diretoria e das Informações Contábeis Intermediárias da Companhia e de suas controladas referentes ao período findo em 31 de março de 2022.

São Paulo, 27 de abril de 2022.

FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA
Presidente do Comitê de Auditoria

MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA
Membro do Comitê de Auditoria

RUI MANUEL RODRIGUES LOPES TEIXEIRA
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declaram que, em 27 de abril de 2022 reviram, discutiram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2022.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declaram que, em 27 de abril de 2022, reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG